

Luciane Paula Vital

**REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTO
ARQUIVÍSTICO: AS CONTRIBUIÇÕES DO MODELO
CONCEITUAL FR SAD**

Tese apresentada à banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientadora: Marisa Bräscher Basílio Medeiros

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de Pesquisa: Organização e preservação do conhecimento

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vital, Luciane Paula

Representação temática de documento arquivístico :
contribuições do modelo conceitual FR SAD / Luciane Paula
Vital ; orientador, Marisa Bräscher Basílio Medeiros -
Florianópolis, SC, 2017.
191 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós
Graduação Multidisciplinar em Saúde.

Inclui referências

1. Saúde. 2. Representação temática. 3. FR SAD. 4.
Descrição arquivística. 5. Documento arquivístico. I.
Medeiros, Marisa Bräscher Basílio . II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
Multidisciplinar em Saúde. III. Título.

Luciane Paula Vital

**REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTO
ARQUIVÍSTICO: AS CONTRIBUIÇÕES DO MODELO
CONCEITUAL FR SAD**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutora em Ciência da Informação e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Local, 15 de fevereiro de 2017.

Prof.^a Rosângela Schwarz Rodrigues, **Dra.**
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Marisa Bräscher Basílio Medeiros, **Dra.**
Orientadora – PGCIN/UFSC

Eva Cristina Leite da Silva, **Dra. PGCIN/UFSC**

Fabio Assis Pinho, **Dr. PPGCI/UFPE (videoconferência)**

Fernanda Passini Moreno, **Dra. PPGCIF/UnB (videoconferência)**

Gleisy Regina Bories Fachin, **Dra. CIN/UFSC**

Márcio Matias, **Dr. PGCIN/UFSC**

AGRADECIMENTOS

Em um ciclo que finaliza, muitos são os agradecimentos.

Primeiramente à orientadora, professora Marisa, por todo suporte, generosidade, incentivo e paciência, é uma inspiração no meu fazer docente;

À minha família, que sempre apoiou minhas escolhas e especialmente meus três sobrinhos, Lucas, Eric e Maria Luiza, que são lindos presentes na minha vida, me ajudando a lembrar do que é, realmente, importante;

À professora Fernanda Ribeiro, que tão generosamente aceitou me receber na Universidade do Porto/Portugal para o 'sanduíche'. Agradeço a coorientação, disponibilidade e abertura para conversas que muito enriqueceram essa pesquisa;

Aos estudantes de graduação do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que instigaram os questionamentos que culminaram nessa tese;

Aos professores do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, no qual atuo, que permitiram meu afastamento para finalização dessa pesquisa, sou muito grata;

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina pelo acolhimento e todo suporte dispensados;

À turma das 'Sete mulheres', Doutorado PGCIN 2013 - 1ª turma, que foi um privilégio fazer parte, Ana Cláudia, Camila, Dani Inomata, Dani Pizarro, Eliane e Liliane, grandes mulheres;

Ao grupo de pesquisa em Organização do Conhecimento e Gestão Documental (UFSC) pelos importantes compartilhamentos, questionamentos e apoio nessa construção coletiva que é a pesquisa científica;

À banca examinadora, professores Eva, Fernanda, Fábio, Gleisy e Márcio, pelo aceite, já na qualificação, em ler e engrandecer a pesquisa com seus olhares;

À colega e amiga Graziela Martins de Medeiros, que leu atentamente a tese e contribuiu significativamente no resultado final;

A todos os meus amigos que de diferentes e importantes formas me incentivaram e torceram, me ajudando a tornar o trabalho mais leve e feliz;

A todos os professores que inspiraram minha escolha profissional, e a mais importante de todas, minha mãe, que sempre foi uma professora apaixonada;

Em 4 anos muitas transformações ocorrem, o amadurecimento da pesquisa é concomitante com o da minha vida, assim, agradeço aos que cruzaram meu caminho, me inspirando, fortalecendo, ensinando...somos mestres uns dos outros;

E com a certeza de que não chegamos a lugar algum sozinhos,
GRATIDÃO!

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.”

(Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas)

RESUMO

Aborda o processo de representação temática de documentos arquivísticos. Discute a organização e representação da informação que, com o uso dos sistemas automatizados, tornam-se questões essenciais por implicarem no acesso e uso dos documentos. A organização e representação da informação nos arquivos vêm ganhando espaço de discussão na literatura da Ciência da Informação. É necessário discutir e avançar na busca por referenciais teóricos que considerem as especificidades da área da Arquivologia. Uma dessas possibilidades são os modelos conceituais, que fornecem um quadro conceitual estruturado para relacionar dados. Analisam-se os modelos conceituais da família dos Functional Requirements (FR family), especificamente o modelo de representação de assunto, o Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD), ou Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto. Objetiva propor um conjunto de entidades para representação temática de documentos arquivísticos, com base no modelo conceitual FRSAD. Subdivide o objetivo em a) Caracterizar as especificidades da representação temática de documentos arquivísticos; b) Mapear as entidades e atributos relacionados à representação temática nos modelos conceituais para descrição arquivística; c) Estabelecer os temas para representação temática em documentos arquivísticos, com base no modelo FRSAD. Apresenta uma abordagem qualitativa, quanto aos seus objetivos, caracterizando-se como uma pesquisa exploratória. Quanto aos procedimentos metodológicos, configura-se em uma pesquisa bibliográfica, que se utiliza da Análise de Conteúdo como metodologia procedimental da análise de dados. Apresenta os resultados divididos de forma a atender os três objetivos específicos. As características do documento arquivístico conduziram a três pontos fundamentais a serem considerados na sua representação temática: Deve basear-se no princípio da Proveniência e na característica da Organicidade; É realizada com base nas funções da Classificação e Descrição Arquivística; Está vinculada aos níveis de descrição. A determinação do conteúdo do documento arquivístico e sua representação é dependente de uma análise contextual, que abrange as entidades: Agente, Função, Atividade, Data e Lugar. A partir desse conjunto de entidades, chega-se ao 'Concept/Thing', traduzida para 'Conceito/Objeto', foco central da representação temática. Esse conjunto de entidades se constituem nos Themas, que têm sua pertinência atrelada a cada um dos principais níveis de descrição estabelecidos na ISAD (G):

Fundo, Série, Processo e Item Documental. O conjunto de entidades apontado tem como principal objetivo caracterizar a Proveniência e a Organicidade, para que a análise temática, foco específico da entidade 'Conceito/Objeto', seja identificada com precisão e especificidade. Visualiza-se que o conjunto de entidades para representação temática permite a criação de relações significativas e dinâmicas entre os conjuntos documentais, fazendo com que a representação esteja mais próxima da dinamicidade das transformações pelas quais os documentos passam desde a produção. Conclui-se que os modelos conceituais qualificam e expandem as possibilidades de representação temática e conexão entre documentos arquivísticos.

Palavras-chave: Representação temática. Modelos conceituais. FRSAD. Descrição arquivística. Documento arquivístico.

ABSTRACT

This Doctoral research deals with the thematic representation of archival documents and it discusses the organization and representation of information which, through the use of automated systems, become critical issues on account of their access and use of documents. The organization and representation of information in archives is gaining ground in the Information Science literature. It is necessary to discuss and to advance on the search for theoretical references that consider the specificities of Archival Science. One of those possibilities are the conceptual models, which provide a conceptual framework that is structured to relate data. The conceptual frameworks from the *Functional Requirements (FR family)* are analyzed, specifically the subject representation model, the *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*. The objective is subdivided in a) To characterize the specificities of the thematic representation of archival documents; b) To map the entities and attributes related to the thematic representation in the conceptual models for archival description; c) To establish the *themas* for the thematic representation in archival documents, based on the model FRSAD. In relation to its objectives, this research presents a qualitative approach, and it is characterized as an exploratory research. As for its methodological procedures, it represents an exploratory research that uses the Content Analysis as a procedural methodology of the data analysis. The results are divided in order to address the three fundamental items to be considered in its thematic representation: It should be based on the principle of Provenance and on Organicity; It is carried out based on the functions of the Archival Description and Classification; It is linked to the description levels. The determination of the archival document content and its representation are dependent on a contextual analysis, which includes the entities: Agent, Function, Activity, Date and Place. From this set of entities the "Concept/Thing" is found, which is the thematic representation focal point. This set of entities is constituted by *Themas*, which pertinence is anchored on each of the main levels of description established by ISAD (G): Fonds, Series, File and Item. The set of entities that was pointed out has as main objective to characterize the Provenance and Organicity, on account of the thematic analysis, a concrete focus of the "Concept/Object" entity, being identified with accuracy and specificity. It was visualized that the set of entities for the thematic representation allows the creation of significant relations and dynamics among the

documental sets, resulting in a closer representation of the dynamicity of the transformations, which all the documents from the production phase go through. It is concluded that the conceptual models qualify and expand the possibilities of thematic representation and connection between archival documents.

Keywords: Thematic Representation. Conceptual Models.FRSAD.Archival Description.Archival Document.

RESUMEN

Se acerca a la representación temática de documentos de archivo. Se analiza la organización y representación de la información, con el uso de sistemas automatizados se convierten en cuestiones esenciales, al exigir el acceso y uso de los documentos. La organización y representación de la información en los archivos están ganando espacio para el debate en la literatura de las Ciencias de la Información. Es necesario discutir y avanzar en la búsqueda de marcos teóricos que consideran los elementos específicos de la zona Archivística. Una de estas posibilidades son modelos conceptuales que proporcionan un marco conceptual para la conexión de los datos estructurados. Los modelos conceptuales se analizan desde la familia *Functional Requirements (FR family)*, específicamente, el modelo de representación sujeto, *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*, o Requisitos funcionales de los datos de autoridad Sujeto. Tiene como objetivo proponer un conjunto de entidades de representación temática de documentos de archivo, basado en el modelo conceptual FRSAD. Subdividir el objetivo en a) caracterizar los aspectos específicos de representación temática de documentos de archivo; b) Asignación de entidades y atributos relacionados con la representación temática en los modelos conceptuales para la descripción de archivos; c) Establecer *themas* para la representación temática de documentos de archivo, basado en el modelo FRSAD. Presenta un enfoque cualitativo, en cuanto a sus objetivos, que se caracteriza como una investigación exploratoria. En cuanto a los procedimientos metodológicos, creado en una búsqueda en la literatura de análisis de contenidos que se utiliza como metodología de procedimiento de análisis de datos. Presenta los resultados divididos con el fin de cumplir con los tres objetivos específicos. Las características del documento de archivo dado lugar a tres puntos clave a tener en cuenta en su representación temática: Se debe basarse en el principio de procedencia y características de naturaleza orgánica; Se lleva a cabo sobre la base de las funciones de Clasificación y Descripción de Archivos; Está relacionada con los niveles de descripción. La determinación del contenido del documento de archivo y su representación depende de un análisis contextual, que cubre entidades: Agente, Función, Actividad, Fecha y Lugar. A partir de este conjunto de entidades, se llega a la '*Concept/Thing*', traducida a "Concepto/Objeto, el foco central de la representación temática. Este conjunto de entidades se encuentran en *Themas*, que tienen su relevancia

vinculados a cada una de la descripción principal de los niveles establecidos en ISAD (G): Fondo, Series, Proceso y Unidad archivística. El grupo designado de entidades cuyo principal objetivo de caracterizar la procedencia y la orgánica al análisis temático, el enfoque específico de la entidad 'Concepto / objeto, se identifica con precisión y especificidad. Se muestra que el conjunto de las entidades a la representación temática permite la creación de relaciones significativas y dinámicas entre los conjuntos de documentos, presenta la reclamación está más cerca de la dinámica del cambio por el cual los documentos pasan de la producción. De ello se desprende que los modelos conceptuales califican y amplían las posibilidades de representación temática y la conexión entre los documentos de archivo.

Palabras clave: Representación temática. Modelos Conceptuales. FRSAD. Descripción de archivos. Documentos de archivo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Unidades de classificação arquivística.....	61
Figura 2: Modelo Entidade-Relacionamento.....	101
Figura 3: Exemplo de aplicação do Modelo Entidade-Relacionamento.....	101
Figura 4: Modelo básico do FRSAD.....	104
Figura 5: Relação FRSAD com a família FR.....	105
Figura 6: Entidades que expressam Proveniência e Organicidade.....	165
Figura 7: Entidades que podem ser Thema em documentos arquivísticos.....	168
Figura 8: Relação entre níveis de Descrição Arquivística e Thema.....	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trajetória do conceito de arquivo.....	31
Quadro 2: Mudança nas formulações teóricas da Arquivologia na Pós-modernidade.....	39
Quadro 3: Comparativo das abordagens canadenses.....	45
Quadro 4: Classificação e Descrição Arquivística nos manuais da área.....	67
Quadro 5: Acontecimentos importantes no desenvolvimento da norma internacional de descrição arquivística.....	77
Quadro 6: Literatura sobre indexação e controle de autoridade para a área arquivística.....	94
Quadro 7: Etapas da análise de conteúdo.....	117
Quadro 8: Relação entre objetivos, fontes, coleta e análise dos dados.....	118
Quadro 9: Fontes bibliográficas.....	122
Quadro 10: Modelos conceituais de Descrição Arquivística.....	125
Quadro 11: Trabalhos analisados.....	128
Quadro 12: Entidades dos modelos conceituais AGRkMS (Austrália) e TSERMS (Nova Zelândia).....	144
Quadro 13: Entidades do modelo conceitual CMAD - Finlândia.....	146
Quadro 14: Entidades do modelo conceitual CNEDA (Espanha).....	149
Quadro 15: Entidades do Modelo Conceitual Records in Context (RiC-CM) do Conselho Internacional de Arquivos (ICA).....	150
Quadro 16: Entidades comuns entre os modelos conceituais de Descrição Arquivística.....	155
Quadro 17: Entidades relacionadas com a representação temática.....	164
Quadro 18: Níveis de descrição arquivística e Entidades.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise Documental
ADC	Análise Documental de Conteúdo
ADF	Análise Documental de Forma
AGRkMS	<i>Australian Government Recordkeeping Metadata Standard</i>
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CMAD	<i>Conceptual Model for Archival Description</i>
CM	<i>Conceptual Model</i>
CNEDA	<i>Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística</i>
CRG	<i>Classification Research Group</i>
DA	Descrição Arquivística
EGAD	<i>Expert Group for Archival Description</i>
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
E-R	Entidade-Relacionamento
FR	<i>Functional Requirements</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
FRSAD	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data</i>
ICA	<i>International Council of Archives</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISAD (G)	<i>Internacional Standard Archival Description</i>
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
ISAAR(CPF)	<i>International Standard Archival Authority Record (Corporate Bodies, Persons and Families)</i>
ISDF	<i>International Standard for Describing Functions</i>
ISDIAH	<i>International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings</i>
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
MoReq	Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Eletrônicos
NEDA	<i>Normas Españolas de Descripción Archivística</i>
Nobrade	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
ORI	Organização e Representação da Informação
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
RDA	<i>Resource Description and Access</i>

RiC
SAA
TTI

Records in contexts
Society of American Archivist
Tratamento Temático da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Objetivos.....	25
1.1.1 Objetivo Geral.....	25
1.1.2 Objetivos Específicos.....	25
1.2 Justificativa.....	25
1.3 Estrutura do trabalho.....	27
2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA.....	30
2.1 Abordagem do pensamento arquivístico.....	30
2.1.1 Documento arquivístico.....	48
3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....	57
3.1 Descrição Arquivística.....	59
3.1.1 Processo de normalização internacional.....	76
4 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DOCUMENTAL.....	83
4.1 Análise documental em arquivos.....	90
5 MODELOS CONCEITUAIS DA FAMÍLIA FR.....	100
5.1 FRSAD.....	103
5.2 Modelos conceituais na descrição arquivística.....	106
6 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	116
6.1 Procedimentos para a seleção da amostra, coleta e análise dos dados.....	119
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	127
7.1 Especificidades da representação temática em documento arquivístico.....	127
7.2 Entidades e atributos relacionados ao conteúdo dos documentos nos modelos conceituais para descrição arquivística.....	143
7.3 Themata para representação temática em documentos arquivísticos, com base no modelo FRSAD.....	167
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS.....	177

1 INTRODUÇÃO

A organização e representação da informação são processos centrais no tratamento documental. Fornecem perspectivas de aprofundamento e ampliação do tratamento documental, descortinando possibilidades de análise do documento, em consonância com as tecnologias da informação e comunicação, com o objetivo de recuperação mais precisa e significativa.

A organização e representação da informação na Arquivologia são desenvolvidas com maior ênfase nos processos de classificação e descrição. A classificação diz respeito à ordenação intelectual e também física dos documentos, de forma hierarquizada e explicitando as relações entre eles. Já a descrição arquivística refere-se à organização e representação da informação e objetiva gerir e recuperar os documentos. Neste trabalho interessa particularmente o processo de representação da informação, que acontece por meio da descrição arquivística, atividade respaldada por uma norma internacional, a *Internacional Standard Archival Description* (ISAD (G), que serviu de base para o desenvolvimento de normas nacionais em diferentes países, entre eles o Brasil com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

A descrição arquivística é apresentada na ISAD (G) (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2000, p.4) como um processo de representação das unidades de classificação arquivística que permite a identificação, gestão e o entendimento do contexto de produção dos conjuntos documentais e seus respectivos produtores.

Nesse entendimento a descrição é um processo de organização e representação da informação dos documentos arquivísticos que parte da análise e síntese para criar representações, com vistas à gestão documental com diferentes finalidades. Em relação à representação temática, a representação do conteúdo do documento, a norma brasileira de descrição arquivística, NOBRADE (Conselho Nacional de Arquivos, 2006), inclui a área de descrição intitulada 'Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos', inexistente na ISAD (G), além da área de Âmbito e Conteúdo, que já consta na norma internacional. A norma brasileira considera a representação temática como forma de acesso à informação, além de entender a descrição como uma possibilidade objetiva de recuperação por meio dos pontos de acesso, tais como produtor, data e série, que fazem parte da descrição arquivística. Porém,

percebe-se a necessidade de pontos de acesso para dados de autoria, publicação e o próprio título, que pode conter indicação de responsabilidade, segundo a ISAD (G) e a Nobrade, o que gera uma imprecisão terminológica.

No contexto dos sistemas automatizados, a organização e representação da informação, tornam-se questões essenciais, pelo fato de implicarem no acesso e uso dos documentos, como já destacava Weber (1989). Oliveira (2012, p.57) aponta que, de acordo com dados de maio de 2008¹ da Preservation Strategy with the MetaArchive Cooperative, noventa e três por cento (93%) dos documentos eram produzidos digitalmente. A mudança do formato dos documentos implica em abordagens diferentes do convencional, aqui tido como o papel. No ambiente digital os pontos de acesso são fundamentais para a identificação e recuperação da informação, o que leva a constatação de que a descrição arquivística constitui-se em um dos processos mais significativos da gestão de documentos arquivísticos.

Autores da área da Arquivologia, como Ribeiro (1996), Oliveira (2012) e Silva, Irisneide (2012), verificam em seus trabalhos a carência de discussões teóricas basilares sobre o processo de representação temática no contexto arquivístico, qualificando-o para a dinâmica do contexto digital e da sociedade pós-moderna. É possível verificar nas revisões bibliográficas que analisamos (GARCIA, 2005; MONÇÃO, 2006; OLIVEIRA, 2009b; MEDEIROS, et al., 2015;) que, além de escassa, a literatura, de maneira geral, trata de forma superficial as questões relacionados à representação temática de documentos em arquivos. Essa constatação suscita questionamentos sobre a pertinência dessa temática na área ou o pouco interesse dos pesquisadores em explorar esse campo científico, como será pontuado na revisão da literatura. Uma possibilidade de explicação é a de que a recuperação pela temática sempre foi relegada a segundo plano nos arquivos, por terem como foco central elementos de contextualização como, funções, atividades e as tipologias documentais que se originam delas.

A organização e representação da informação nos arquivos vêm ganhando espaço de discussão na literatura da Ciência da Informação, especialmente após a automatização dos sistemas de informação.

Os processos de Organização e Representação da Informação em documentos arquivísticos, como evidencia a literatura, encontra na literatura da Ciência da Informação uma possibilidade de diálogo

¹Não tivemos acesso a dados atualizados, pela inexistência de publicação, mas a probabilidade é de que a porcentagem tenha aumentado.

profícuo. No entanto, é necessário discutir e avançar na busca por referenciais teóricos que considerem as especificidades da área da Arquivologia.

Uma dessas possibilidades são os modelos conceituais, definidos como quadros conceituais estruturados para representar dados, apoiados na perspectiva entidade/relacionamento. Entidade, em um modelo conceitual, é entendida como a representação abstrata de um elemento do mundo real sobre o qual se tem interesse. Na perspectiva entidade-relacionamento, diferentes entidades estabelecem relacionamentos por meio de associações. Os modelos conceituais apresentam viabilidade para a construção de relacionamentos semânticos dinâmicos.

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, buscando inserir os registros bibliográficos nesse contexto, a partir da década de 1990, iniciou discussões sobre Requisitos Funcionais, tendo como resultado o desenvolvimento da família dos *Functional Requirements (FR family)* (IFLA, 1998). Pensando no contexto arquivístico, evidentemente, a aplicação de modelos de outras áreas deve levar em conta suas especificidades, como por exemplo, o fato de um documento ser o resultado de atividades e ações de uma instituição e servirem como prova dessas, além de manterem relações entre si que necessitam ser explicitadas, ou seja, suas relações orgânicas e funcionais. Nos arquivos, mais que em outros serviços de informação, o contexto de produção dos documentos precisa ser definido e representado. Assim, essa pesquisa apresenta como pressuposto o fato de que documentos em arquivos apresentam especificidades que os diferenciam dos documentos em outros serviços de informação e que precisam ser consideradas.

O uso de modelos conceituais no processo de Descrição Arquivística, com base nas normas nacionais e internacionais, já acontece. Seu desenvolvimento surgiu da necessidade de integrar diferentes normas técnicas, evidenciando suas complementaridades, como é o caso da iniciativa do *Internacional Council of Archives (ICA)* (2012), e especialmente forjados pelas possibilidades dos sistemas de informações e as exigências do usuário dessa informação.

Nessa perspectiva advinda das tecnologias da informação e comunicação, os usuários de arquivo têm novas demandas que precisam ser atendidas e ampliadas pelos profissionais que gerenciam a documentação. Essas demandas também aparecem no ensino dos cursos de graduação em Arquivologia, que precisam oferecer uma formação que responda à realidade social, econômica, política e tecnológica do

país, nesse caso, o Brasil. A perspectiva é de que as diferentes áreas do conhecimento que tem como objeto a informação, como por exemplo, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, trabalhem de forma integrada, com o intuito de facilitar a identificação e recuperação dessa informação pelo usuário. O desafio parece ser construir essa integração ao mesmo tempo em que as especificidades de cada uma dessas áreas do conhecimento sejam consideradas. Caminhando, talvez, para no futuro termos uma maior integração entre as áreas que tem como objeto a informação. A literatura apresenta algumas contribuições nesse sentido, a tese de Simionato (2015, p.21) apresenta a possibilidade de "construir uma descrição do recurso imagético que seja integradora e contemple os princípios da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia", que resultou em uma modelagem conceitual denominada DILAM. Também Justino (2013) apresenta uma proposta de integração das normas existentes em instituições de memória para organização e representação da informação, gerando um contexto colaborativo de representação da informação, especialmente digital, sob custódia de arquivos, museus e bibliotecas. Pesquisas que fornecem indícios da viabilidade de integração do tratamento documental.

Nessa pesquisa, vislumbram-se possibilidades de relacionar a Organização e Representação da Informação com o Tratamento Temático da Informação em documentos arquivísticos, por meio dos modelos conceituais da família dos *Functional Requirements*. Como citado, a família FR utiliza o modelo entidade-relacionamento e foi inicialmente desenvolvida para representar dados bibliográficos, posteriormente ampliado para dados de autoridade e de assunto, formando o que se chama 'FR family'. Para a representação de assunto foi desenvolvido o modelo *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD)(IFLA, 2010), ou Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade. O FRSAD apresenta dois conceitos-chave, *Thema*, definido como qualquer entidade usada como um assunto de uma obra e *Nomen*, qualquer signo ou sequência de signos (caracteres alfanuméricos, símbolo, som, etc.) que um *thema* é conhecido. Analisamos o modelo FRSAD como possível aplicação em documentos no contexto dos arquivos. Essa possibilidade é interessante ser analisada do ponto de vista da Arquivologia, de que forma poderá haver uma apropriação desse modelo juntamente com a preservação das características dos documentos arquivísticos e integrando os processos de organização e representação da informação que já são desenvolvidos, como a Descrição Arquivística. Relacionar as temáticas: Modelos

conceituais, Tratamento Temático da Informação e Descrição Arquivística no intuito de construir proposições que considerem as especificidades do documento arquivístico, indicia o ineditismo dessa proposta.

Nesse sentido, essa tese é norteadada pelas seguintes questões de pesquisa, Como o modelo conceitual FRASAD pode contribuir com a representação temática em documentos arquivísticos? É possível, com base nesse modelo, identificar um conjunto de entidades para assuntos em documentos arquivísticos, considerando suas especificidades?

1.1 Objetivos

Os objetivos da pesquisa estão divididos em geral e específicos, apresentados a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

Propor um conjunto de entidades para representação temática de documentos arquivísticos, com base no modelo conceitual FRASAD.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar as especificidades da representação temática de documentos arquivísticos;
- b) Mapear as entidades e atributos relacionados à representação temática nos modelos conceituais para descrição arquivística;
- c) Estabelecer os *themas* para representação temática em documentos arquivísticos, com base no modelo FRASAD.

1.2 Justificativa

Essa pesquisa discute a perspectiva da representação temática de documentos arquivísticos, por meio do aprofundamento teórico e metodológico dos quais a área arquivística apresenta carência. A Arquivologia, apropriando-se dos métodos e metodologias da Ciência da Informação, área em que a pesquisa está inserida, abre novas perspectivas de entendimento do documento arquivístico. Para além do seu suporte, é preciso considerar a informação que o documento apresenta e, conseqüentemente, a análise de seu conteúdo, baseada nas especificidades que o contexto dos arquivos impõe.

Na ministração da disciplina de Descrição Arquivística nos deparamos com limitações na aplicação das normas em relação à

representação temática. Com minha formação em Biblioteconomia, surgiram questões relacionadas à aplicação de normas, padrões e metodologias dessa área do conhecimento nos documentos arquivísticos. As pesquisas e as práticas de descrição arquivística mostram que o conteúdo dos documentos é quase sempre relegado a segundo plano na área da Arquivologia, pouco discutido e com importância e acesso secundários, como apresentam as normas de descrição nacionais (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006; COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA, 2012) e a internacional (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000), por exemplo. Trabalhos que objetivaram analisar a literatura sobre a temática também apontam a escassa literatura e a falta de aprofundamento da representação temática de documentos arquivísticos (RIBEIRO, 1996; MONÇÃO, 2006; MEDEIROS, et al., 2015).

Pretende-se trazer o foco para esse elemento fundamental na organização e representação da informação, sem preterir elementos de contexto e função, mas ressaltando que 'o que trata o documento' se constitui em um ponto de acesso significativo. Preterir a análise, síntese e representação do conteúdo documental nos arquivos pode resultar em limitações na recuperação desses documentos.

Para além das ressalvas da área arquivística, existe um perfil de usuário que exige que seja ultrapassada a compartimentação das áreas do conhecimento em busca de sistemas de informação que forneçam respostas mais completas e significativas. Perfil, como já citamos, impulsionado pelas tecnologias da informação e comunicação, em um mundo integrado, dinâmico e que coexiste no físico e no digital. Yeo (2016, p.157) apresenta uma proposição relacionada à gestão de documentos em ambientes digitais que nos parece condizente com os usuários desses documentos, "[...] no mundo digital, os objetos podem ser agrupados e reagrupados à vontade, e deveria ser possível criar sistemas que acomodem diferentes agrupamentos e diferentes interpretações de objetos fronteiriços." Ou seja, objetos compartilhados por arquivos, museus e bibliotecas poderiam ser representados de forma relacional, respeitando suas particularidades, mas oferecendo aos usuários a possibilidade de criar suas próprias relações. Por exemplo, um usuário que esteja buscando documentos sobre a pintora mexicana Frida Kahlo, poderá em um único sistema de informação obter como resultado o acesso direto às obras digitalizadas da autora sob custódia de um museu, análises dessas obras escritas por um segundo autor e

disponíveis em bibliotecas e, ainda, documentos do arquivo pessoal da pintora. Os sistemas de informação ofereceriam diferentes descrições, dependendo da instituição que disponibiliza esses dados, e os usuários criariam as combinações e contextos desejáveis para a recuperação.

O arquivo é uma instituição que gerencia documentos de pessoa física e/ou jurídica, com diferentes características, e precisa lidar com diversas formas de produção documental. É importante que as instituições arquivísticas discutam e formalizem padrões que preservem a natureza orgânica e estrutural desses documentos. Porém, sem nos prendermos em demasia aos aspectos de forma e estrutura, pois vivenciamos diariamente a dinamicidade da produção documental.

No espectro de representações, o conteúdo do documento ganha destaque nessa pesquisa. Constitui-se um grande desafio aliar o assunto à natureza orgânica e estrutural dos documentos arquivísticos, isto é, aliar esses princípios à representação do conteúdo desses documentos. Os modelos conceituais se constituem em uma das possíveis formas para representar nos sistemas de informação, propondo representações do conteúdo e das relações semânticas pertinentes.

Para que os documentos arquivísticos façam uso de modelos conceituais genéricos, sentimos necessidade de reconhecer e delimitar suas especificidades. As especificidades são pressupostos dessa pesquisa e são entendidas como características que distinguem os documentos arquivísticos de qualquer outro documento. Existindo especificidades, busca-se identificar quais seriam e como tratá-las no processo de representação temática. E, a partir desse mapeamento, propor entidades condizentes com as características dos documentos arquivísticos e correlacionando com o modelo conceitual FRSAD.

Dessa forma, essa pesquisa se justifica no campo da discussão e aprofundamento das questões relacionadas à representação temática de documentos arquivísticos e tendo a Ciência da Informação como aporte teórico e metodológico.

1.3 Estrutura do trabalho

Esta tese inicia com uma introdução, em que a pesquisa é contextualizada e são apresentados seus objetivos, problema e a justificativa. É composta por mais cinco capítulos, além das considerações finais.

No segundo capítulo são apresentadas as abordagens do pensamento arquivístico com o intuito de caracterizar o processo de desenvolvimento da Arquivologia e permitir uma escolha teórica. Para

entendermos as abordagens teóricas da Arquivologia é preciso entender o surgimento dos arquivos e as mudanças pelas quais passaram e que determinaram seu entendimento e tratamento na atualidade. Na busca pela contextualização, importantes marcos históricos e teóricos foram desenhados, assim como autores representativos de cada uma das abordagens de pensamento arquivístico. Associada às abordagens arquivísticas, sentiu-se a necessidade de definir qual a denominação adotada na tese para designar o objeto da Arquivologia, assim, o documento arquivístico foi caracterizado no contexto da pós-modernidade.

No terceiro capítulo é feita uma breve introdução acerca das definições de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento a fim de identificar a Descrição Arquivística (DA) como um processo de Representação da Informação que ocorre nos arquivos. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre DA, objetivando entender sua construção histórica e social, com base em marcos teóricos importantes. Também foi abordado o processo de normalização dessa função arquivística e a criação da norma de descrição internacional, fruto de discussões que envolveram diferentes países.

No quarto capítulo, o Tratamento Temática da Informação (TTI) é apresentado na busca por entender quais suas abordagens, caracterizando a Análise Documental como um tipo de TTI. A Análise Documental é relacionada aos processos de tratamento dos documentos arquivísticos. Esse capítulo também teve como objetivo levantar, com uma revisão bibliográfica, pesquisas que abordam a representação temática em documentos arquivísticos, buscando compreender a forma com que a área trata a temática.

O quinto capítulo correlaciona as demandas da Arquivologia pós-moderna e a representação temática de documentos arquivísticos, os modelos conceituais foram apresentados como uma possibilidade de abordagem. Foram tratados, especificamente, os modelos conceituais da Família FR e, dentro dela, o modelo FRSAD. Considerou-se fundamental apresentar os modelos conceituais já desenvolvidos para a função de Descrição Arquivística e suas respectivas entidades, objetivando conhecer as entidades e relacionamentos estabelecidos.

O sexto capítulo teve por objetivo apresentar as escolhas metodológicas para atender aos objetivos traçados.

No sétimo capítulo buscou-se sistematizar os resultados da pesquisa, que foram apresentados de acordo com os objetivos específicos.

Para finalizar, foram apresentadas as considerações finais, com uma síntese e reflexões da pesquisa, seguidas pelas referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA

Este trabalho está estruturado de forma a construir um embasamento para a discussão dos modelos conceituais na representação temática de documentos arquivísticos. Para isso, apresenta o documento arquivístico no contexto da pós-modernidade, com a contestação da sua imparcialidade e do respeito aos fundos monohierárquicos, discutindo as relações dinâmicas que se estabelecem nos sistemas de informação em rede. Posteriormente, trata do processo de Descrição Arquivística no âmbito da Organização e Representação da Informação, que tem bases teóricas e metodológicas sólidas e contribui para a discussão em documentos arquivísticos, dentre outras formas, com os modelos conceituais. Dentre esses modelos, apresentamos o FR SAD, da família FR, como uma possibilidade na representação temática nos arquivos.

2.1 Abordagens do pensamento arquivístico

Para entendermos as abordagens teóricas da Arquivologia é preciso entender o surgimento dos arquivos e as mudanças pelas quais passaram e que determinaram seu entendimento e tratamento. Muitos autores abordam a história dos arquivos e o desenvolvimento da Arquivologia (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA, et al., 2002; RIBEIRO, 2011a; MARQUES, 2011; CALDERON, 2011; SCHMIDT, 2012; entre outros). Portanto, não foi apresentada uma revisão teórica exaustiva sobre essa temática, apenas serão salientados alguns fatos importantes para compreensão das abordagens no pensamento da área.

A Arquivologia, como um fazer humano, está relacionada às mudanças políticas, econômicas e sociais; além de ter seu desenvolvimento fortemente marcado pela prática. Na discussão sobre quais seriam os primeiros documentos arquivísticos, se as inscrições nas cavernas ou aqueles que surgiram com a invenção da escrita, Calderon (2013) elaborou um quadro, apresentado a seguir, Quadro 1, com os períodos históricos que marcaram a trajetória do conceito de arquivo, uma síntese que pontua as visões de diferentes autores sobre a constituição da história dos arquivos e da sua ciência.

Quadro 1: Trajetória do conceito de arquivo

PERÍODO HISTÓRICO	AUTORES
Idades - Antiga (palácios) - Média (tesouros documentais, de Chartes) - Moderna (arquivos como arsenal da humanidade) - Contemporânea (arquivos como laboratórios da História)	Casanova (1928); Bautier (1968)
- Antiguidade até início do século XVIII (arquivo patrimonial e administrativo) - Século XVIII até metade do XIX (arquivo como conceito historicista e valor histórico dos documentos) - Final do século XIX e parte do XX (crescimento volume documental e integração conceito administrativo e histórico)	Sandri (1970); Londolini (1991)
- Antigo Regime - Novo Regime (pós-Revolução Francesa)	Romero Tallafigo (1994)
Idades - Antiga (arquivos dos palácios) - Mundo greco-romano (arquivos públicos) - Médias (tesouros de cartas) - Moderna (arquivos do Estado) - Contemporânea (arquivos nacionais)	Mendo Carmona (1995a)
- Período pré-arquivístico (Antiguidade até meados do século XX) - Período de desenvolvimento arquivístico (arquivística como disciplina)	Cruz Mundet (2008)

Fonte: Calderon (2013, p.32)

Alguns autores são mais objetivos, como Cruz Mundet (2008) e Romero Tallafigo (1994), citados por CALDERON (2013, p.32), pontuando dois períodos principais. Já o restante dos autores propõe uma subdivisão que contempla desde a Idade Antiga até a

contemporaneidade. Essa entendida por Casanova (1928) e Bautier (1968) (*apud* CALDERON, 2013, p.34) como um período em que os arquivos se constituíram em laboratórios para os estudos históricos, a serviço da História. Já Mendo Carmona (1995 *apud* CALDERON, 2013, p.35) entende que a Idade Contemporânea foi caracterizada pela criação dos arquivos nacionais, com a centralização da gestão documental e o acesso aos documentos como um direito do cidadão.

Calderon (2013) destaca que a história dos arquivos está fortemente ligada à administração e a garantia de direitos individuais e coletivos, desde o *Tabularium*, 500 a.C., que guardava os documentos mais importantes do imperador, até a Idade Média, onde os documentos relacionam-se com a memória, tanto administrativa quanto religiosa. Um marco fundamental na história dos arquivos foi a Revolução Francesa, período em que os Arquivos Nacionais surgiram e se configuraram como custodiadores da memória de cada país, uma vez que documentos de instituições extintas passaram a compor arquivos históricos. Em relação à Revolução Francesa, Calderon (2013, p.38) afirma que, "Surgem os primeiros passos para uma divisão dos arquivos em históricos e administrativos, e isso marcará de forma bastante significativa a profissão do arquivista [...]", sendo um desses marcos a abordagem *Records Management*, sobre o qual trataremos mais adiante.

Rondinelli (2005) também aponta como grande marco na história da Arquivologia a criação do Arquivo Nacional da França, em 1790, que transformou o Arquivo da Assembleia Constituinte nos *Archives Nationales*, quando o Estado francês assume o papel de guardião dos documentos por ele acumulados e o reconhecimento do direito público de acesso (Decreto Messidor, art. 37 *apud* GAGNON-ARGUIN, 1998, p.41). Na gestão dos documentos franceses, o historiador e arquivista francês Natalis De Wailly promulga o 'princípio da proveniência' e sugere ao ministro do Interior da França a emissão de uma circular determinando que os documentos fossem reunidos por fundos, ou seja, pelos órgãos de origem. Esse princípio tem grande impacto e aderência na área até a atualidade, mas não sem contestações.

Assim, a Arquivologia como área do conhecimento que resulta de uma construção histórica e social, passa por diferentes abordagens ao longo de sua existência, em busca de respostas às demandas sociais colocadas. As diferentes formas de compreendê-la resultam em diferentes abordagens do pensamento arquivístico. Esta pesquisa, situada em determinado contexto brasileiro e influenciada pelos fazeres

do seu período histórico, busca contextualizar as abordagens do pensamento e situar sua escolha teórica.

Nessa direção, apoiamos-nos em Lopes (2009), que identifica três principais abordagens ou correntes do pensamento arquivístico, como denomina o autor, caracterizadas a seguir.

Uma delas é a Arquivologia Tradicional, ligada aos arquivos definitivos (permanentes), tem bases nas escolas francesa, italiana e espanhola, e apresenta uma hegemonia internacional no plano teórico e prático. Os holandeses Muller, Feith, Fruin (1973); e o inglês Hilary Jenkinson (1922) são representantes dessa abordagem, e subordinam os arquivos à ciência da História.

Bucci (2000 *apud* COOK, 2012, p.134) sustenta que na construção científica da Arquivologia, “sua vertente tradicional deu à disciplina a sua inclinação empírica, a construiu como ciência descritiva e a adaptou ao imperativo da historiografia positivista, que visava à acumulação de fatos, mais do que à elaboração de conceitos.” Os arquivos tinham, em uma visão tradicional, a missão de preservar a história, na definição de Arquivologia de Duranti (1996, p.8), o caráter positivista é marcante, pois a autora a concebe como “[...] um sistema autorreferente, totalmente autônomo das influências de concepções políticas, jurídicas ou culturais.” Essas visões sustentam o pensamento tradicional, que apresenta uma ênfase no arquivo permanente como guardião da memória, imparcial e autônomo e assim, também, a área que dá suporte teórico e metodológico a esses fazeres, a Arquivologia.

A segunda abordagem do pensamento arquivístico é a *Records Management*, advinda do contexto norte-americano, segundo Lopes (2009), tem como principais precursores William Benedon, Michael Cook e Theodore Roosevelt Schellenberg. Surgida nos finais dos anos 1940, com os efeitos do pós-guerra, considera os princípios da racionalidade administrativa e os documentos arquivísticos como subsídios para a tomada de decisão nas organizações, aproximando-se da ciência da Administração. Apresenta forte preocupação com a prática e, conseqüentemente, com o desenvolvimento de novas técnicas. Diferente de Schellenberg (2009), que propôs tratamento documental independente do tipo de arquivo, Benedon (1969 *apud* LOPES, 2009) tinha seu enfoque nos correntes e intermediários. A abordagem *Records Management* promove uma distinção entre o tratamento do arquivo corrente e permanente, e propõe, inclusive, profissionais distintos para essas duas fases documentais.

Já a terceira abordagem do pensamento arquivístico, denominada Arquivística Integrada, tem origem em Quebec, Canadá e tem como principais precursores Jean Yves Rousseau e Carol Couture. Esses autores entendem a Arquivologia como disciplina científica, autônoma em relação à história e à administração, a reconhecem como uma das ciências da informação. Utilizam o termo 'informação orgânica registrada' e não 'documento de arquivo' (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Essa abordagem propõe o tratamento documental de forma integrada, ligado a todo o ciclo de vida. Luís Carlos Lopes foi um dos autores brasileiros que desenvolveu seus estudos no Canadá, em 1997, sendo um grande propagador da Arquivística Integrada em nosso país.

Indolfo (2007, p.39) sintetiza as propostas dessa abordagem ao afirmar que,

Na década de 1990, o manual de Arquivologia, de autoria dos arquivistas canadenses (oriundos de Québec), Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, sobre 'Os fundamentos da disciplina arquivística', apresenta com muita clareza os elementos fundamentais da teoria e prática arquivística europeia e os associa com o *records management* norte-americano. Essa foi uma contribuição importante para superar a cisão existente na categoria profissional, que culminou numa nova versão da disciplina, a chamada "arquivística integrada". Dessa maneira, ocorre uma reconciliação dos papéis [sic] desempenhados pelos arquivos e arquivistas, ou seja, sua tripla função: administrativo, científico e cultural.

São essas as três abordagens identificadas por Lopes (2009), mas veremos adiante que a literatura aponta outras.

O desenvolvimento da arquivística na Austrália apresenta algumas peculiaridades interessantes. Por esse país ter se tornado nação em 1901, relativamente jovem, a área teve somente no século XX seus acontecimentos mais marcantes. Com a dinâmica de desenvolvimento, o Arquivo Nacional da Austrália não conseguia cumprir os princípios que até então orientavam a prática arquivística. Isso porque as estruturas funcionais, por serem novas, mudavam constantemente na tentativa de adequar-se às configurações políticas, econômicas e sociais. Assim, os princípios de proveniência e ordem original apresentavam grandes dificuldades de serem postos em prática.

Essas dificuldades são muito próximas da realidade atual, especialmente com as tecnologias da informação e comunicação, em que as instituições, públicas e privadas, assim como o indivíduo, estão inseridos em contextos dinâmicos, relacionais e multifacetados, gerando múltiplas proveniências dos documentos produzidos e recebidos. Constituir um fundo documental, como na atualidade, era um desafio para os arquivistas australianos. Em 1960, o linguista Peter Scott foi nomeado para trabalhar na Divisão de Arquivos do governo da Austrália, e em 1964 sugeriu considerar séries, baseadas em funções, como controle intelectual dos documentos em vez do fundo documental (documentos com uma mesma proveniência) (CUNNINGHAM, 2007). Scott (1966, p. 495, tradução nossa) critica o conceito de respeito aos fundos e da ordem original, e diz que segui-los traz dificuldades na constituição do *record group*², apontando cinco problemas na sua aplicação:

- a) Transferência de documentos de uma agência para a outra: complexidade da produção documental;
- b) Existência de uma mesma função que é transferida para diversos órgãos dificultando a identificação da proveniência, que em alguns casos, é múltipla;
- c) A numeração dos grupos documentais é estática, dificultando a inclusões/alterações posteriores;
- d) Armazenamento em conjunto, na ordem de recebimento não acompanha a dinamicidade da produção documental;
- e) Definição de '*Record Group*' apresenta muitas inconsistências, como os termos "*archives transferred by . . .*" e "*archives created by . . .*", mostrando uma imprecisão terminológica.

As críticas de Scott(1966), basicamente, se relacionavam ao fato de que os princípios de respeito aos fundos e de ordem original não acompanhavam a dinâmica e a complexidade da produção documental,

² Para Scott (1966, p.495) é entendido como "*The conception of the record group as the records created by one agency [...]*" Araújo (2013, p. 67) diz que, "Outro conceito que se afirma no pós-guerra, e que também se insere na perspectiva funcionalista, é o de *record group* – uma adaptação americana do 'princípio da proveniência' tal como este era concebido na Europa.[...] Como explica Pinkett (1981), os documentos recebidos pelos arquivos americanos, procedentes das administrações, tendiam a apresentar-se muito mais desorganizados do que os europeus, onde a tradição administrativa era mais propícia a possibilitar o respeito pela ordem original após as incorporações nos arquivos definitivos."

então ele propõe a separação entre "controle do contexto" e "controle do documento". Yeo (2016, p.140), se referindo à Scott, diz que,

Sua descrição distinta de criadores e séries abandona as pressuposições de que as relações entre as séries e as entidades criadoras de documentos são hierárquicas, além de permitir que uma série seja ligada a tantas dessas entidades quantas forem exigidas pela documentação do contexto.

O foco de Scott (1966) e do sistema implantado na Austrália era a série documental. Os documentos que a formavam eram vistos como coesos e com proveniência única (YEO, 2016), fato que pode ser contestado.

Apesar das críticas ao princípio, Cunningham (2007, p.80-81) diz que,

Longe de ser um ataque ao princípio da proveniência, Scott via sua abordagem como sendo um meio mais eficiente de registrar a verdadeira e frequentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem de fundos.

Justamente para respeitar as diferentes proveniências eram necessárias múltiplas relações dessas com os documentos.

Com esse exemplo australiano, percebemos a forte relação da Arquivologia com a prática, um fazer que se desenvolvia em grande parte com os desafios impostos pelos problemas práticos, o que fez com que a construção do campo científico que estuda os arquivos tivesse uma base empírica.

Marques (2011, p.174), em sua tese, que estudou o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, afirma que,

Se, por um lado, a prática arquivística é antiga, por outro, a formação especializada, ou seja, a profissionalização, consolida-se a partir das escolas européias do século XIX e dos cursos universitários (de graduação e pós-graduação) que se espalham no mundo ao longo do século XX (LIMON, 1999-2000). A partir desse século e,

sobretudo a partir das duas guerras mundiais, a formação em Arquivologia desenvolve-se em razão das demandas das instituições arquivísticas e do mundo do trabalho, preocupadas com a gestão de grandes volumes documentais.

No século XX, a profissionalização busca responder a uma exigência também imposta pelo fazer, mas que já não colocava o arquivo somente como guardião de documentos, mas impunha a responsabilidade de gerência sobre a documentação, exigindo respostas às demandas do mundo do trabalho. Consequentemente, novas técnicas e processos de organização e tratamento documental são desenvolvidas e aprimoradas.

Além das três correntes citadas por Lopes (2009), incluímos a Arquivologia no contexto da pós-modernidade, denominada pós-moderna (ou ainda, pós-custodial ou funcional), que contrapõem-se à visão positivista. Na atualidade, o autor Terry Cook é o principal teórico e apresenta sua compreensão histórica da Arquivologia dividida em três fases: a pré-moderna, que envolve os valores vitorianos evidentes na Diplomática, o Manual dos Holandeses, até Jenkinson; a modernista, representada por Schellenberg (1958) e caracterizada pelo impacto do pensamento organizacional/gerencial em arquivos; e o novo paradigma, o pensamento arquivístico pós-moderno, nas palavras de Cook (2012, p.136),

Os pré-modernistas tinham fé no documento como refletindo atos e fatos empíricos, e na História da escola de *Von Ranke*³, como capaz de interpretar tais documentos para chegar à realidade objetiva do passado histórico; o Modernismo questionou a objetividade da História, percebendo que haviam diversas interpretações históricas possíveis de um mesmo conjunto de documentos, descrevendo o mesmo assunto ou evento; o pós-modernismo questiona a objetividade e “naturalidade” desses documentos.

Scott (1966), devido às particularidades do sistema australiano, como já citamos, apresentou a perspectiva de registrar a descrição dos

³

Historiador alemão do século XIX, positivista, que discutia o método científico na pesquisa histórica.

documentos e o contexto administrativo separadamente. Isso fez com que Cook (2007) o apontasse como o 'avô' da revolução pós-custodial na Arquivologia, abrindo caminho para se pensar os fundos documentais como construções dinâmicas e com múltiplos relacionamentos, inserindo-a no pensamento pós-modernista.

Cook (2012, p.128) desenvolveu algumas formulações pós-modernistas que implicam e impactam os arquivos e a Arquivologia na atualidade, situando os arquivos em uma "teoria social contextual" (FOUCAULT, 1970 *apud* COOK, 2012, p.137),

O pós-moderno desconfia e se rebela contra o moderno. A noção de verdade universal ou conhecimento objetivo baseada nos princípios do Iluminismo, ou no emprego do método científico ou da análise textual clássica, é descartada como quimera. [...] O contexto por trás do texto, as relações de poder que modelam o patrimônio documental, e até a estrutura do documento, o sistema de informação residente e as convenções narrativas, são mais importantes que a coisa objetiva em si ou o seu conteúdo. Fatos em textos não podem ser separados da sua atual ou passada interpretação, nem o autor do assunto ou o público, tampouco o autor da sua obra, ou obra do contexto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, rerepresentado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo orador, fotógrafo, escritor, com um propósito definido. [...] Os pós-modernistas tentam desnaturalizar o que a sociedade assume como natural, o que tem sido aceito durante gerações, ou mesmo séculos, como normal, natural, racional, comprovado – simplesmente o jeito que as coisas são.

É possível perceber o caráter questionador dessa visão de mundo, em que cada indivíduo é interagente e protagonista da história. E, a partir desse novo paradigma, Cook (2012, p.144) cita oito pontos de mudança fundamentais nas formulações teóricas da Arquivologia, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Mudança nas formulações teóricas da Arquivologia na Pós-modernidade

Pontos de mudança	Novas formulações teóricas
Proveniência	O princípio da proveniência ⁴ muda sua forma de conectar os documentos diretamente com um único lugar de origem, numa estrutura organizacional hierárquica tradicional, para se tornar um conceito virtual e mais elástico, refletindo aquelas funções e processos do produtor que causaram sua criação, dentro e através de organizações em evolução constante, interagindo com usuários em constante mudança, refletindo culturas organizacionais e gerenciais diferentes, e adotando frequentemente convenções idiossincráticas de interação humana e de trabalho, apropriadas, organizações planas, horizontais e (frequentemente) de curto prazo. A proveniência, em resumo, está vinculada à função e à atividade em vez da estrutura e o lugar. Torna-se virtual em vez de física.
Ordem original	A ordem original muda sua forma de manutenção da localização física inicial dos documentos num sistema de registro ou classificação, para a intervenção conceitual do software, onde partes dos documentos estão armazenadas aleatoriamente, sem nenhum significado físico e depois são intelectual ou funcionalmente

Fonte: Adaptado de Cook (2012, p.23-25)
continua...

⁴"[...] o princípio fundamental da Arquivologia no âmbito dos arquivos permanentes: o *respect des fonds* (ou princípio da proveniência), que consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada." (BELLOTTO, 2004, p.130)

Quadro 2: Mudança nas formulações teóricas da Arquivologia na Pós-modernidade
...continuação

	recombinadas, de maneiras diferentes, para propósitos diferentes, em tempo e lugares diferentes, em diversos tipos de ordem, para usuários diferentes. As ordens refletem usos múltiplos em processos de trabalho mais do que em disposições físicas de objetos registrados [...]. ⁵
Documentos arquivísticos [<i>Record</i>]	As três partes que compõem qualquer documento arquivístico - a estrutura, o conteúdo e o contexto - que tradicionalmente eram assentadas num meio físico único - pergaminho, papel ou filme - estão agora divididas em armazenagens de dados separados e talvez em programas de software diferentes. Um documento, assim, deixa de ser um objeto físico para virar um "objeto" conceitual de informação, controlado por metadados, que virtualmente combina conteúdo, contexto e estrutura para fornecer evidências de atividade ou função de algum criador. Além disso, como seu uso, o contexto muda ao longo do tempo (incluído uso de arquivo), os metadados mudam e são continuamente renovados. Eles já não são fixos, mas dinâmicos. O documento arquivístico não é mais um objeto passivo, um "registro" de uma evidência, mas um agente ativo desempenhando um permanente papel nas vidas dos indivíduos, organizações e da sociedade.
Fundos Arquivísticos	Analogamente, mudam de um reflexo de alguma ordem física estática, baseada em regras decorrentes da transferência, arranjo ou acumulação

⁵A abordagem da autora Luciana Duranti (1996) já trata a ordem original como relações intelectuais, os 'diálogos' que a documentação constrói.

Fonte: Adaptado de Cook (2012, p.23-25)

continua...

Quadro 2: Mudança nas formulações teóricas da Arquivologia na Pós-modernidade
...continuação

	<p>de grupamentos de documentos, para uma realidade virtual de relacionamentos que reflete um produtor múltiplo dinâmico e uma autoria múltipla, focada na função e na atividade, que capture com maior precisão a contextualidade dos documentos arquivísticos no mundo moderno.</p>
<p>Arranjo e descrição</p>	<p>Estarão menos concentradas em entidades e grupos de documentos físicos, que não significam nada para a mídia eletrônica de qualquer maneira, e em vez disso desenvolverão (e compartilharão com os pesquisadores) entendimentos contextuais enriquecidos pelos múltiplos inter-relacionamentos e usos do meio social de sua criação, bem como a incorporação de um sistema de documentação arquivística relacional e metadados funcionais do produtor às ferramentas descritivas do arquivo [permanente].</p>

Avaliação	<p>Continuará a mudar, deixando de ser uma avaliação documental com base no seu valor potencial de pesquisa, para virar uma análise de macro avaliação das funções, programas e atividades sociais do produtor, e a interação cidadã com elas e, a seguir, a seleção mais sucinta para preservação e acesso contínuo que reflita essas funções, e a busca de (ou criação?) fontes do setor privado ou orais e visuais para complementar registros institucionais oficiais, usando a mesma lógica funcional.</p> <p>A Avaliação estabelece “valores” através da teoria social baseados na narrativa contextual da criação e não no conteúdo. Ela prestará o mesmo cuidado às vozes marginalizadas e até silenciadas que aos textos poderosos e oficiais, e procurará por provas de <u>governança</u> mais do que de <u>governo</u>.</p>
Preservação	<p>Não irá mais focar na reparação, conservação e salvaguarda do meio físico em que estava o documento, mas em vez disso se concentrará em migrar ou emular continuamente os conceitos e inter-relações que agora definem os documentos virtuais e fundos virtuais para novos programas de software. (É claro, a conservação e o reparo tradicionais continuarão para o legado documental de séculos passados).</p>
Arquivos [<i>Archives</i>]	<p>Como instituições, propriamente ditos, irão passar gradualmente de lugares de armazenamento de documentos velhos, que pesquisadores precisam visitar para consultar, para se tornar virtuais “Arquivos sem paredes”, existentes na internet, para facilitar o acesso do público à milhares de sistemas interligados de manutenção de</p>

	documentos, tanto aqueles sob o controle dos Arquivos quanto aqueles deixados sob a custódia dos seus criadores ou outros arquivos.
--	---

Fonte: Adaptado de Cook (2012, p.23-25)

conclusão.

A definição e constituição de um fundo arquivístico no ambiente digital apresenta um produtor múltiplo e dinâmico, requerendo, como é possível verificar nas afirmações de Cook (2012), processos de tratamento dos documentos arquivísticos que estabeleçam relações múltiplas. Essas formulações foram construídas no contexto da pós-modernidade, em que o documento é entendido na relação dinâmica com o produtor e no contexto digital, e mostram que a gestão estática, a partir dos antigos pressupostos, já não responde às novas questões impostas.

Nesta pesquisa interessam, especialmente, as considerações de Cook (2012) sobre o documento arquivístico e a descrição, pois evidenciam que os modelos conceituais podem apresentar possibilidades de estabelecimento de múltiplas relações entre os elementos: conteúdo, contexto e estrutura, na busca de elementos para a representação temática.

No Brasil, Tognoli e Guimarães (2011) publicaram trabalhos que discutem e caracterizam as abordagens do pensamento arquivístico. É deles o Quadro 3, que compara a arquivística integrada e a funcional⁶ (também denominada pós-custodial ou pós-moderna), e ainda inclui a diplomática, que não será apresentada aqui por não ter relação com esta pesquisa.

⁶"A abordagem pós-moderna apoia-se na análise funcional do processo de criação dos documentos – daí o nome Arquivologia Funcional [...]" (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p.30)

Quadro 3: Comparativo das abordagens canadenses

Abordagem	Fundamentação	Características da Arquivologia	Documento de Arquivo	Objeto de Estudo	Representantes
<p>Arquivística Integrada</p> <p>Década de 1980</p> <p>Canadá Francês</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪Baseada na Arquivologia Francesa (arquivos históricos e princípio da proveniência) e na Gestão de documentos norte-americana ▪Identificação do objeto de estudo como “informação registrada”. ▪Enunciação do novo paradigma, no final do século XX. 	<p>Disciplina integradora que engloba a criação, tratamento, conservação e utilização de documentos ativos, semi-ativos e históricos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪Autônoma ▪Interdisciplinar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Aqueles produzidos ou recebidos por uma pessoa ou organismo para as suas necessidades ou o exercício das suas atividades e conservados pelo seu valor de informação geral ▪Informação orgânica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Conjunto de informações orgânicas (arquivos) 	<p>Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, Jacques Ducharme, Michel Duchemin, Louise Gagnon-Arguin, André Bissonnette, Muriel Doyle-Frenière, André Frenière</p>

Fonte: Adaptado de Tognoli e Guimarães (2011, p.36)continua...

Quadro 3: Comparativo das abordagens canadenses

continuação...

Abordagem	Fundamentação	Características da Arquivologia	Documento de Arquivo	Objeto de Estudo	Representantes
<p>Arquivologia Funcional ou Pós-custodial</p> <p>Década de 1980</p> <p>Canadá inglês</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪Baseada no contexto da Pós-Modernidade e da enunciação do novo paradigma ▪Redescoberta do Princípio da Proveniência ▪Reformulação dos princípios basilares da área ▪Importância da dimensão social do documento – paradigma social dos arquivos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Disciplina em constante evolução, mutável, e dinâmica, capaz de se adaptar às novas realidades de produção documental ▪Interdisciplinar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Entidade construída e mantida socialmente ▪Forma de poder e de manipulação <ul style="list-style-type: none"> ▪Símbolos construídos ▪Dado conceitual ▪Agente ativo e dinâmico na vida dos indivíduos, organizações e sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Contexto de produção dos documentos ▪Análise dos criadores do documento ▪Processo de vincular informação 	<p>Terry Cook, Hugh Taylor, Tom Nesmith, Laura Millar, David Bearman, Eric Ketelaar, Hans Booms, Verne Harris, Ciara Trace</p>

Fonte: Adaptado de Tognoli e Guimarães (2011, p.36) conclusão.

As duas abordagens se desenvolvem na década de 1980, sinalizando a reestruturação do pensamento arquivístico e uma área que, naquele momento, não apresentava respostas às novas questões trazidas com os sistemas automatizados e a ampliação do acesso à documentação. As abordagens Tradicional e *Records Management* apresentam a formulação de princípios que parecem não atender as necessidades surgidas com as tecnologias da informação e comunicação. A gestão documental compartimentada e segmentada dessas abordagens cria uma realidade artificial e que não corresponde às demandas e problemas práticos, que são dinâmicos, como já sinalizado por Scott (1966).

Essa pesquisa é influenciada por todas as abordagens do pensamento arquivístico citadas, pois, cada período histórico se constrói ou reconstrói a partir das discussões, formulações e teorias de seus antecessores. Porém, na atualidade, frente aos desafios que os documentos digitais apresentam, a pós-modernidade nos parece a abordagem que fornece subsídios para a compreensão da complexidade das questões que se apresentam.

A abordagem pós-moderna apresenta uma nova forma de pensar o contexto de produção, organização e representação dos documentos arquivísticos, “O documento é um sinal, um significante, uma construção mediada e em constante mudança, não um receptáculo vazio no qual atos e fatos são derramados” (COOK, 2012, p.131). Da relação da pós-modernidade com a Arquivologia, Cook (2012, p.144) faz algumas considerações, dizendo que,

[...] a Arquivística deveria mudar o paradigma de pesquisa da análise das propriedades e características de documentos individuais ou de séries documentais, para uma análise das funções, processos e transações que geram documentos ou as séries a serem criadas.

Essa mudança apresenta vários desafios teóricos e metodológicos. Pensamos aqui especificamente naqueles que se relacionam à Organização e Representação da Informação (ORI) dos documentos arquivísticos, atividades desenvolvidas na Descrição Arquivística, refletindo sobre como desenvolver esses processos, levando em consideração o estágio atual de desenvolvimento. Para a construção dessa abordagem, a Ciência da Informação foi a área basilar, por

apresentar discussões aprofundadas sobre ORI e, especificamente, a representação temática.

Esta pesquisa se desenvolve no contexto da Arquivologia Pós-moderna. A área e seu objeto, documento arquivístico, são entendidos como construções sociais, dinâmicas, parciais e interligadas. O processo de organização e representação da informação pode ser o fio condutor da criação de vínculos da rede constituída por produtores, instituições, documentos e usuários. Assim como, se utiliza dos fundamentos teóricos da Ciência da Informação relacionados à Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, tratados no capítulo 3.2.

2.1.1 Documento arquivístico

O desenvolvimento teórico da Arquivologia é compreendido em diferentes fases históricas, como apresentamos no capítulo 2.1. No bojo desse desenvolvimento está a promulgação de princípios que direcionam o fazer arquivístico. Os três princípios basilares são: organicidade, respeito aos fundos e à ordem original. O Quadro 2, também apresentado no capítulo 2.1, apresenta algumas contestações feitas por Cook (2012) em relação à esses princípios. O autor não as nega, mas apresenta uma visão a partir do contexto pós-moderno, e é a partir desses entendimentos que será delimitado o conceito de documento arquivístico.

No artigo de Capurro e Hjørland (2007) é possível visualizar a diversidade de conceitos de informação, derivados de áreas do conhecimento distintas e, portanto, diferentes concepções epistemológicas. Essas áreas tentam, a partir de suas bases teóricas e metodológicas, entender no que se constitui a informação e as relações que estabelece com outras áreas. Na Ciência da Informação os autores citados identificam a influência da área da Tecnologia, Comunicação e da Biblioteconomia no entendimento do que seja informação, e afirmam que, “Em nossa percepção, a distinção mais importante é aquela entre informação como objeto ou coisa (por exemplo, número de *bits*) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo.” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.193).

Essa distinção tem implicações objetivas na forma com que a informação é entendida e os estudos são conduzidos na Ciência da Informação. Capurro e Hjørland (2007, p.193) apontam que, “É

relativamente fácil contar o número de palavras em um documento ou descrevê-lo de outras formas; muito mais difícil é tentar descobrir para quem aquele documento tem relevância e quais as perguntas importantes que ele pode responder.” Nos parece essa a tentativa que a Arquivologia vem fazendo, ao tentar perpassar os elementos descritivos do documento, em busca do entendimento de seu conteúdo, contextualizado, no processo de representação temática.

Lopes (1996) diz que, até a década de 1990, o conceito de ‘informação arquivística’ era pouco conhecido na literatura mundial. Silva (2010, p.12) assinala que “[...]a expressão informação arquivística emerge na literatura da área nos anos 1980, estabelecendo a abordagem informacional que inscreve o arquivo na dinâmica da importância que assume a informação na contemporaneidade”.

Lopes (2009, p.119) cita um artigo publicado pelos editores da Revista *Archives* (1988) no qual caracterizam a informação arquivística, dentre as características salienta-se:

- a natureza das informações arquivísticas é específica; trata-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por um indivíduo ou por um organismo que é, ao mesmo tempo, produtor e receptor;
- a primeira característica da informação arquivística é a sua natureza orgânica, isto é, sua relação umbilical com o produtor;
- a segunda característica é a sua originalidade, logo, a sua unicidade;
- a terceira característica é a sua capacidade de ser avaliada em termos de idade e de utilização.

A partir dessas características, são impostos desafios em relação ao documento digital, na forma com que a Arquivologia lida com as tecnologias da informação e comunicação, tentando manter o valor de prova do documento ao longo do tempo, que é seu principal propósito. No meio digital, a informação prescinde do suporte, de um objeto, os arquivos se interessam pela informação produzida ou recebida em decorrência de ações de uma instituição ou pessoa, assim, uma música pode ser uma fonte de informação arquivística, por exemplo.

O surgimento do termo ‘Informação Arquivística’ na literatura da área sinaliza uma tentativa de significar as mudanças que a tecnologia

apresenta, assim como o fato de que a Arquivologia não está mais centrada unicamente nos aspectos estruturais e se desloca para a informação contida nos documentos. Especificamente no contexto digital, o documento precisa ser pensado a partir de elementos que transcendam os aspectos físicos.

Silva (2010) apresenta o contexto e o sentido com que o termo informação arquivística aparece na literatura da área. Conclui que, do conjunto de doze trabalhos por ela analisados, dos anos de 1996-2006, apenas um problematiza o termo. A autora supracitada (2010, p.19) sintetiza a análise da seguinte forma,

As concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento; informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento.

É interessante verificar ‘O que’ a denominação Informação arquivística representa no contexto brasileiro. Ao refletir e discutir sobre o desenvolvimento dessa área do conhecimento, no contexto brasileiro, é necessário pensar sobre o conceito a que se refere quando tratamos de informação arquivística. Pode-se dizer que existem práticas arquivísticas destituídas da materialidade do documento? Materialidade entendida aqui como matéria física, o suporte. A arquivística seria uma qualidade do termo informação? Qualidade que confere à informação os limites de atuação da área, geradas e recebidas por uma instituição ou pessoa no decorrer das suas atividades e ações. Essas questões nos parecem complexas e são discutidos alguns possíveis caminhos de entendimento e delimitação do conceito de informação arquivística adotado nessa pesquisa.

No Brasil, autores da área já utilizam o termo ‘informação arquivística’ em seus trabalhos desde a década de 90, como Lopes (1996); Bellotto (1998), Jardim (1999); Fonseca (1999) e Calderon (2011). Apesar de Bellotto (1998) citá-lo no intuito de negá-lo, os outros autores partem do pressuposto de que se constitui objeto da área da Arquivologia. Também é possível verificar o uso dos termos ‘informação orgânica’ e ‘informação não-orgânica’ que, segundo Tognoli e Guimarães (2011, p.28), derivam da abordagem quebequense:

A informação orgânica é definida como aquela que é produzida e/ou recebida no âmbito de uma atividade e a produção de uma ou mais informações orgânicas darão origem aos arquivos da instituição. Já as informações não-orgânicas são aquelas contidas em documentos bibliográficos, como as publicações e os materiais de referências, por exemplo.

Informação orgânica e arquivística podem ser consideradas sinônimas, já que ambas denotam a ligação da informação com seu produtor.

A mudança de paradigma que é possível observar na literatura da área é apontada por Ana Maria Camargo, em 1994, quando contextualiza a problemática dos diferentes suportes que o documento arquivístico pode assumir. A autora cita Vital Chomel (1975 *apud* CAMARGO, 1994, p.36), que questionava as leituras do objeto da Arquivologia:

Já é tempo de admitir que, paralelamente a arquivística do metro cúbico ou linear, que tem seus problemas específicos e suas incômodas estratégias, deve se instaurar - como mediação insubstituível entre historiadores e arquivistas - uma arquivística do sentido, que seja ao mesmo tempo decifrador dos dados documentários e questionadora das fontes adormecidas.

Evidencia-se, assim, uma nova abordagem, especialmente atribuída ao surgimento e uso das tecnologias da informação e comunicação, mas que vai além, pois demonstra a premente necessidade de discutir os pressupostos da área. Tognoli e Guimarães (2011) traçam os contornos do desenvolvimento do pensamento arquivístico, e percebem as rupturas necessárias frente às novas tecnologias da informação e comunicação, propostas, fortemente, pela visão canadense. Da mesma forma Silva, Irisneide (2012), na tentativa de contextualizar o uso do termo 'informação arquivística', remonta uma trajetória histórica e caracteriza a visão informacional dos arquivos no processo de gestão da informação nas instituições, o que faz com que o objeto da Arquivologia passe do documento para as ações de informação, processos e interações que o caracterizam. Assim, a Arquivologia

caracteriza-se como uma disciplina que questiona seu objeto e suas interações, assumindo outro *status* no mundo pós-moderno.

No coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional [...].(COOK, 2012, p.125).

Pode ser esse descompasso entre o estático e o dinâmico, a forma e o conteúdo, o físico e o imaterial, o rígido e o fluido, que fez emergir o termo informação arquivística. A negação deste, percebida nos autores mais conservadores, de tradição europeia, parece legítima quando se percebe que, ir do documento (suporte material papel) para a informação, transformando assim seu objeto, é questionar a própria legitimidade da área. Cunningham (2007, p.77) é enfático ao afirmar que, "Como todo arquivista sabe, o que distingue os arquivos de outras formas de informação é que seu significado e valor derivam de sua proveniência." Afinal, o que distingue a Arquivologia das outras áreas que também têm como objeto a informação? Ribeiro (2005a, 2011a) e Silva (2002) defendem a perspectiva de que não existe, de modo geral, diferenças entre documento de arquivo, biblioteca, museu, ou qualquer outro centro de documentação. De acordo com Ribeiro (2005a), um mesmo documento pode estar em qualquer um desses espaços. O que faz com que um documento esteja no arquivo é sua natureza orgânica e funcional, permeada pela memória, o que para ela não seria suficiente para legitimar e fundamentar a Arquivologia como campo autônomo.

Além disso, aos arquivistas da era pós-custodial compete também o exercício de contribuir para redesenhar as fronteiras das disciplinas que fazem da Informação não a sua matéria-prima, mas o seu objecto central de estudo e de pesquisa, como é o caso da Biblioteconomia, da Documentação e dos Sistemas Tecnológicos de Informação. As diferenças específicas entre estas disciplinas não são suficientes para legitimar e fundamentar campos científicos autônomos; ao contrário, têm

tanto em comum que só podem congrega-se num campo unitário e transdisciplinar como é o da Ciência da Informação, pois aí encontram o seu pleno sentido. (RIBEIRO, 2005a, p.8)

Silva (2002, p.19) é taxativo em relação às possíveis diferenças entre a natureza da informação,

Seja literária, científica, político-administrativa, artística, museológica, etc. a informação é sempre e originariamente orgânica (termo enfatizado pelos autores canadenses da Arquivística Integrada) de onde se infere que entre fundo (conjunto orgânico de documentos) e coleção (conjunto de documentos acumulados por acaso) não há diferença porque é muito difícil, para não dizermos impossível, que o acaso substitua a natural intencionalidade e organicidade do colecionador.

Quanto à organicidade e intencionalidade que orienta as diferentes áreas que têm como objeto a informação, concordamos com Silva (2002). No Brasil essa visão é pontuada no Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005), que define coleção como "Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente" (p.52) e fundo como "Conjunto de documentos com uma mesma proveniência." (p.97); a intencionalidade nos parece implícita às atividades humanas.

O filósofo Derrida, no livro *Papel-máquina* (2004), discute questões relacionadas ao suporte da informação com o uso das tecnologias da informação e comunicação. Derrida (2004, p.235) afirma que, "uma certa instância legitimadora do papel ainda permanece intacta, pelo menos na maior parte dos sistemas de direito [...]" e essa é uma das razões pelas quais a Arquivologia, que tem como objetivo preservar o valor de prova do documento, ainda encontra dificuldades para a adequação a esse novo patamar da imaterialidade. Dificuldade explicitada no próprio objeto da área, que é a informação produzida ou recebida por pessoas ou instituições no decorrer de suas ações e atividades, independente do suporte, mas não o prescindindo.

Existe um aspecto político na materialidade, citado por Derrida (2004, p.226), "Uma nova libertação do fluxo pode, de uma só vez, deixar passar qualquer coisa e dar alento a possibilidades críticas outrora

limitadas ou inibidas pelas velhas máquinas de legitimação - que são, também, à sua maneira, máquinas de edição de texto.”; o suporte físico também, parece, legitimador da Arquivologia.

Silva (2000, p.9) afirma que Borko (1968) ao delimitar a área da Ciência da Informação, “[...] traçou um programa científico que, volvidas três décadas, continua atual e em plena realização com inevitáveis efeitos epistemológicos”. Cita alguns desses efeitos, dentre os quais é destacado o que se relaciona a nossa discussão, “desvalorizar o primado do suporte 'enganador dos sentidos' e da razão, o que equivale a distinguir na documentação o componente substancial — a informação — do componente acessório — o suporte”.

Smit (2010, p.1) corrobora com Borko (1968) ao considerar os arquivos sistemas de informação no campo da Ciência da Informação⁷, e afirmar que,

[...] não se trata da custódia de suportes, mas de evidências de transações organizacionais registradas em suportes ou - hoje em dia com frequência cada vez maior - registradas em meio digital. As evidências de transações e decisões organizacionais são registradas para viabilizar as próprias transações, o que nos leva novamente à noção de “informação registrada”, informação esta que pode estar registrada numa variedade de suportes físicos ou no meio digital.

Entende-se que a informação arquivística não está atrelada ao suporte, uma vez que pode estar registrada em qualquer que seja, desde que apresente características que evidenciem sua organicidade e autenticidade. O termo Arquivística atrelado à informação diz respeito à sua natureza orgânica e funcional, que objetiva garantir o valor de prova ao documento no arquivo.

Porém, para que a informação possa ser tratada, analisada e disseminada nas instituições arquivísticas, ela precisa estar registrada, pois essas instituições trabalham com o registro das informações. Esse registro é designado documento, no sentido mais amplo, definido no dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.73) como “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Essa definição liberta o documento da sua materialidade e assume que o documento arquivístico pode existir em

⁷Ver também Ribeiro (2011a) que compartilhada desse mesmo entendimento.

qualquer suporte ou formato, desde que preservada sua contextualização, estrutural e funcional.

Assim, utilizar o termo documento arquivístico parece mais adequado, visto que abarca a informação e sua unidade de registro (qualquer que seja), possibilitando sua gestão, comunicação e uso. Além disso, o termo arquivístico refere-se ao fato de que essa informação preserva sua organicidade e proveniência.

O referencial teórico da pesquisa apoia-se em uma visão da Arquivologia na pós-modernidade, em que a área e seu objeto, documento arquivístico, são entendidos como construções políticas, econômicas e sociais, parciais e interligadas de forma dinâmica.

Concordamos que essa caracterização é bastante flexível, expandindo as fronteiras das disciplinas que trabalham com informação, como propõe Ribeiro (2005a), e é nesse sentido, também, que nosso trabalho propõe analisar o uso dos modelos conceituais na Arquivologia.

3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Os processos de representação da informação e do conhecimento são considerados fundamentais como meios de fornecer acesso aos recursos de informação, em todos os suportes. Proporcionam a criação de uma estrutura conceitual e a descrição de objetos informacionais para a recuperação. O desenvolvimento de modelos e metodologias de representação da informação e do conhecimento implica em maior qualidade na recuperação da informação.

Partindo da análise realizada por Bräscher e Café (2008), no sentido de esclarecer e evidenciar as diferenças nas conceituações referentes à representação da informação e do conhecimento, abordaremos as definições desses processos. Para as autoras (2008, p.5),

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

E complementam dizendo que, no contexto da organização e representação da informação (ORI) o objeto é o registro da informação⁸, estando, portanto, no mundo físico. Já a organização e representação do conhecimento (ORC), segundo Bräscher e Café(2008, p.6) se aplica a unidades do pensamento (conceitos) e “[...] visa a construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” e apresenta como produto desse processo a representação do conhecimento que “[...] é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar.” Sendo assim, a representação do conhecimento, aplicada a domínios específicos, consiste na determinação dos conceitos que o compõem e os relacionamentos semânticos existentes entre eles, visando a representação da informação, isto é, representação dos objetos informacionais individuais.

Segundo Woods (1975 *apud* WELTY, 1996), modelos de representação do conhecimento seriam aplicados na representação

⁸O que nos referimos como 'Documento' na perspectiva arquivística.

inequívoca de alguma interpretação de uma sentença (lógica), com um método para ‘tradução’ da linguagem natural para a de representação. Os modelos de representação do conhecimento fornecem subsídios ao processo de organização da informação e permitem consistência, principalmente no processo de análise de assunto. Nessa pesquisa são abordadas questões da ORC, nos modelos conceituais, que fornecem subsídios para que a ORI no processo de Descrição Arquivística aconteça, como trataremos adiante.

Já a Organização e Representação da Informação em documentos arquivísticos apresenta características marcantes no processo de descrição, o que os conceitos apresentados no item 2.1 evidenciam, como a relação de organicidade, que possibilita reconstituir o contexto e, fundamentar a autenticidade e a fidedignidade dos documentos. Configura-se em um processo complexo, levando em consideração que os documentos arquivísticos e, conseqüentemente, a informação vinculada a eles, precisam expressar a natureza orgânica e estrutural que o originaram. Porém, concordamos que a organização e representação da informação em documentos arquivísticos têm bases teóricas e metodológicas comuns à Ciência da Informação. Essa pesquisa trata especificamente da análise documentária, que oferece elementos de análise temática que suportam as múltiplas relações semânticas que um sistema de informação apresenta.

A ORC é indicada por autores como Esteban Navarro (1993, p.67, tradução nossa) como pertinente aos processos arquivísticos, apesar da "[...] falta de diálogo da Arquivística com o resto das ciências da documentação e a ausência de interesse por parte dos autores ligados a essas outras disciplinas por conhecer e compreender as peculiaridades do trabalho que se realiza nos arquivos"⁹. Na realidade brasileira, constata-se uma forte aproximação dos cursos de graduação em Arquivologia com a Ciência da Informação (CI), mais da metade deles está vinculada a esses departamentos. Além das pesquisas na pós-graduação, com temáticas arquivísticas, estarem concentradas na CI, evidenciando o forte diálogo com essa ciência (MARQUES, 2011). Logo, o campo da ORC e ORI nos arquivos, encontra aporte teórico consistente para que se desenvolva, considerando as características inerentes aos documentos arquivísticos.

⁹"[...] falta de diálogo de la Archivistica con el resto de las ciencias de la documentación y la ausencia de interés por parte de los autores ligados a esas otras disciplinas por conocer y comprender las peculiaridades del trabajo que se realiza en los archivos."

Esteban Navarro (1993), ao tratar da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento nos arquivos, aponta para elementos que particularizam esse tratamento, derivados dos princípios arquivísticos, como a proveniência e a ordem original. O autor identifica que a Classificação e a Descrição são os processos em que essas operações acontecem. Na Classificação, os documentos são divididos e agrupados em classes, atividade que requer uma análise do contexto e das funções e atividades que originaram a documentação. Essa análise é que possibilitará o desenvolvimento das classes, que são representações da estrutura física e intelectual.

O cerne dessa pesquisa está na representação temática, que é um processo de ORI e ocorre, especialmente, na função da Descrição Arquivística. A Descrição Arquivística, além de manter o foco no contexto de produção, também realiza uma análise minuciosa dos conjuntos documentais.

3.1 Descrição arquivística

Os processos de Representação da Informação e do Conhecimento são considerados fundamentais como meios para acesso aos recursos de informação, pois proporcionam a criação de uma estrutura conceitual e a descrição de objetos informacionais para fins de recuperação. Especificamente, o desenvolvimento de modelos e metodologias de organização e representação da informação implica em maior qualidade na recuperação.

A descrição e a classificação são consideradas as principais funções arquivísticas¹⁰ de organização e representação de documentos arquivísticos.

Nessa pesquisa, a classificação arquivística é tratada superficialmente, por não ser objeto de estudo, mas é a base na qual a descrição se desenvolve, sendo assim, fundamental abordá-la.

A classificação arquivística objetiva organizar e representar a documentação, impulsionada pelo acúmulo e complexidade da produção documental aliada à necessidade de localizar e recuperar a informação.

¹⁰ Funções arquivísticas é um termo utilizado pelos autores Rousseau e Couture (1998) referindo às atividades e aos processos essenciais à gestão documental e que é adotado nessa pesquisa.

O Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005, p.49) define classificação como,

1 Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo;

2 Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos.

Assim, a classificação se fundamenta em um processo analítico-sintético, utilizando o termo de Ranganathan (1957 *apud* ESTEBAN NAVARRO, 1993), apresentando duas dimensões implícitas, "a operativa, quer dizer, o processo intelectual que se produz para realizá-lo; e a instrumental, quer dizer, a ferramenta de estrutura lógica e lingüística que se emprega como auxiliar."¹¹ (ESTEBAN NAVARRO, 1993, p.99, tradução nossa), evidenciando sua complexidade.

Sousa (2006) aponta dois momentos do desenvolvimento da classificação arquivística, um da Antiguidade até o século XIX, em que a classificação seguia ordenações cronológicas, temáticas ou outra que apresentasse uma lógica pontual, sem levar em conta a origem administrativa; e outro momento, do século XIX até a atualidade, em que o marco de passagem foi o estabelecimento dos princípios de respeito aos fundos e ordem original, em que busca-se uma fundamentação teórica e metodológica para balizar a atividade. Apesar de serem contestados na atualidade, como já discutido, os princípios de respeito aos fundos e ordem original, em seu estabelecimento, possibilitaram que fosse considerado o contexto de criação dos documentos como base para seu tratamento. Ao realizar a classificação arquivística de forma utilitarista, sem considerar o contexto, perde-se a natureza dos arquivos, comprometendo a classificação. Ribeiro (2013, p.533) afirma que:

A representação correta das unidades arquivísticas analisadas para efeito de um instrumento de acesso à informação só se consegue se a estrutura

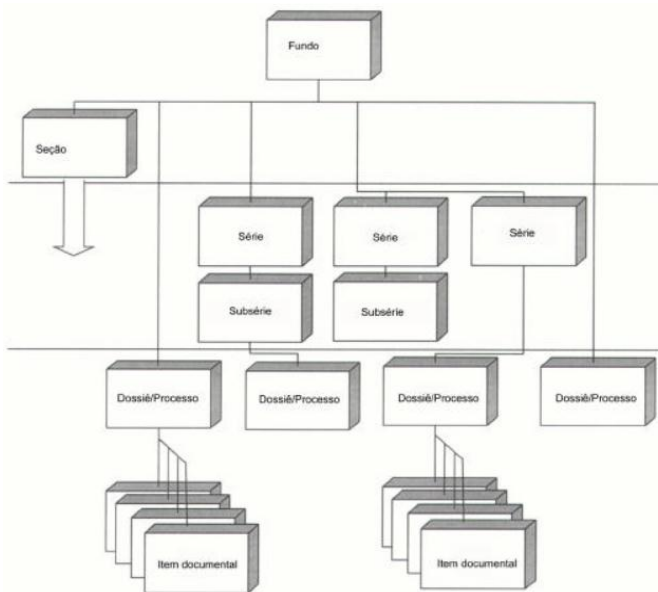
¹¹"La operativa, es decir, el proceso intelectual que se produce para llevarla a cabo; y la instrumental, es decir, la herramienta de estructura lógica y lingüística que se emplea como auxiliar."

interna desse instrumento tiver como primeiro critério de ordenação das unidades de descrição, o da classificação orgânico-funcional.

Na construção de um plano de classificação é essencial considerar o contexto da instituição jurídica ou pessoa física que produz a documentação, assim como as relações estabelecidas entre os documentos, instituições e sociedade, na busca de uma representação significativa.

A partir da criação da estrutura classificatória, a Descrição Arquivística (DA) é estruturada, respeitando as relações estabelecidas. A classificação fornece a base, plano de classificação, sobre a qual a descrição arquivística é desenvolvida. A Figura 1 exemplifica as unidades de classificação criadas nesse processo e usadas como base para o desenvolvimento das representações na DA, evidenciando a interdependência entre essas duas atividades.

Figura 1: Unidades de classificação arquivística



Fonte: ISAD (G) (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2001, p.34)

Ao analisar a origem da palavra 'Descrição', Duranti (1993, tradução nossa) explica que deriva do Latim e significa “cópia, *design*, traço, delimitação ou classificação” e, etimologicamente, descrição deriva da preposição 'de' e do verbo 'escrever', o que significa 'escrever sobre' (*to write about*). Segundo a autora supracitada (1993, p.47, tradução nossa), o termo 'descrição arquivística', literalmente, significa escrever sobre materiais de arquivo, e abrange as ideias de representação, identificação e organização¹².

Duranti (1993) analisa a atividade que se nomeia descrição, ao longo do tempo. É possível constatar a existência na Grécia e Roma Antiga, de listas para controle dos materiais, com fins de organização e administração. Citando Lodolini (1987), Duranti (1993, p.49), diz que essas listas serviam à função de “Memória perpétua”, um conceito jurídico que diz que os documentos preservados em arquivos são autênticos e evidências permanentes de ações passadas. Ainda hoje, a autenticidade é uma característica do documento arquivístico, e é uma preocupação do profissional arquivista durante todo o ciclo de gestão documental.

Duranti (1993, p.47) afirma, ainda, que a primeira definição de Descrição Arquivística aparece no glossário da *Society of American Archivist* (SAA), em 1974, e consiste no “processo de estabelecer o controle intelectual sobre o conjunto, através da preparação de instrumentos de pesquisa.” O grupo que discute a descrição, da mesma associação, acaba por criticar essa definição, por considerá-la limitada e orientada ao produto (instrumentos de pesquisa) e adota uma posterior, de David Gracy (1989 *apud* DURANTI, 1993, p.47), que afirma que “o objetivo subjacente de um programa de descrição arquivística eficaz é estabelecer controle físico, administrativo e intelectual sobre os materiais de arquivo”. Posteriormente, a SAA desenvolve sua própria definição, com foco orientado para o processo de DA e faz referência indireta ao propósito.

Descrição arquivística é o processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e

¹²Thus, the term "archival description" literally means writing about archival material, and embraces the ideas of representation, identification and organization.

interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados. (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, 1988 *apud* BONAL ZAZO, 2001, p.158)

Bonal Zazo (2001) aponta diversas definições para o termo Descrição Arquivística, e divide os conceitos em antes e depois da normalização. No seu desenvolvimento técnico, especialmente na década de 1980, havia uma carência de normas e padrões para essa atividade, com a justificativa da unicidade do documento arquivístico, as normas técnicas vinham sendo deixadas de lado e sendo perpetuadas práticas descritivas idiossincráticas (WEBER, 1989). No período anterior às normas (até aproximadamente a década de 1980), segundo o autor supracitado, a maioria das obras define a descrição a partir de três elementos básicos: a atividade desenvolvida (resumo, elementos do documento), o resultado (instrumentos de pesquisa) e o objetivo da descrição (facilitar o acesso ao conteúdo), as duas últimas são mais frequentes na literatura. Em função da importância dada ao resultado ou ao objetivo, distinguem-se dois conceitos predominantes: um que equipara a operação de descrever ao desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, e o segundo que considera a descrição como a atividade destinada a representação dos documentos. A equiparação da DA com os instrumentos de pesquisa já aparece no Manual dos Holandeses, como é conhecida a obra dos autores Muller, Feith e Fruin (1973), que não a tratam como uma operação, mas como a própria elaboração desses materiais, visando à recuperação, embora já enumerem uma série de regras a serem seguidas e, posteriormente, adotadas na atividade de descrição.

A área da Arquivologia segue essa definição, sem diferenças na literatura em relação ao conceito de Descrição Arquivística nesse período. Segundo Bonal Zazo (2001), um dos autores que entende a descrição como o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa é Theodore Schellenberg (2009), que define a DA como o conjunto de atividades desenvolvidas com a finalidade de elaborar instrumentos de pesquisa. Esse conceito foi bastante influente na literatura até a década de 1990.

Schellenberg (2009) na sexta edição (terceira reimpressão) de seu clássico, 'Arquivos modernos: princípios e técnicas', mesmo não apresentando a atividade de descrição de forma autônoma em relação

aos instrumentos de pesquisa, já apresenta a separação entre a atividade e seu produto, dizendo que,

Ao realizar esse trabalho [Descrição Arquivística], o arquivista se inteira da procedência¹³, do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis. Esses dados são por ele registrados em instrumento de busca que servem a um duplo propósito: a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; e b) facilitar ao arquivista a pesquisa. (SCHELLENBERG, 2009, p.313)

Weber (1989) apresentou as discussões do Grupo de Trabalho Canadense para Normas de Descrição Arquivística, *Bureau Canadien des Archivistes*, e afirmou que a inadequação das definições de DA, fez com que esse grupo desenvolvesse a seguinte definição preliminar:

Descrição é uma das principais funções no processamento de materiais de arquivo, e os produtos dessa função são os instrumentos de pesquisa de vários tipos, que dão aos administradores controle sobre os fundos e possibilita aos usuários e arquivistas localizar informação sobre tópicos específicos. (WEBER, 1989, p.506, tradução nossa).

Ao citar a possibilidade de levantar informações sobre tópicos específicos, pode-se inferir que a atividade de DA é entendida como um processo de análise da informação que, a partir do conteúdo, propõe novas formas de organização dos documentos, não necessariamente alterando a ordenação física.

Na Espanha, o Dicionário de Terminologia Arquivística (DICCIONARIO, 1995) estabelece a descrição como a fase do tratamento arquivístico destinada à elaboração dos instrumentos de

¹³Entendemos que o sentido dado pelo autor é o mesmo do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, qual seja: "Termo em geral empregado para designar a origem mais imediata do arquivo(1) arquivo(1), arquivo(1) quando se trata de entrada de documentos efetuada por entidade diversa daquela que o gerou. Conceito entrada de documentos distinto do de proveniência." (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005, p.140)

consulta', para facilitar o conhecimento e acesso aos fundos documentais e coleções de arquivos.

A descrição vista como representação dos documentos, e não como seu resultado (instrumentos de pesquisa), é definida por Heredia Herrera (1991, p.300, tradução nossa) como

A descrição é a ponte que comunica o documento com os usuários. Em uma ponta da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indexação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices.¹⁴

Heredia Herrera (1991, p. 299) ressalta que, “Resulta curiosa la falta de definiciones en los Manuales más divulgados (Francia, Canadá, Italia)” e atribui a Theodore Schellenberg o uso do termo descrição para se referir às atividades que o arquivista desenvolve para elaborar instrumentos de pesquisa, que facilitam, segundo a autora, o acesso aos fundos documentais e/ou documentos específicos.

Duranti (1993, p.48)¹⁵ apresenta, de forma geral, características da atividade de descrição arquivística com base em autores da área como a *Society of American Archivists* (SAA) (1974; 1989), Gracy (1977) e Miller (1990), que são:

- a) um processo de análise, identificação e organização;
- b) tem fins de controle, recuperação e acesso;
- c) tem como produto final um documento que mostra os materiais do arquivo, seu contexto de proveniência e documentário, inter-relações e a forma com que pode ser identificado e usado.

¹⁴ *La descripción es el puente que comunica el documento con los usuarios. En la cabeza del puente está el archivero que realiza una tarea de análisis que supone identificación, lectura, resumen e indización que transmite al usuario para que éste inicie la recuperación en sentido inverso a partir de los índices*

¹⁵ *It would seem that everything which could be characteristically associated with the idea of description has been addressed by one or the other of the above definitions, namely, (1) a process of analysis, identification and organization; (2) purposes of control, retrieval and access; and (3) a final product which illustrates archival material, its provenancial and documentary context, its interrelationships and the ways it can be identified and used.*

Desse modo, percebe-se nos apontamentos de Duranti (1993) uma maior sistematização do conceito e o entendimento dos instrumentos de pesquisa como produtos desse processo, além da recuperação marcar uma preocupação com o usuário das instituições arquivísticas.

A norma ISAD (G), na sua 2ª edição de 2000, sedimenta esse entendimento quando define a Descrição Arquivística como:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p.4)

Além disso, a norma ISAD (G) caracteriza essa atividade como um processo de organização e representação da informação.

Ainda no sentido de uma contextualização histórica e conceitual, Barros (2010) analisa e caracteriza a forma como os principais manuais da área tratam os processos de classificação e descrição arquivística. Os níveis de descrição são definidos no momento da classificação arquivística, evidenciando a interdependência entre essas duas atividades. Cita-se, de forma sucinta, os principais apontamentos feitos pelo autor supracitado pertinentes especialmente à descrição, em ordem cronológica.

Quadro 4: Classificação e Descrição Arquivística nos manuais da área

<p>▪Muller, Feith e Fruin (1898)</p>	<p>A obra 'Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos', conhecida como Manual dos Holandeses, sintetiza os primeiros cem anos do desenvolvimento da Arquivologia na Europa, impulsionada pelo aumento da produção documental e mudanças na relação da sociedade europeia com os arquivos, devido, especialmente, a Revolução Francesa. Predomina a visão positivista nessa obra, pautada em verdades absolutas e uma visão estanque do arquivo, tendo o princípio de respeito aos fundos como elemento basilar no tratamento documental. A descrição começa a ser delineada como uma atividade que faz o inventário do conteúdo do arquivo, mas não dos documentos, com o intuito de facilitar o acesso.</p>
<p>▪Hillary Jenkinson (1922)</p>	<p>A obra '<i>A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making</i>', assim como o Manual Holandês, confere maior importância à classificação em relação à descrição, vista como uma atividade secundária. Segundo Barros (2010, p.98) "É perceptível na análise dessas duas obras, responsáveis pelo incipiente da disciplina, uma priorização das atividades de organização e</p>

Fonte: Da autora com base em BARROS (2010)

continua...

Quadro 4: Classificação e Descrição Arquivística nos manuais da área
continuação...

	<p>conservação dos arquivos às atividades relacionadas à disponibilização e uso dos documentos." Jenkinson (1922) vê o arquivista como um guardião e a ordem original como a base para a organização documental e considera, ainda, a Arquivologia uma "disciplina positiva, natural e neutra."</p>
<p>▪ Theodore R.Schellenberg (1956)</p>	<p>A obra '<i>Modern Archives: Principles and Techniques</i>' foi a base de análise de Barros (2010). Reflete a dicotomia da Arquivologia americana, que divide os arquivos correntes dos permanentes, com procedimentos de tratamento específicos para cada fase, assim como, profissionais com habilidades técnicas diferenciadas, aproximando-se da Ciência da Administração. A descrição arquivística é apresentada no espectro dos instrumentos de pesquisa, ressaltando que pode ser desenvolvida por proveniência ou por pertinência (assunto). Barros (2010) analisa a obra como sendo mais flexível e aberta às considerações contextuais e históricas no processo de criação e gestão documental, uma vez que reflete a atividade realizada nos Estados Unidos.</p>
<p>▪ Antonia Heredia Herrera (o autor analisou as edições de 1988, 1991 e 1995)</p>	<p>A obra <i>Arquivística General</i> é um manual arquivístico completo, com todos os processos (conceitos, métodos e exemplos) baseados na experiência da autora. Pontua a interdependência das atividades de classificação e descrição arquivística. Herrera (1991) atribui grande</p>

Fonte: Da autora com base em BARROS (2010)

continua...

Quadro 4: Classificação e Descrição Arquivística nos manuais da área
continuação...

	<p>importância à descrição (dedica quatro capítulos) e a vê como um processo fundamental para a recuperação, "[...]para Heredia, a descrição é uma atividade de síntese que possibilita o uso, por parte da sociedade, dos documentos de arquivo" (BARROS, 2010, p.114).</p>
<p>▪ Jean Yves-Rousseau e Carol Couturre (1998)</p>	<p>A obra 'Os fundamentos da disciplina arquivística' reflete o pensamento canadense que busca, desde os anos 70, repensar a organização arquivística. Esses autores entendem as práticas arquivísticas de forma integrada, em que as diferentes fases e valores (histórico, administrativo, etc.) se complementam. Relacionam as atividades de descrição e classificação, mas diferenciam os instrumentos para o fazer prático de cada uma delas.</p>
<p>▪ Heloisa Liberali Bellotto (2004)¹⁶</p>	<p>A segunda edição da obra 'Arquivos Permanentes: tratamento documental', publicada após o desenvolvimento da norma internacional de descrição, é amplamente utilizada nos curso de graduação em Arquivologia no Brasil. Contextualiza a descrição nos preceitos das normas de descrição, com o entendimento da representação nos diferentes níveis de descrição, pautada em padrões previamente estabelecidos. Bellotto apresenta em sua obra aproximações conceituais com Schelleberg e, também, com os manuais europeus, em uma tentativa de adaptação ao contexto brasileiro.</p>

Fonte: Da autora com base em BARROS (2010)

continua...

¹⁶A primeira edição da obra é de 1991.

Quadro 4: Classificação e Descrição Arquivística nos manuais da área
continuação...

<p>▪ Heloisa Liberalli Bellotto (2004)¹⁷</p>	<p>A segunda edição da obra 'Arquivos Permanentes: tratamento documental', publicada após o desenvolvimento da norma internacional de descrição, é amplamente utilizada nos curso de graduação em Arquivologia no Brasil. Contextualiza a descrição nos preceitos das normas de descrição, com o entendimento da representação nos diferentes níveis de descrição, pautada em padrões previamente estabelecidos. Bellotto apresenta em sua obra aproximações conceituais com Schelleberg e, também, com os manuais europeus, em uma tentativa de adaptação ao contexto brasileiro.</p>
--	--

Fonte: Da autora com base em BARROS (2010) conclusão.

¹⁷A primeira edição da obra é de 1991.

Barros (2010, p.112), em relação às obras, afirma que "A partir do exposto, é possível compreender que, para estes autores, a não arbitrariedade da classificação arquivística e dos princípios arquivísticos de modo geral é o que permite diferenciar a Arquivologia de outras disciplinas e de outros modos de tratar os documentos." A não arbitrariedade alicerçada nos princípios arquivísticos é contestada por Silva (2002, p.19), como já apresentado na página 40 desse trabalho.

A naturalidade dos preceitos arquivísticos é pouco discutida, os princípios da ordem original, do respeito aos fundos são tidos como movimentos orgânicos nos documentos arquivísticos, especialmente no Manual dos Holandeses (1922). Yeo (2016) afirma que o documento é um objeto fronteiro (compartilhado por instituições como arquivos, museus e bibliotecas) e que, no ambiente digital, os usuários forçam uma fluidez nessas fronteiras e faz uma interessante colocação, ao encontro das ideias apresentadas por Silva (2002) e Ribeiro (2005a),

Eu sugiro que são necessários sistemas únicos integrados que permitam múltiplas contribuições ao processo descritivo e à inclusão de metadados bibliográficos de guarda arquivística, num único ambiente e que possibilitem a gestão compartilhada de objetos fronteiros de forma que atenda as exigências dos diferentes envolvidos. (YEO, 2016, p.156)

Yeo (2016) evidencia que não são negadas as diferenças, mas respeitadas e tratadas de forma integrada, de forma a poupar recursos, tempo e desenvolvendo representações consistentes.

Certamente o cenário internacional influenciou o entendimento da descrição arquivística realizada e ensinada no Brasil. Os principais autores da área fizeram parte de sua formação no exterior, e isso se reflete na literatura brasileira, que retoma alguns dos debates internacionais.

Heloísa Liberalli Bellotto (2009) é uma das especialistas brasileiras que tem obras de grande influência na Arquivologia, sendo historiadora e bibliotecária de formação, com diversas especializações em países como Espanha, França e Estados Unidos. A autora entende a descrição como uma atividade que deve ser desenvolvida no arquivo permanente, sendo um elo entre a indagação do pesquisador, com ênfase no historiador, e sua possível 'solução'.

Em sua obra 'Arquivos permanentes: tratamento documental' (BELLOTTO, 2009, 4.ed., 4. reimpr.), a descrição arquivística é enfatizada como atividade do arquivo permanente, sendo considerada desnecessária nas outras fases documentais (corrente e intermediária) e uma atividade destinada aos historiadores, como auxílio à recuperação da informação. Ainda, para a autora,

Os conteúdos, a tipificação das espécies documentais, as data-baliza, as subscrições, as relações orgânicas entre os documentos e a ligação entre função e espécie, enfim todos os elementos ligados às informações de interesse do historiador é que serão objeto do trabalho descritivo. (*idem*, 2009, p.173).

Bellotto (2009) faz referência à descrição como atividade para a recuperação dos documentos, visando atender aos usuários do arquivo permanente. O conceito de descrição aparece de forma implícita no texto, quando a autora (2009, p.174) afirma que, “Já a descrição – a elaboração de guias, inventários, catálogos, índices e, esporadicamente, catálogos seletivos – é função permanente nos arquivos de custódia, e feita por seus arquivistas especializados.” Assim, entende a DA como o processo de desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa, acompanhando parte da literatura espanhola e o próprio Schellenberg (2009), americano que influenciou fortemente o fazer arquivístico brasileiro quando da sua passagem pelo Arquivo Nacional, na década de 1960.

Ainda na literatura brasileira, temos autores como Luis Carlos Lopes, também com formação na área da História, com pós-doutorado em Ciência da Informação, ênfase em Arquivologia, na Universidade de Montreal (Canadá), que apresenta novas concepções. Montreal é considerada por Lopes (2009) a 'capital' da Arquivística Integrada, que originou-se na Universidade de Montreal. Essa abordagem do pensamento, já explicitada no capítulo 2.1, entende o tratamento dos documentos arquivísticos de forma articulada e não dividido em fases (corrente, intermediária e permanente). Além de requerer a autonomia científica da área e a não subordinação à História, tão fortemente marcada na literatura europeia e, defendida por autores brasileiros, como Bellotto (1998), justificada pela influência da abordagem teórica tradicional. A autora já cita em literatura mais atual que a teoria arquivística "Envolve profundamente sua ligação com a administração,

história e direito", e continua, "A relação da arquivística com a pesquisa histórica evidencia-se no uso que os historiadores fazem dos arquivos. [...] Como já disse o arquivista francês, Charles Braibant, os arquivos "são o arsenal da administração e o celeiro da história" (BELLOTTO, 2002b, p.8-9)

A formação acadêmica de Lopes marca seu entendimento do que é a Arquivologia e das atividades técnicas que a constituem. Assim, em relação à DA, afirma que, "Dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos." (LOPES, 2009, p.312). Ou seja, acontece em todas as fases documentais, fato que também é defendido pela autora brasileira Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012, p.41) em sua tese, quando afirma,

Se eu compreendo que dentre as funções da descrição arquivística estão inseridos a elaboração de mecanismos de acesso; a explicitação dos relacionamentos entre os documentos de arquivo e as funções e atividades que lhes deram origem; e ainda o controle do acervo, é possível perceber que, em todas as fases documentais (corrente, intermediária e permanente), a implementação de um processo descritivo é fundamental, uma vez que controle e acesso são necessários e relevantes.

Lopes (2009, p.358), em uma perspectiva integrada, entende a descrição arquivística da seguinte forma "A descrição, nesse sentido, é vista como resultado do conjunto geral de procedimentos que começa no diagnóstico e continua ao longo das idades, ganhando maior detalhamento e complexidade nos arquivos permanentes". Ainda segundo o mesmo autor (2009, p.312), "[...] o trabalho do arquivista é o de representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. As operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva."

Weber (1989) já destacava que, se o propósito da DA é prover acesso aos materiais, então os padrões para essa atividade são regras e especificações que prescrevem métodos de produção uniformes e consistentes, assim como resultados ou produtos para prover esse acesso.

O processo de representação que acontece na DA, parte de princípios amplamente aceitos na área¹⁸, como a proveniência, sob os quais as normas de descrição foram construídas.

O princípio da proveniência, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.136), e já tratado no capítulo 2.1.1, é o "Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras." Por outro lado, nas complexas relações de produção e uso dos documentos, essa divisão não é tão simples. Tognoli (2012, p.81) evidencia o aspecto positivista dos princípios, afirmando que, "A partir da enunciação do princípio da proveniência e do conceito de fundo, o trabalho do arquivista moderno passa a ser livre de interpretações, uma vez que não há outra maneira de ver o documento, que não por meio das relações que estabelece com seu produtor." É essa atuação que os manuais da área vêm propagando em relação à atividade de descrição, restrita à informação que o documento é capaz de fornecer.

Como discutido no capítulo 2.1, o contexto pós-moderno apresenta o documento como resultado de uma relação dinâmica, estabelecida entre instituições e que estão armazenados em ambientes digitais, sem custódia estabelecida, tornando a identificação da proveniência uma tarefa complexa.

Ribeiro (2005c, p.16) questiona a aplicação de normas de descrição arquivística sem a devida reflexão, principalmente quando se trata de documentos digitais.

A questão essencial está em saber se as normas internacionais aplicáveis à representação descritiva, concebidas num paradigma estático, tecnicista e documental, se ajustam e adequam ao novo paradigma dinâmico, científico e informacional. É que, se não se adequam, a submissão a tais normas, ou seja, o "encaixe" numa estrutura e num formato pré-definidos só pode levar a desvios na representação, criando-se uma imagem desfocada ou distorcida da realidade que é objeto de descrição.

¹⁸Como já tratada na pesquisa, os princípios são questionados por alguns autores, como SCOTT (1966); COOK (1993); SILVA (2002); Ribeiro (2005a).

Assim, a ampliação do escopo de análise do documento arquivístico abre novas possibilidades de construção de relações semânticas. O modelo conceitual da Finlândia (NATIONAL ARCHIVES (Finlândia), 2013, p.8 tradução nossa) aborda essas possibilidades quando afirma que,

No ambiente digital, proveniência é, em vez disso [representante da estrutura física, como nos materiais analógicos¹⁹], entendida como uma entidade conceitual e como uma rede multilateral, contextual das relações. Proveniência é a relação entre o recurso de informação e as funções que ele documenta, bem como a relação entre o recurso de informação e todos os agentes em diferentes papéis, que participam produzindo, gerindo e usando o recurso de informação em diferentes estágios de seu ciclo de vida.²⁰

Essa é a tese que Terry Cook (2001, 2007, 2012) defende, que no contexto eletrônico é urgente redefinir, reinventar a noção de proveniência, indo do texto para o contexto de criação. Yaker (2003, p.4. tradução nossa), ao discutir representação em arquivos, diz que "Arquivistas devem começar a pensar menos em termos de um processo de descrição e classificação únicos, definitivo e estático, mas em termos de arranjos e descrições contínuos, relativos e fluídos, como processos representativos em andamento". Assim como Oliveira (2012, p.60), que defende a descrição arquivística como uma atividade de pesquisa e considera que, "A descrição arquivística é uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre determinado arquivo e o seu acesso." Nos parece que no Brasil a Arquivologia, e mais especificamente a Descrição Arquivística, ainda

¹⁹ nota nossa.

²⁰ *In digital environment, provenance is, instead, understood as a conceptual entity and as a multilateral, contextual network of relationships. Provenance is the relationship between the information resource and those functions it documents, as well as the relationship between the information resource and all the agents in different roles, who take part in producing, managing and using the information resource in different stages of its lifecycle.*

busca um espaço científico de debate e as evidências²¹ apontam a Ciência da Informação como uma possibilidade.

No desenvolvimento teórico e metodológico da DA, as normas técnicas materializaram a preocupação com diretrizes básicas e comuns a esse processo. No próximo capítulo, trataremos da norma de descrição arquivística derivada de um esforço de vários países, discutindo e sistematizando esse processo de representação.

3.1.1 Processo de normalização internacional

Como citado, o processo de Descrição Arquivística é respaldado por uma norma internacional, a *Internacional Standard Archival Description (ISAD (G))*²² (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2000), desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos.

Bonal Zazo (2001) trata de forma pormenorizada do processo de normalização e desenvolvimento de manuais para a atividade de Descrição Arquivística nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e no Canadá, países que exerceram e ainda exercem uma importante influência na normas desenvolvidas pelo ICA. Na criação de uma norma internacional, o ICA tinha a missão de conciliar diferentes práticas descritivas, respeitando diferenças em busca de um documento normalizador único. Para isso, organismos arquivísticos internacionais, entidades de classe, arquivos nacionais, assim como profissionais arquivistas ao redor do mundo, foram ouvidos.

Apresentaremos no Quadro 5, os principais acontecimentos no processo de desenvolvimento da norma internacional.

²¹Estudos sobre representação da informação nos arquivos aparecem em publicações como, Smit e Kobashi (2003); Campos (2006); Sousa e Santos (Orgs., 2012).

²²Esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação. (INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2000, p.11)

Quadro 5: Acontecimentos importantes no desenvolvimento da norma internacional de descrição arquivística

DATA	LUGAR	REUNIÃO	ATIVIDADE
1988	Ottawa	Reunião restrita de especialistas em normas de descrição	
1989	Paris	Consulta aos especialistas da UNESCO no planeamento a longo prazo de ações internacionais para o desenvolvimento de normas de descrição para arquivos	
1990	Wroclaw		Constituição da Comissão Ad Hoc sobre normas de descrição
1990	Horh-Grenzhauser	1ª sessão plenária da Comissão Ad Hoc	Declaração dos princípios (1ª versão)
1991	Liverpool	1ª reunião do subgrupo para a elaboração de uma norma de descrição arquivística	
1992	Madrid	2ª sessão plenária da Comissão Ad Hoc	Declaração dos princípios (2ª versão) ISAD (G) (Esboço)
1992	Montreal	XII Congresso Internacional de Arquivos. Sessão aberta da Comissão Ad Hoc	
1993	Estocolmo	3ª sessão plenária da Comissão Ad Hoc	ISAD (G) (1ª versão)
1994	Haia	4ª sessão plenária da Comissão Ad Hoc	1ª proposta de dissolução da Comissão

Fonte: Bonal Zazo (2001, p.137, tradução nossa)continua...

Quadro 5: Acontecimentos importantes no desenvolvimento da norma internacional de descrição arquivística

continuação...

DATA	LUGAR	REUNIÃO	ATIVIDADE
1995	Paris	5ª sessão plenária da Comissão Ad Hoc	2ª proposta de dissolução da Comissão
1996	Pesquin	XIII Congresso Internacinal de Arquivos. Sessão aberta da Comissão Ad Hoc	Dissolução da Comissão Ad Hoc. Criação do Comitê da ICA sobre normas descritivas
1997	Haia	1ª reunião do Comitê sobre normas descritivas	
1998			Fim do período de revisão da 1ª versão da ISAD (G)
1998	Haia	2ª reunião do Comitê sobre normas descritivas	Projeto de revisão
1999	Estocolmo	3ª reunião do Comitê sobre normas descritivas	Aprovação da 2ª versão da norma ISAD (G)
2000	Sevilla	XIV Congresso Internacional de Arquivos	Apresentação da 2ª versão da norma ISAD (G)
1988	Ottawa	Reunião restrita de especialistas em normas de descrição	

Fonte: Bonal Zazo (2001, p.137, tradução nossa) conclusão.

A Comissão *Ad Hoc* foi criada com o intuito de aprofundar as discussões sobre a descrição arquivística, traçando seus princípios e sua normalização. Era composta por especialistas de diferentes partes do mundo, com predominância de países da Europa, EUA e Canadá. Em 1993, em uma reunião dessa Comissão, foi apresentada a primeira versão da ISAD (G). Essa versão foi aberta para discussão com a comunidade arquivística, sendo apresentada a segunda versão no XIV Congresso Internacional de Arquivos em Sevilla, Espanha, em 2000.

Criada para ser referência, a ISAD (G) é aplicável a qualquer forma e suporte de documento, e combinada com regras e normas nacionais, o que é desejável. A Norma estabelece um conjunto de regras gerais para a descrição arquivística, objetivando:

- a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas;
- b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos;
- c) possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e
- d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p.11)

Gueguen et al. (2013, p.103) ao analisarem a criação da norma internacional, frisam que, "O modelo descritivo dominante no período era o de usar uma única descrição para descrever um fundo arquivístico, começando com a descrição mais geral e, em crescente especificidade, as partes dos fundos, as partes das partes, e assim por diante." Os elementos são descritos em conjuntos, no que os autores citados chamam de "reunião combinada" o que, na atualidade, nos sistemas informatizados, é questionado, pois limita a representação da informação.

Bonal Zazo (2001) analisa a influência que a norma de descrição internacional (ISAD (G), 2000) exerceu sobre o conceito de DA. O autor expõe que, já em 1986, os membros do *Bureau Canadien des Archivistes*, influenciados pelo processo descritivo iniciado no país, definiram a descrição como a representação mais exata e concisa possível de qualquer unidade arquivística, elaborada respeitando o

princípio da proveniência. Weber (1989) frisa que as comunidades arquivísticas britânicas e canadenses estavam, nos anos 80, examinando a DA a partir dos primeiros princípios, do século XVIII, requerendo que, inicialmente, fossem estabelecidos diretrizes a serem seguidas por cada país no desenvolvimento de sua própria norma. A autora diz, ainda, que o resultado foi o princípio central dos níveis de registro, descrição multinível, com categorias de informação pertinentes a cada nível descrito. Com a influência do conceito canadense, a segunda edição da ISAD (G) define a descrição arquivística como,

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p.4)

Bonal Zazo (2001, p.160, tradução nossa) diz que a definição da norma internacional rompe com algumas abordagens expostas nas definições precedentes, mas, em contraposição, inclui elementos plenamente aceitos na prática e não incluídos na teoria. Afirma ainda que as contribuições da norma internacional se resumem nos seguintes pontos:

- a) Dissocia o conceito de descrição e instrumento de pesquisa: separa completamente a descrição (atividade) dos instrumentos de pesquisa (resultado). Esse último pode ser um dos diferentes resultados do processo, que tem como objetivo principal a elaboração de representações precisas de unidades de descrição.
- b) Inclui o princípio da proveniência na descrição: tanto as normas nacionais quanto a ISAD (G) unem a descrição ao princípio da proveniência, o reconhecendo como princípio básico da Arquivologia.
- c) Aumenta o número de elementos informativos: qualquer informação que permita identificar a documentação, explicar o contexto de criação e facilitar a utilização é considerada informação descritiva e como tal pode ser incluída na descrição.

O autor supracitado também afirma que a aceitação da definição proposta na ISAD (G) foi imediata e que as obras publicadas após a norma já adotaram o conceito.

Como já citado, a ISAD (G) tem natureza generalista, então, no Brasil foi desenvolvida a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.18), que, como diferença marcante, incluiu uma nova área de descrição, área de pontos de acesso e descrição de assuntos, “onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição”. Unidade de descrição é entendida nesta Norma como, “Documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada.” (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p.16). Essas unidades podem se constituir em fundos, séries, dossiês, processos ou itens documentais, por exemplo. A Nobrade não apresenta uma definição de Descrição Arquivística, deixando implícito o conceito adotado na norma internacional, já que consiste em uma adaptação dessa.

A ISAD (G) é estruturada em sete áreas de informação descritiva, conforme segue:

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);

7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada). (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p.12)

Essas áreas são aplicáveis a todos os níveis de descrição e apenas alguns elementos são obrigatórios a todos: código de referência; título; produtor; data(s); dimensão da unidade de descrição; e nível de descrição. Qualquer elemento pode ser um ponto de acesso, o conteúdo do documento ou conjuntos documentais, na ISAD (G), está relacionado à área 3, apresentando diferenças na norma brasileira, como trataremos no capítulo 4.1.

4 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DOCUMENTAL

O Tratamento Temático da Informação está apresentado na perspectiva da Ciência da Informação, pressupondo que sua base teórica é válida para todas as áreas do conhecimento que tem como objeto a informação.

A obra *Theory of Subject Analysis: a sourcebook*, editada por Lis Mai Chan, Phyllis A. Richmond e Elaine Svenonius, de 1985, teve o objetivo de compilar autores que apresentaram contribuições importantes para o desenvolvimento do tratamento temático da informação, com diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Nela estão publicados trabalhos dos principais pensadores do tratamento temático da informação, desde o final do século XIX, como por exemplo, Paul Otlet, Henri La Fontaine, Julius Otto Kaiser e Ranganathan. No final do século XIX, início do século XX, crescia a produção documental e as preocupações com seu controle e acesso. É desse período os dois principais Sistemas de Classificação Bibliográfica ainda em uso, a Classificação Decimal de Dewey - CDD, de 1876, criada por Melvil Dewey e a Classificação Decimal Universal - CDU baseada na CDD, concebida por Paul Otlet e Henri La Fontaine, publicada entre 1904 e 1907.

Com base na obra citada, *Theory of Subject Analysis: a sourcebook*, é interessante observar que as primeiras proposições para a construção de entradas por assunto em catálogos, feitas por Cutter em 1876, foram um marco para a Biblioteconomia visualizar a importância do assunto e, assim, seguir aprimorando essa representação. Esse processo fez emergir um campo teórico básico em que destacam-se os trabalhos de Melvil Dewey, que desenvolveu a Classificação Decimal de Dewey e publicou sua primeira versão em 1876; Julius O. Kaiser (1911), com o processo de indexação sistemática; S. R. Ranganathan, na década de 1930, com a teoria da Classificação Facetada e o trabalho do *Classification Research Group - CRG*, década de 1950, que a partir dos estudos de Ranganathan, aprofundaram e ampliaram as possibilidades do Tratamento Temático da Informação.

No desenvolvimento da área de organização da informação, Guimarães (2009, p.105) atribui à obra de Foskett (1973), intitulada *'The subject approach to information'*, publicada em 1969, e traduzida no Brasil por A.A. Briquet de Lemos como “A abordagem temática da informação”, o principal impulsor do destaque que o termo Tratamento

Temático da Informação recebeu a partir da década de 1970. Foskett (1973) divide a análise da informação em duas, uma que se preocupa com o acesso físico aos documentos e outra que trata do acesso ao conteúdo, de natureza mais complexa e que denomina de Tratamento Temático da Informação - TTI.

Posteriormente, Guimarães (2009) situa a Análise Documental (AD), de origem francesa, como uma vertente do Tratamento Temático da Informação (TTI), que objetiva analisar para representar o conteúdo do documento “[...] tendo uma preocupação com o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos para o processo de TTI [...]” (*idem*, p.109). Os estudos dessa vertente tem uma forte influência linguística, especialmente de Jean-Claude Gardin (1970 *apud* TÁLAMO; MAIMONE, 2015).

Guimarães (2009), além da Análise Documental, cita outras duas vertentes, a Catalogação de assunto e a indexação, e discute suas características, as quais são apresentadas brevemente a seguir:

I. Catalogação de assunto: matriz norte-americana, “[...] de preocupação mais pragmática, centrada primordialmente nos produtos a serem gerados no TTI” (*idem*, p.106). É uma vertente direcionada à função da representação de assuntos de um documento, sua recuperação pelo usuário, ligada às classificação bibliográficas, gerando produtos como catálogos e cabeçalhos de assunto. As primeiras proposições de representação de assuntos em bibliotecas, como Cutter, Kaiser, Bliss, Rnaganathan, entre outro, tinham como objetivo resolver problemas práticos (CHAN, RICHMOND, SVENONIUS, 1985).

II. Indexação: Atua no domínio da informação especializada, relaciona-se ao uso que se faz do documento. É desenvolvida na perspectiva do usuário, ou seja, atendendo a recuperação da informação, e por isso foca no desenvolvimento de índices, produtos desse processo. Centra sua análise em três pontos: 1) *aboutness* (assunto do documento em si mesmo), 2) contexto em que a unidade de informação está inserida e 3) a política de indexação. Da mesma forma que na catalogação de assunto, carece de procedimentos para o processo de seleção dos conceitos “[...] a questão procedimental relativamente à identificação e seleção de conceitos ainda aparece de maneira superficial e por vezes ingênuo [...]” (GUIMARÃES, 2009,p.109).

No Brasil, a perspectiva linguística relacionada à análise documental no Tratamento Temático da Informação foi introduzida pela professora Johanna W. Smit, do departamento de Biblioteconomia e Documentação, da Universidade de São Paulo, que realizou estudos na

década de 1970 com Jean-Claude Gardin, na França. A partir dessa experiência, Smit fundou o grupo de pesquisa TEMMA, com o objetivo inicial de aprofundar estudos de 'análise documental (AD)', e atualmente trata, também, de outras questões relacionadas à organização da informação (VOGEL, 2009; LARA, 2011). Um dos primeiros trabalhos publicados por esse grupo foi o livro 'Análise Documentária: a análise da síntese', em 1987, com um capítulo intitulado 'Análise Documentária', de Isabel M.R. Ferin Cunha, no qual é apresentado o conceito acerca do termo. Para Cunha (1987, p.41),

A Análise Documentária visa expressar o conteúdo dos textos/documentos com o fim de recuperar e disseminar a informação. Na medida em que procura expressar o conteúdo dos textos/documentos ela se aproxima de outras realizadas com fins idênticos. É o caso das análises de conteúdo, literárias, semióticas e lingüísticas, realizadas quer manualmente quer de forma automática.

Assim, na perspectiva apresentada por Cunha (1987), a AD objetiva tratar o conteúdo dos documentos e, a partir dele, desenvolver representações de diversas formas, como resumos, termos e notações.

Pinto Molina (1993) apontou as contribuições mais significativas sob as quais a AD vêm construindo sua teoria e prática, citando Paul Otlet como o primeiro teórico preocupado com essa temática. A autora afirma que:

Quando falava da fase de utilização introduzia um elemento de enorme importância no conjunto operativo da análise, como é "a criação de novos livros por extrato ou fusão e assimilação de outros livros". De alguma maneira estava se referindo aos produtos de AD tais como resumos, índices, etc. (PINTO MOLINA, 1993, p.78, tradução nossa)

Outro teórico citado por ela é Gardin, que na década de 60 publicou estudos de análise documental de uma perspectiva lingüística, referindo-se especificamente à análise de conteúdo; visão compartilhada por Chaumier (1988), que foca na representação do conteúdo dos documentos em detrimento da forma. Em síntese, partindo dos principais marcos teóricos, Pinto Molina (1993, p.81, tradução nossa)

apontou algumas "ideias elementares" para a formação da base conceitual da AD, quais sejam:

a) O processo complexo de AD, praticado sobre documentos originais ou primários, pretende a obtenção de outros documentos derivados ou secundários, que são representativos desses efeitos documentários;

b) A matéria prima da AD, ponto de partida obrigatório, é a unidade texto-contextual;

c) Objeto da AD são também as demandas documentais dos usuários. A análise desses objetos deve ser executada desde um prisma documental e, por conseguinte, irá se referir aos aspectos funcionais do texto (AD de conteúdo) e também ao formal (AD da forma), sendo ambas as vertentes de um único problema;

d) Duas são as variáveis fundamentais da AD: o conhecimento base do analista, bagagem conceitual da pessoa que executa a tarefa analítica e que a condiciona significativamente; e os objetivos documentais do momento. Ambas influenciam o resultado.

e) A Análise Documental é um domínio interdisciplinar que se abastece dos conhecimentos derivados de outras disciplinas, entre as que se destacam a psicologia (cognitiva), a linguística (textual) e a lógica (formal);

f) É sua vertente funcional ou de conteúdo a mais difícil e importante, e consiste fundamentalmente em um processo cognitivo controlado em que se podem distinguir três momentos fundamentais: compreensão, interpretação e síntese;

g) O rigor científico necessário para esse domínio documental não pode ser satisfeito se ele não oferece uma metodologia de avaliação rigorosa que permita avaliar a qualidade do produto.

Considerando o objeto da Análise Documentária, Guimarães (2009) aponta a tendência espanhola de dividi-lo em forma e conteúdo. Pinto Molina (1993) apresenta essa divisão da seguinte maneira, Análise Documental de Forma (ADF) tem como processos a descrição bibliográfica e a catalogação, e a Análise Documental de Conteúdo (ADC), que tem como processos a indexação, classificação e a condensação.

Já a influência francesa na AD no Brasil faz com que o seu objeto seja visto de forma integrada como o conteúdo e/ou assunto do documento, pela grande maioria dos autores (GUIMARÃES, SALES, 2010). Guimarães (2009, p.109) afirma que:

A abordagem da AD, de orientação predominantemente francesa e com nítidos reflexos nas tradições brasileiras, notadamente a partir dos trabalhos de Smit (1974, 1978), e espanhola, a partir dos trabalhos de Izquierdo Arroyo e Sagredo Fernández (1983) e de Garcia Gutiérrez (1984), centra seu foco no processo de TTI em si, vale dizer, na explicitação dos procedimentos voltados para a identificação e seleção de conceitos para posterior representação e geração de produtos.

No Brasil a consolidação da AD se dá, como já citado, com o grupo de pesquisa TEMMA, a partir dos estudos do grupo, métodos e metodologias científicas para essa representação começaram a ser desenvolvidas, com base na linguística. Aproximando, dessa forma, a Biblioteconomia da Linguística, como uma nova possibilidade de abordagem na representação temática.

Guimarães e Sales (2010) fizeram um estudo em que analisaram a base conceitual da AD e suas relações interdisciplinares no contexto brasileiro, partindo da literatura e do entendimento de pesquisadores da área de Ciência da Informação. Na análise e síntese das respostas fornecidas pelos pesquisadores, afirmam que,

[...] torna-se necessário destacar, em concordância ao 'declarado' pela maioria dos pesquisadores respondentes, que: a análise documental, ou

análise documental²³, é por natureza um conjunto de procedimentos que envolve os processos de análise, síntese e representação, cujo objeto são os conteúdos documentais, os quais, devidamente organizados, geram produtos como catálogos, notações classificatórias, índices e resumos. Os objetivos da ADC estão diretamente ligados à representação do conteúdo documental e à recuperação da informação. (GUIMARÃES, SALES, 2010, p.10)

Apesar do foco ser as representações do conteúdo, a análise documental pode ter abordagens a partir do texto, do profissional, do contexto e/ou do usuário dessa informação, evidenciando as diferentes influências que o processo de representação do conteúdo sofre. Cunha (1987, p.51) afirma que, partindo das proposições da linguística, temos dois níveis de análise, a análise do texto, que evidencia a construção do autor/produtor do documento e a análise documentária, "[...] visando a identificação das macro-proposições semânticas/traços descritivos/informações "significativas", capazes de traduzir o conteúdo sob a forma de conceitos/palavras-chave." Ressaltando que essas análises também tem objetivos diferentes, o autor/produtor quando escreve o documento tem seus motivadores, os mais diversos possíveis; já o profissional da informação, na análise documentária, objetiva codificar o documento para promover sua recuperação, acesso e uso. Dessa forma, a Análise Documentária é estabelecida dentro de parâmetros de análise, desenvolvimento e codificação, Guimarães (2009, p.111) afirma que,

Tem-se que a ênfase da concepção de AD reside na identificação, na descrição de etapas, para cujo desenvolvimento se utilizam de instrumentos e de onde decorre a geração de produtos. Percebe-se, assim, na preocupação em explicitar procedimentos, inerente à concepção de AD, as bases teórico-metodológicas que neles subjazem, assim como as peculiaridades que os mesmos podem assumir em distintas áreas de especialidade ou tipologias documentais.

²³Estava assim no original, mas nos parece "a análise documental, ou análise documentária".

E o autor frisa, ainda, que os aspectos procedimentais na AD pressupõem bases teóricas e metodológicas, evidenciando "a natureza eminentemente cognitiva da AD".

Chaumier (1971) inclui a análise documental como uma fase do processo de tratamento da informação que objetiva transformar (ou formar), organizar e recuperar os documentos²⁴. O autor, ainda, reitera seu caráter intelectual e cita dois métodos de análise para a construção dessas representações, o resumo e a indexação, sendo assim, partes da análise documental. Analisando o discurso de pesquisadores da Ciência da Informação no Brasil, Guimarães e Sales (2010, p.11), em relação aos processos da análise documentária, identificam que,

Especificamente no âmbito dos processos, alguns pesquisadores partem de uma dimensão macro, em cujo âmbito identificam etapas de duas naturezas: 'Análise (Tálamo, Cordeiro) e Síntese' (Tálamo, Cordeiro, Smit) ou 'Coleta e Verificação de Dados' (Bufrem). Esse universo se amplia com a inserção de processos mais específicos de Condensação (Moraes) e de Representação (Lima, Moraes, Fujita, Boccato, Moura e Dodebei) mais especificamente no que tange à síntese e, no âmbito da análise, a previsão da 'Leitura' (Dias). Café, por sua vez, valendo-se de uma terminologia distinta - 'Classificação, Indexação e Condensação' - refere-se a processos específicos da análise documental que, no seu bojo, poderiam trazer as dimensões acima citadas.

Conciliando os discursos dos pesquisadores citados por Guimarães e Sales (2010), poderíamos traçar macro processos da AD: Análise, Síntese e Representação; e processos específicos dentro desses: Leitura, Classificação, Indexação e Condensação. Cada qual conta com diferentes métodos e metodologias de desenvolvimento, especificidades que não serão tratadas aqui por não fazerem parte do escopo do trabalho.

A análise documental é, nessa pesquisa, entendida como uma das vertentes do TTI que abrange questões teóricas e metodológicas que, a partir dessa base, desenvolve procedimentos, processos e produtos para

²⁴Chaumier (1971) usa os termos: transformação, ou formação, a memorização e a restituição, que foram, a partir do contexto, traduzidas dessa forma.

a representação dos conteúdos dos documentos, com o objetivo de recuperá-los.

4.1 Análise documental em arquivos

Bonal Zazo (2001) entende a descrição arquivística como uma atividade de Análise Documentária Arquivística e define esse termo, baseado em Ossorio (1988, p.42), como “conjunto de operações necessárias para extrair a informação contida nos documentos e acondicioná-las para facilitar seu armazenamento e sua recuperação posterior”. Percebe-se nessa definição uma abordagem de natureza mais aplicada.

Bonal Zazo (2001), partindo de uma perspectiva integradora²⁵, afirma que na Arquivologia é possível identificar quatro tipos de análises documentais: análise física ou formal, análise de conteúdo, análise contextual e análise externa. A análise física ou formal segue os indicativos do modelo bibliográfico, frisando elementos formais (suporte, língua, características físicas, entre outras) e elementos que identificam o documento (título²⁶, datas, nome do produtor, entre outros). A análise de conteúdo é identificada como uma atividade localizada nas áreas de descrição 'Alcance e Conteúdo' e nos termos de indexação que podem ser associados ao documento.

Entretanto, Bonal Zazo (2001) frisa o fato de que o documento arquivístico tem peculiaridades que o distinguem do documento bibliográfico, o que faz com que a área de descrição da norma 'Alcance e Conteúdo' seja utilizada para representar conteúdos que vão além da operação de condensação documental. Considera, também, o fato de que o documento arquivístico é composto por documentos simples e conjuntos documentais (séries, dossiês, fundos, entre outras), que tornam esse processo mais complexo, visão compartilhada por Ribeiro (2011b).

²⁵ “[...] constituída por aquellos autores que consideran que forman parte del análisis documental tanto las operaciones de análisis formal como las operaciones de análisis de contenido.” (MOLINA, , 1987 *apud* BONAL ZAZO, 2001, p.162)

²⁶O autor destaca que o título também é considerado elemento de conteúdo.

Para Bonal Zazo (2001, p.167) o processo de indexação está incluído na análise de conteúdo, mas, nessa análise, o autor não apresenta uma metodologia direcionada aos documentos arquivísticos, e frisa que “Nem todos os termos de indexação são representativos de seu conteúdo, apenas os nomes comuns ou nomes próprios (de pessoas, entidades, lugares ou famílias) que sejam tratados pelos documentos como assunto dos mesmos tenham tal consideração.”²⁷. Essa afirmação apresenta certa limitação ao processo de representação do conteúdo, já que não é possível prever seu alcance. Já a análise contextual e externa evidencia a ligação da documentação arquivística com seus criadores e com as atividades que os geraram. Partindo dessa classificação, Bonal Zazo (2001) situa os quatro tipos de análises documentais nas áreas de descrição das normas, como a ISAD (G). A análise de conteúdo é associada à área 'Alcance e Conteúdo', assim como aos termos de indexação, que no entendimento do autor, derivam dessa área.

Os termos de indexação como pontos de acesso aos documentos arquivísticos não estão formalizados em todas as normas de descrição arquivística. Linden e Bräscher (2016) apresentaram resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado em que objetivam identificar, dentre as normas nacionais de Descrição Arquivística, as que discutem a representação temática. Identificaram que a Norma Brasileira, NOBRADÉ, apresenta uma preocupação com o produto da descrição do conteúdo, o índice, assim como, com o controle de vocabulário.

A importância do assunto na descrição foi incorporada à Nobrade e nela consta como objetivo da área 'Pontos de acesso e indexação de assuntos', “Registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado.” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.59). Frisa-se a distinção que a norma brasileira faz entre 'pontos de acesso', como sendo qualquer informação que permite acessar o documento ou conjunto documental e 'indexação de assuntos', que se refere ao que o documento trata, ao seu conteúdo.

Percebe-se que o vocabulário controlado é uma ferramenta citada nesse processo que já é alvo de pesquisas na Ciência da Informação tendo como foco os arquivos. Como exemplo, o livro de Smit e Kobashi

²⁷ “No todos los términos de indización son representativos de su contenido, sólo aquellos nombres comunes o nombres propios (de personas, entidades, lugares o familias) que sena tratados por los documentos como assunto de los mismos tendran tal consideración.”

(2003) apresenta uma discussão sobre o desenvolvimento de vocabulário controlado em arquivos e evidencia que esse instrumento deveria:

1. hierarquizar as funções e respectivas atividades: esta hierarquia pode ser mais ou menos detalhada, mas é necessária por duas razões: - para dar uma idéia do universo funcional abrangido (a visão do todo), incluindo os termos num sistema significante; - para orientar a organização física das séries documentais;
2. contemplar o controle de vocabulário, particularmente no que diz respeito à sinonímia, pela inclusão de remissivas na lista alfabética. As remissivas têm por função orientar a nomeação dos documentos (em sua geração e no momento de sua busca) de termos ou expressões não adotados para termos ou expressões adotados pelo sistema;
3. relacionar termos presentes em categorias diferentes;
4. conceituar os termos e as condições de seu uso. (SMIT; KOBASHI, 2003, p.42)

Verifica-se que o item 1 evidencia as funções e atividades como elementos importantes de representação temática nos arquivos, caracterizando o contexto e associados à classificação arquivística. Já com relação aos demais itens, não apresentam diferenças substanciais em relação à construção de um vocabulário controlado. O que apresenta variação é o objetivo do processo, como por exemplo, as remissivas, importantes em qualquer contexto, nos arquivos são utilizadas para nomear documentos, sendo assim fundamentais tanto no momento da criação quanto da recuperação de documentos. (SMIT e KOBASHI, 2003).

A ISAD (G) (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2000, p.11) aponta a representação do conteúdo dos documentos arquivísticos como um dos objetivos da descrição,

[tem como objetivos] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados.

O usuário dos arquivos, com a representação temática, recebe um lugar de destaque, com a preocupação da construção de representações que suportem o processo de recuperação desses documentos, com qualidade. E a Arquivologia, no estudo e aprofundamento desses processos, abre um espaço profícuo de discussão e interação científica.

Apresentam-se, de forma breve, alguns estudos na área da Arquivologia que têm se preocupado com a representação temática. Nesse panorama, é possível verificar que não temos um consenso quanto ao termo mais adequado, sendo usado: indexação, representação de assunto, representação temática; optamos por usar a terminologia de cada um dos autores a seguir tratados.

A tese defendida em 1979 por Richard H. Lytle, intitulada *Subject retrieval in archives: a comparison of the content indexing methods*, é considerado o primeiro trabalho a utilizar metodologias da Biblioteconomia para representar conteúdo em documentos arquivísticos (RIBEIRO, 1996; OLIVEIRA, 2009a). Foram publicados dois artigos de Lytle (1980a; 1980b) em que relata sua pesquisa, que utilizou dois métodos de indexação, *Provenance Method* ou *P Method* e *Content Indexing* ou *CI Method*. O *P Method* é baseado no que se conhece sobre o arquivo, pessoas e organizações envolvidas nas suas atividades, seu contexto e/ou funções, ou seja, sua proveniência. Já o *CI Method* deriva da representação de assuntos da Biblioteconomia, em que o documento é analisado independente de informações relacionadas a proveniência. Apesar do autor reconhecer que a análise pode mesclar os dois métodos, em seu estudo objetivou analisá-los de forma dissociada, a fim de compará-los. Lytle (1980a; 1980b) chegou a conclusão de que os dois métodos apresentam limitações e problemas, porém, o *P Method* se mostrou mais assertivo, fornecendo melhores resultados de busca. O *CI Method* é dependente de uma boa linguagem de indexação, que, se não estiver bem construída ou não abarcar os termos da área de forma consistente e profunda, não será uma ferramenta adequada para a representação dos documentos. O autor também ressalta, como já citado, que os métodos não são excludentes e a importância de serem usados em conjunto.

Oliveira (2009a) apresenta uma importante retrospectiva das décadas de 1980 e 1990, Quadro 6, mostrando a preocupação em países como França, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Portugal e Brasil com a representação e recuperação da informação nos arquivos.

Quadro 6: Literatura sobre indexação e controle de autoridade para a área arquivística

Ano	Autor	Título	Local de publicação
1985	Richard V. Szary	Expanding the role of authority files in the archival context	Estados Unidos
1986	Max Jr. Evans	Authority control: an alternative to the record group concept	Estados Unidos
1986	Helena Ferrez; Jerusa Araújo; Rosely Rondinelli	O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais	Brasil
1987	Richard Roy	Classer & indexer: introduction à l'indexation documentaires	França
1987	Jean E. Dryden	Subject headings: the PAASH Experience	Canadá
1988	Jackie Dooley	An introduction to authority control for archivists	Estados Unidos
1989	Louise Gagnon-Arguin	An introduction to authority control for archivists	Canadá
1989	David Bearman	Authority control issues prospects	Estados Unidos
1990	Harriet Ostroff	Subject Access to Archival and Manuscripts Material	Estados Unidos
1991	Elizabeth Black	Authority control: a manual for archivist	Canadá
1992	Planning Committee on Descriptive Standards	Subject indexing for archives: the report of the subject indexing working group	Canadá
1992	Jackie Dooly	Subject Indexing in Context	Estados Unidos
1993	Kathleen Roe	Enhanced Authority Control: is it time?	Canadá

Fonte: Oliveira (2009a, p.54)continua...

Quadro 6: Literatura sobre indexação e controle de autoridade para a área arquivística

continuação...

Ano	Autor	Título	Local de publicação
1993	Cynthia J. Durance	Authority control: beyond a bowl of alphabet soup	Canadá
1994	Helen R. Tibbo	The Epic Struggle: Subject retrieval from large bibliographic data bases	Estados Unidos
1995	Sharon Gibes Thibodeau	Archival context as archival authority record the ISAAR (CPF)	Canadá
1996	Fernanda Ribeiro	Subject indexing and authority in control: the need for subject indexing in archives and for a indexing policy using controlled language	Reino Unido
1996	Fernanda Ribeiro	Indexação e controle de autoridade em arquivos	Portugal
1985	Richard V. Szary	Expanding the role of authority files in the archival context	Estados Unidos

Fonte: Oliveira (2009a, p.54)conclusão.

Como já foi citado, a produção bibliográfica sobre a temática, ao se considerar duas décadas, é escassa, uma a duas publicações por ano. O trabalho de Ferrez, Araújo e Rondinelli (1987) é relevante porque aponta, de forma breve, práticas de indexação nos arquivos e o ineditismo do assunto no Brasil, nesse período.

Alexandre Garcia (2005), na pesquisa bibliográfica desenvolvida para a obtenção do título de mestre na *École Nationale Supérieure des Sciences De l'information et des Bibliothèques, França*, discute a representação temática nos arquivos, referindo-se especificamente à indexação, afirmando que ela oferece possibilidades mais aprimoradas para o usuário do arquivo. O autor apresenta uma pesquisa bibliográfica, realizada em bases de dados internacionais e nacionais (França, Canadá, Estados Unidos, Suíça, Reino Unido e Austrália), especialmente na língua inglesa e francesa, objetivando identificar a literatura que trata da indexação em arquivos. A pesquisa mostra que a temática aparece na literatura desde a década de 80, momento em que surgem os primeiros computadores, desconsiderando o fato de que o desenvolvimento de

índices, no processo de Descrição Arquivística, é uma representação temática que aparece na literatura da área desde o século XIX. Garcia (2005) afirma que existe uma crença de que a representação por assunto não é a mais adequada aos arquivos, devido a sua natureza, organizado por fundos, funções/atividades ou tipologias documentais, fazendo com que o acesso se dê por esses elementos. Mas, o autor afirma que os arquivistas (se refere aos franceses e canadenses) se interessam em aprofundar seus conhecimentos sobre indexação, buscando em outras áreas do conhecimento, como a Biblioteconomia, por exemplo.

Hicks (2005), nos arquivos federais e estaduais australianos, e Silva (2012), no Arquivo Nacional do Brasil, apresentam estudos aplicados de indexação, mostrando a preocupação dos profissionais com o acesso pelo conteúdo.

Monção (2006) em sua dissertação, analisa o evento *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*, realizado em 1998 na cidade de Pisa, Itália, e que tinha como objetivo discutir questões relativas ao tratamento de conteúdo dos documentos arquivísticos. Na sua grande maioria, os trabalhos apresentados eram de autores italianos (sete dos dez analisados) e apontavam o assunto como informação complementar na representação e organização dos documentos arquivísticos. A autora acredita que a existência de um evento para discutir assunto em arquivos, por si só, legitima a pertinência da temática e apresenta perspectivas de abordagem.

Pret e Cordeiro (2015b) realizaram uma pesquisa bibliográfica nos periódicos *The American Archivist* e *Archivaria*, americano e canadense, respectivamente, com o intuito de compreender de que forma a Arquivologia tem tratado temas como gestão documental, protocolos, arquivos correntes, os usos dos documentos arquivísticos e a indexação. No que concerne à indexação, concluem que esse tema tem recebido pouca atenção na literatura da área de Arquivologia, diante da sua importância no processo de recuperação da informação, especialmente no arquivo corrente e protocolo.

No rol de trabalhos que discutem a representação temática nos arquivos, também está o de Ribeiro (2011b). A autora apresenta duas importantes especificidades da indexação nos arquivos, partindo e aplicando os pressupostos gerais da indexação. Uma das especificidades que Ribeiro aponta é a que se relaciona aos níveis de descrição, que denomina níveis de análise, identificando quatro níveis: sistema de informação (arquivo), a série, o documento, e o *acto* informacional. Defende que, diferente das bibliotecas, que indexam documentos

individuais, os arquivos trabalham com conjuntos (níveis), que requerem diferentes profundidades de análise. A outra especificidade diz respeito à compreensão do conteúdo dos documentos, Ribeiro (2011b, p.54) afirma que nos arquivos é "praticamente impossível definir os 'domínios cobertos pela indexação" por tratarem de assuntos muito diversos. E continua dizendo que, "[...] interessa ter em conta o contexto em que a informação foi produzida e no qual é usada, a sua função e os elementos informativos que os documentos contêm, designadamente aqueles que mais vezes são solicitados pelos utilizadores." (RIBEIRO, 2011b, p.54). Ressalta-se, dessa forma, o conhecimento do contexto como fator fundamental no desenvolvimento da representação temática em arquivos.

Dois eventos que ocorreram em 2015, no Brasil, Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e o International Society for Knowledge Organization no Brasil (ISKO-Brasil), tiveram trabalhos que trataram da temática. Andrade, Silva e Miranda (2015), partindo da perspectiva do usuário de sistemas de informação de arquivo jurídico, propõem uma modelagem que contempla elementos do conteúdo; Cândido, Moraes e Sabbag (2015) testam uma metodologia para a representação da informação, facilitando a identificação da função e/ou atividade, denominada Percurso Gerador de Sentido; Lima e Cunha (2015) desenvolvem um trabalho teórico que relaciona ontologias e taxonomias nos sistema de informação, especialmente arquivos; Vital e Bräscher (2015) discutem a necessidade de aprofundar metodologias para a organização e representação da informação em arquivos e propõem os modelos conceituais como possibilidade a ser estudada; e Medeiros, et al. (2015) realizam uma pesquisa bibliográfica em uma base de dados internacional - *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e em bases nacionais (Brasil) para identificar a bibliografia que trata da representação de assunto na Arquivologia, identificaram e analisaram 17 artigos que tratam da temática. Verificam que a discussão do tema tem ênfase na década de 90, especialmente no Canadá, mas os estudos, na sua maioria, são exploratórios em detrimento dos conceituais.

Barros (2015) aborda a relação da Arquivologia com a indexação, a partir de duas funções arquivísticas, classificação e descrição. O autor analisa as intersecções com a indexação e afirma que:

Concluído o processo de descrição entraríamos no processo de indexação, que seria baseado no plano de classificação e da descrição multi-nível

promulgada pelas normas de descrição, se retiraria termos representativos, relacionados ao contexto de produção documental e possivelmente para além dele." (BARROS, 2015, p.7)

O autor vê a indexação como um processo complementar aos outros dois, que ocorre após o documento ter sido classificado e descrito.

Ressalta-se que a maior parte das pesquisas que tratam da representação temática em arquivos, acima apresentadas, preocupou-se em mapear de que forma a literatura vem tratando esse tema e o quão relevante ele é para os arquivos. Esse fato se constitui em um indicativo de que é necessário avançar em direção ao aprofundamento de métodos e metodologias que subsidiem essa atividade no contexto arquivístico. Pesquisas brasileiras do ano de 2015, apresentadas acima, já caminham nessa direção, com métodos aplicados ao processo de representação temática nos arquivos, como a de Cândido, Moraes e Sabbag (2015) e Andrade, Silva e Miranda (2015).

Recuperando as ideias de Guimarães (2009, p.111), a Análise Documentária preocupa-se em explicitar seus procedimentos "[...]as bases teórico-metodológicas que neles subjazem, assim como as peculiaridades que os mesmos podem assumir em distintas áreas de especialidade ou tipologias documentais.". Entende-se ser essa a base para a discussão da representação temática em arquivos, o processo de Análise Documental que pode gerar diferentes produtos, como por exemplo, termos, resumos ou códigos.

E uma possibilidade de análise é o modelo conceitual, que no contexto digital fornece elementos de análise que abrangem o documento arquivístico e sua representação. No próximo capítulo serão apresentados os modelos conceituais da Família *Functional Requirements* (FR), com o intuito de apresentar suas concepções básicas. Além dos modelos da Família FR, serão apresentados modelos conceituais desenvolvidos para o contexto arquivístico, objetivando caracterizá-los.

5 MODELOS CONCEITUAIS DA FAMÍLIA FR

A modelagem conceitual é definida por Robinson (2010, p.235, tradução nossa) como “[...] o processo de abstração de um sistema real ou proposto para um modelo conceitual”.²⁸ O modelo conceitual cria abstrações, baseadas no mundo real, que serão a base de construção de sistemas de informação e os relacionamentos de dados.

Especialmente influenciados pelos sistemas de informação automatizados, o aumento da produção bibliográfica e os custos do desenvolvimento de representações, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) buscou discutir princípios de padronização, no âmbito da representação descritiva e temática, dos registros bibliográficos. Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) tem como objetivos:

primeiro, fornecer um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar dados registrados em registros bibliográficos, às necessidades dos usuários destes registros. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados por entidades bibliográficas nacionais. (IFLA, 1998, p. 7).

Os FRBR tem base no modelo entidade-relacionamento (E-R), o modelo E-R foi desenvolvido na década de 1970 por Peten Chen, e é utilizado por muitos modelos teóricos. Para Chen (1977, p.78), "Uma entidade é uma "coisa" que pode ser claramente identificada. De acordo com as necessidades da empresa, entidades podem ser classificadas em diferentes tipos [...]”²⁹. As entidades são relacionadas umas com as outras, por meio de diferentes tipos de relacionamentos. Por exemplo, a entidade Documento e a entidade Arquivo podem estabelecer diferentes tipos de relacionamentos, como de pertencimento [no Arquivo há documentos], todo-parte [Documento faz parte do Arquivo]. Para Chen, os relacionamentos são estabelecidos de acordo com as características e

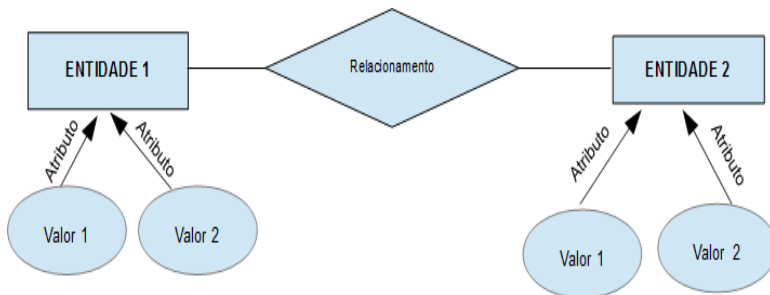
²⁸Conceptual modeling is the process of abstracting a model from a real or proposed system into a conceptual model

²⁹An entity is a "thing" which can be distinctly identified. According to the needs of the enterprise, entities can be classified into different entity types [...].

necessidades do contexto onde o modelo está sendo desenvolvido. E, diz que entidades e relacionamentos têm propriedades que podem ser expressas com os atributos e valores [conteúdo é um atributo de Documento, que pode ser expresso por palavras-chave].

No modelo, as entidades são representadas por uma caixa retangular, os relacionamentos por losangos, os valores em círculos e os atributos por setas, como mostra a Figura 2.

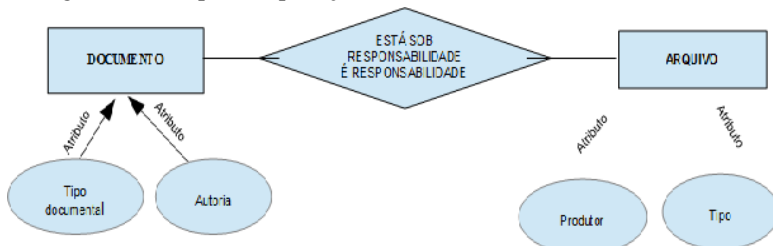
Figura 2: Modelo Entidade-Relacionamento



Fonte: Chen (1977).

A Figura 3 mostra um exemplo da aplicação do modelo entidade-relacionamento. A entidade Documento tem como atributos 'Tipo documental' e 'Autoria', já a entidade Arquivo tem como atributos 'Produtor' e 'Tipo'. Dentre os possíveis relacionamentos que podem ser estabelecidos entre essas duas entidades, estão: 'está sob responsabilidade' e 'é responsável'. Assim, um Documento específico está sob responsabilidade de um Arquivo específico, que por sua vez, é responsável pelo Documento.

Figura 3: Exemplo de aplicação do Modelo Entidade-Relacionamento



Fonte: Adaptado de Chen (1977)

Essa é a estrutura básica do modelo, uma das características, presente também nos modelos da *International Federation of Library Associations and Institutions* - IFLA, é o foco nos relacionamentos entre os registros de informação, o que abre possibilidades de interligações significativas, do ponto de vista do usuário com o sistema, e possibilidades infinitas de combinações coerentes com o contexto dinâmico da informação digital.

Segundo Moreno e Arellano (2005, p.23) o modelo FRBR reestrutura os registros bibliográficos e considera as seguintes diversidades:

- usuários - usuários da biblioteca, pesquisadores, bibliotecários da seção de aquisição, publicadores, editores, vendedores;
- materiais - textuais, musicais, cartográficos, audiovisuais, gráficos etridimensionais;
- suporte físico - papel, filme, fita magnética, meios óticos de armazenagem, etc. e,
- formatos - livros, folhas, discos, cassetes, cartuchos, etc. que o registro possa conter.

Pensados no contexto das novas e variadas formas de acesso aos documentos, no formato digital, e um usuário mais autônomo no processo de recuperação, os modelos conceituais objetivam construir o processo de representação na perspectiva de quem buscará a informação.

A IFLA (1998) desenvolveu o modelo FRBR em 1997, com o objetivo de identificar os requisitos funcionais da informação para registros bibliográficos. As entidades básicas do modelo se dividem em três grupos (IFLA, 1998, p.5):

Grupo 1: suas entidades se definem como os produtos das atividades intelectuais e artísticas que se nomeiam ou descrevem nos registros bibliográficos: obra, expressão, manifestação e exemplar;

Grupo 2: as entidades desse grupo são responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, a produção física e a disseminação ou a custódia das entidades do Grupo 1: entidade corporativa e família.

Grupo 3: suas entidades representam um conjunto adicional de entidades que servem como assunto das obras: conceito, objeto, acontecimento e lugar.

Apesar do modelo FRBR abranger os três grupos, foi dado um destaque maior às entidades do grupo 1. Logo sentiu-se a necessidade de

criar grupos de trabalho específicos, assim, o grupo *Functional Requirements of Authority Numbering and Records* - FRANAR trabalhou no modelo conceitual FRAD - *Functional Requirements of Authority Data* ou Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade. Já o grupo de trabalho FRSAR - *Functional Requirements for Subject Authority Records* trabalhou no modelo FRSAD - *Functional Requirements for Subject Authority Data* ou Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto.

Cada modelo adotou diferentes pontos de vista e soluções, o conjunto dos grupos é denominado Família FR (FR *family*). (RIVA; ZUMER, 2015).

Em relação à representação de assunto, grupo 3, em 2010 a IFLA publicou o *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD). Como visto, os relacionamentos são fundamentais e responsáveis pela ligação entre as entidades, e se estabelecem no contexto de aplicação, que é o que o modelo FRSAD irá desenvolver em relação ao assunto dos documentos.

5.1 FRSAD

O modelo FRSAD (IFLA, 2010, p.34) se propõe a fornecer suporte para as seguintes tarefas de usuários que buscam o acesso aos recursos informacionais pelo assunto:

- I. Encontrar: localizar um ou mais assunto e/ou denominações, baseados nos critérios de busca dos usuários;
- II. Identificar: distinguir entre assuntos similares e/ou suas denominações;
- III. Selecionar: entre os assuntos/denominações encontradas, escolher aqueles que correspondem ao contexto e necessidade do usuário;
- IV. Explorar: familiarizar-se com o sistema/domínio e sua terminologia.

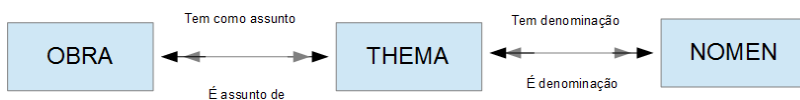
Essas tarefas são comuns à usuários da informação, independente do contexto. Todas elas acontecem de forma similar nos arquivos, o usuário, construirá uma estratégia de busca, selecionando termos e pontos de acesso que melhor respondam a essa necessidade e, a partir dos resultados, que precisam estar contextualizados, exploram o domínio.

O modelo FRASAD identificou e definiu duas entidades de alto nível para os dados de autoridade de assunto, *thema* e *nomen*, sendo definidas assim:

- I. *Thema*: qualquer entidade usada como um assunto de uma obra.
- II. *Nomen*: qualquer signo ou sequência de signos (caracteres alfanuméricos, símbolo, som, etc.) que um *thema* é conhecido por, referido a, ou tratado como. (IFLA, 2010, p.15)

Thema e *nomen* são centrais no desenvolvimento do modelo FRASAD, uma obra tem como assunto um *thema*, que é assunto de uma obra' assim como um *thema* tem denominação no *nomen*, e um *nomen* é a denominação de um *thema*, como mostra a Figura 4³⁰. A temacidade de uma obra é estabelecida por infinitas possibilidades de relações (many-to-many³¹) entre obra (*work*), *thema* e *nomen*, entre *themas*, entre *themas* e *nomen*, e entre *nomens*. O grupo de trabalho, de acordo com IFLA(2010, p.16), escolheu os termos em latim, *thema* e *nomen*, "por não terem um significado pré-estabelecido no nosso contexto, por serem culturalmente neutros e não necessitar de tradução". Essas duas relações 'Tem como assunto' e 'Tem como denominação' são as principais relações entre Entidades do modelo FRASAD, e são '*many-to-many*', ou seja, uma obra pode ter muitos *Themas*, assim como um *Thema* pode ser assunto de muitas obras.

Figura 4: Modelo básico do FRASAD



Fonte: Traduzido de IFLA (2010, p.15)

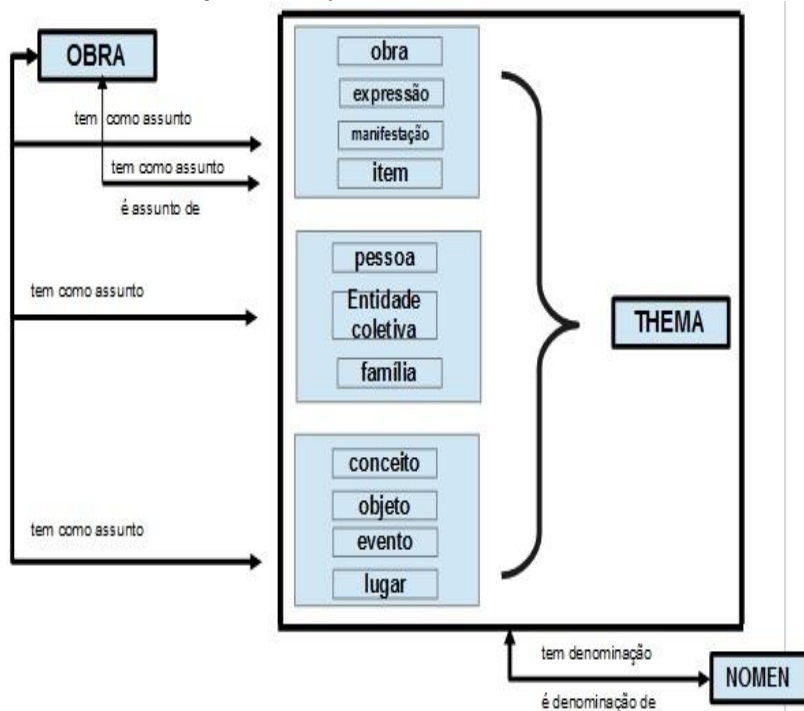
A Figura 5 mostra que os três grupos da família FR podem ser *thema* de uma obra, isto é, expressam seu conteúdo e apresentam uma designação por meio de um *nomen*. Essa relação de *Themas* é

³⁰ A direção do modelo é da esquerda para a direita (IFLA, 2010, p.15).

³¹ Qualquer obra por ter muitos *themas* e qualquer *thema* pode ser assunto de muitas obras.

apresentada no modelo FRSAD apenas como exemplo que se aplica à documentos bibliográficos.

Figura 5: Relação FRSAD com a família FR



Fonte: Traduzido de IFLA (2010, p.15)

O modelo FRSAD apresenta a possibilidade de ser desenvolvido em qualquer contexto e com todos os tipos de registros documentais, o que nos leva a questão proposta, sua aplicação na representação temática de documentos arquivísticos.

Melo (2013, p.84) identifica o pragmatismo no modelo FRSAD,

E a incidência do pragmatismo no modelo FRSAD representa a necessidade de considerar a influência do contexto cultural para a organização do conhecimento. Nessa abordagem busca-se o significado que há no uso dos termos em um universo específico do discurso. O conhecimento

é analisado em sua dimensão social, considerando a dinâmica contextual e instável do processo de comunicação entre indivíduos. A importância da abordagem pragmática consiste na possibilidade de construir uma estrutura contextual e flexível para a representação do conhecimento.

Em relação aos documentos arquivísticos, o pragmatismo presente no FRSAD oferece o espaço para o desenvolvimento de representações dinâmicas e flexíveis, abrangendo os contextos e especificidades que esses documentos apresentam.

5.2 Modelos conceituais na descrição arquivística

Os modelos conceituais na Arquivologia não buscam discutir a descrição arquivística em si, tarefa realizada no âmbito das normas e diretrizes nacionais e internacionais. Um modelo conceitual para esse processo objetiva responder às novas exigências do contexto tecnológico e das dinâmicas da sociedade pós-moderna. Cunningham (2007, p.79), considerando a complexidade da realidade e a necessidade de documentar a proveniência dos documentos, indica que,

Primeiramente, e mais importante, deveríamos elaborar e construir sistemas arquivísticos que reflitam, ao invés de distorcer, a complexa realidade do arquivamento. Em um ambiente de bases de dados relacionais este não é um desafio tão difícil. Tudo o que é requerido é um sistema que permita descrições separadas, mas relacionadas, de documentos e das diferentes entidades que os produziram.

O modelo conceitual busca definir entidades, criar e discutir as relações semânticas entre elas e seus atributos, a fim de acompanhar as transformações sociais, propiciando o acesso e a recuperação da informação, garantindo a preservação da proveniência. Como afirma o National Archives (Finlândia) 2013, p.12), no documento que apresenta seu modelo conceitual,

O modelo conceitual não define a forma documentária da fonte de informação que está

sendo descrita, ou em que ponto de seu ciclo de vida a descrição ocorre. No modelo conceitual Finnish, descrição arquivística é vista como a representação das relações multilaterais entre entidades de recursos de informação e entidades de contexto, bem como representação de espaço e mudanças temporais que ocorrem ou ocorreram nestas relações. A função mais importante do modelo conceitual é reconhecer e descrever as entidades-chave de contexto na descrição arquivística, bem como as relações entre as entidades de contexto no alto nível de abstração.³²

O Internacional Council of Archives - ICA busca estabelecer diretrizes e parâmetros para a Descrição Arquivística antes mesmo do desenvolvimento das normas técnicas. Em 1988 inicia uma discussão, juntamente com outras entidades arquivísticas, sobre princípios básicos a serem seguidos, resultando na formalização e divulgação, em 1992, do documento "*Statement of Principles Regarding Archival Description*" (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 1992). Esses princípios apontam a importância das normas e padrões para a o intercâmbio de dados, visando a acessibilidade. A partir dessas discussões iniciais, o ICA, através de grupos de trabalho, desenvolveu suas quatro normas: ISAD(G), ISAAR (CPF), ISDF (Norma Internacional para Descrição de Funções) e a ISDIAH (Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico). O desenvolvimento dessas quatro normas teve como intuito criar "um método mais econômico e flexível de criar e manter os dados que compõem a descrição." (GUEGUEN; et al., 2013, p.101).

Gueguen; et al. (2013, p.105) apontam que, em relação às normas de descrição arquivística, "[...]a falta de um quadro conceitual tem impedido o aproveitamento do poder da separação, e como

32

The conceptual model does not define the documentary form of the information resource that is being described or at which point of its lifecycle the description takes place. In the Finnish conceptual model, archival description is seen as representation of multilateral relationships between information resource entities and context entities, as well as representation of the spatial and temporal changes that occur or have occurred in these relationships. The most important function of the conceptual model is to recognise and describe the key context entities in archival description, as well as the relationships between the context entities at the high level of abstraction. (NATIONAL ARCHIVES (Finlândia), 2013, p.12)

resultado, a comunidade arquivística internacional não aceitou e implementou amplamente sistemas que utilizam de modo pleno as normas da ICA." Diante da pouca aceitação do uso conjunto dessas normas, o ICA desenvolveu estudos a fim de articulá-las, objetivando demonstrar sua complementariedade, essa análise resultou em um documento intitulado *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive Standards* (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2012, p.15, tradução nossa) em que conclui-se que,

[...] a única forma de eliminar a redundância no conjunto de normas seria primeiro desenvolver um modelo conceitual e em seguida voltar para as regras e identificar aqueles elementos únicos e compartilhados com base em todas as relações potenciais.³³

E, a partir dessa constatação, desde 2012 o *Expert Group for Archival Description (EGAD)*, do ICA trabalha para o desenvolvimento de uma norma de descrição abrangente, fazendo uso da modelagem conceitual e integrando as quatro normas de descrição arquivística internacionais, ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDFe ISDIAH (GUEGUEN; et al., 2013). De acordo com o grupo de especialista que trabalham no desenvolvimento do modelo,

O modelo deverá, antes de tudo, voltar-se para os princípios e necessidades da comunidade arquivística. Em especial, será fundamentado no permanente princípio da proveniência. Terá como foco a separação e interrelação dos componentes primários da descrição arquivística, a fim de fornecer uma base para o desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística que sustentarão diferentes perspectivas sobre recursos arquivísticos, incluindo tanto a perspectiva representada por guias e instrumentos de pesquisa tradicionais em nível de fundo, como a perspectiva representada pelo sistema de séries,

33

[...] the only way to eliminate the redundancy in the suite of standards would be to first develop a conceptual model and then to go back to the rules and identify those unique and shared elements based on all potential relationships. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2012, p.15)

preconizada por Peter Scott, na Austrália. Os sistemas baseados no modelo fundamentarão múltiplos caminhos de acesso aos recursos arquivísticos, tornando possível, por exemplo, encontrar todos os organismos que exerceram uma função específica, todos os documentos produzidos pelo mesmo organismo, e todos os documentos que registram a mesma função, e cada um desses em relação a tempos e lugares específicos.

O prazo estabelecido para o desenvolvimento do modelo do ICA é entre 2012-2016, no mês de setembro de 2016 foi disponibilizada uma versão preliminar (*Consultation Draft v. 0.1*) para a análise da comunidade internacional arquivística e organismos profissionais relacionados. O modelo conceitual em desenvolvimento pelo ICA é intitulado '*Records in contexts: a conceptual model for archival description - RiC-CM*'. Percebe-se que este modelo conceitual foi construído em uma perspectiva ampla e flexível, que reconhece os princípios da área como a proveniência e o respeito aos fundos, mas abre perspectivas para entender os documentos arquivísticos a partir de seus diferentes contextos. O grupo reconhece a impossibilidade de um modelo de descrição perfeito que abarque a complexidade dos conteúdos e contextos documentais.

Cada vez mais, os arquivistas observam que a perspectiva de arquivo é uma entre muitas perspectivas possíveis que podem ser empregadas na compreensão dos registros, que eles próprios executam seus trabalhos em um determinado contexto histórico (cultural, social, material), que seus julgamentos e atos são formados e informados pelos contextos em que vivem e trabalham. Ao mesmo tempo, cada vez mais arquivistas estão observando que os contextos em que surgem registros e em que existem ao longo do tempo são irredutivelmente dinâmicos e complexos.³⁴(INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2016, p.6, tradução nossa)

³⁴ Increasingly, archivists observe that the archival perspective is one among many possible perspectives that may be employed in the understanding of

Como citamos anteriormente, com a proposta de abranger as quatro normas internacionais de descrição, ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDFe ISDIAH, o modelo RiC-CM, em sua versão preliminar, apontou 14 entidades básicas, quais sejam: *Record, Record Component, Record Set, Agent, Occupation, Position, Function, Function (Abstract), Activity, Mandate, Documentary Form, Date, Place, Concept/Thing*³⁵. A representação temática é contemplada especificamente na entidade *Concept/Thing*, entendida como "Qualquer idéia ou noção, objeto material, ou evento ou ocorrência que pode ser associada com, ou em alguns casos ser o assunto de, outras entidades."³⁶ (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2016, p.18, tradução nossa). E, ainda, insere uma nota de escopo para essa entidade, complementando, "Inclui todas as entidades RiC, bem como as seguintes: conceitos abstratos; cultural, movimentos, períodos e eventos nomeados; coisas nomeadas, objetos e obras; figuras lendárias, míticas ou fictícios, personagens ou seres"³⁷. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2016, p.18, tradução nossa). O modelo RiC deixa claro que qualquer entidade que seja assunto do documento, poderá ser associado a ele na entidade conceito/objeto. A versão preliminar ficou aberta para sugestões até dezembro de 2016 e, provavelmente, terá sua versão definitiva lançado no ano de 2017.

Todavia, a iniciativa do ICA não é a primeira direcionada a modelos conceituais na Descrição Arquivística, temos iniciativas em diferentes países nesse sentido, desde 2008, com a *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0* (2008) (AGRkMS) e o *Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard Version 1.0* (2008), do Arquivo da Nova Zelândia, ambas baseadas na *Recordkeeping Metadata Standard*

records, that they themselves are performing their jobs in a particular historical (cultural, social, material) context, that their judgements and acts are shaped and informed by the contexts within which they live and work. At the same time, archivists increasingly are observing that the contexts in which records emerge and in which they exist over time are irreducibly dynamic and complex.

³⁵Preferimos que, nesse momento, os termos permaneçam na língua original para não incorrer no risco de modificar seus significados na tradução.

³⁶Any idea or notion, material thing, or event or occurrence that can be associated with, or in some cases be the subject of, other entities.

³⁷Includes all RiC entities as well as the following: abstract concepts; cultural movements, named periods and events; named things, objects and works; legendary, mythical or fictitious figures, characters or beings.

for *Commonwealth Agencies Version 1.0, 1999*, também australiana. Os modelos da Austrália e Nova Zelândia foram projetados para serem usados como uma ferramenta de referência por instituições, profissionais da área de tecnologia, como desenvolvedores de softwares de gerenciamento de registros eletrônicos e sistemas de negócios (NATIONAL ARCHIVES (Austrália), 2008). Enquanto a *Recordkeeping Metadata Standard for Commonwealth Agencies Version 1.0* definia um conjunto de metadados a serem utilizados, a AGRkMS e a Neozelandêsa desenvolveram um modelo de relacionamentos múltiplos, com cinco entidades definidas: Record, Agent, Business, Mandate e Relationship³⁸. O modelo, a partir das entidades definidas, apresenta os elementos e sub-elementos, em proposições de relações múltiplas, configurando-se em um modelo conceitual.

Nesse modelo, destaca-se o elemento '*Keyword*', definido como "O assunto do documento ou as funções e atividades gerais e específicas da agência, que são documentadas no registro."³⁹ (NATIONAL ARCHIVES (New Zealand), 2008, p.51), é aplicado a entidade Documento, não sendo obrigatório. Essa definição aparece tanto no modelo da Nova Zelândia quanto no Australiano, e apresentam como objetivo para esse elemento: facilitar a busca e recuperação da informação; classificar os documentos por assunto ou função; documentar as relações entre os documentos e as funções/atividades que representam. Assim, as normas Australianas e Neozelandêsa apresentam o assunto como um elemento da entidade Documento, salientando a importância para a busca e recuperação desses documentos, e apontando que as funções e atividades registradas podem representar seu assunto.

Desde 2007 a Espanha discute a normalização da descrição arquivística de forma a ampliar o acesso aos documentos. Em 2007 criou a *Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística* (CNEDA), com a aprovação, no mesmo ano, do documento intitulado Projeto NEDA-I (Normas Españolas de Descripción Archivística). Como resultado, publicou em 2012 o *Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones*. O modelo identificou seis entidades e definiu seus relacionamentos, com

³⁸ Preferimos manter, nesse momento, os termos na língua original.

³⁹ *The subject of the record, or the general or agency-specific functions and activities which are documented by the record.* (NATIONAL ARCHIVES (New Zealand), 2008, p.51)

base no Modelo Entidade-Relacionamento: *Documentos de arquivo, Agente, Función y sus divisiones, Norma, Concepto, Objeto o Acontecimiento, Lugar*.

Em relação à representação temática, a entidade '*Concepto, objeto o acontecimiento*', "[...]se refere às ideias ou noções abstratas, coisas materiais, eventos ou acontecimentos de que tratam os documentos de arquivo."⁴⁰ (COMISIÓN DE NORMAS...2012, p.24), e engloba e exemplifica uma diversidade de temas que envolvem esse elemento. Ainda na perspectiva do conteúdo, o modelo mapeia os tipos de relações de assunto de um documento arquivístico, e identifica todas as Entidades como assuntos, assim, Documentos de arquivo, Agente, Função e suas divisões, Norma, Conceito, objeto ou acontecimento, Lugar são considerados potenciais assuntos. A norma espanhola está apoiada nas quatro normas do Conselho Internacional de Arquivos, na Família FR, entre outras referências.

O modelo desenvolvido na Finlândia, *Finnish Conceptual Model for Archival Description - CMAD*, teve sua versão preliminar publicada em 2013 (*draft version*), e é resultado do trabalho de um grupo de especialistas ligado ao Arquivo Nacional finlandês. Esse grupo tem como objetivo revisar os requisitos da descrição arquivística para atender aos novos sistemas de gestão e ambientes de arquivo, bem como explorar a base teórica desse processo (NATIONAL ARCHIVES (Finlândia), 2013). Esse modelo é desenvolvido no âmbito do projeto da Biblioteca Nacional Digital, que busca estabelecer semânticas consistentes nos processos de descrição dos setores do patrimônio cultural daquele país. E, por esse motivo, tem influência do modelo conceitual *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)* no qual o *Resource Description and Access (RDA)* é baseado, e na norma ISO 21127:2014 - *A Reference ontology for the interchange of cultural heritage information*, relacionada ao projeto do *International Committee for Documentation (CIDOC)*, que desenvolveu o *Conceptual Reference Model (CRM)*, também voltado ao acesso ao patrimônio cultural. Assim, o modelo finlandês amplia seu escopo de aplicação, para isso incorpora modelos relacionados, como o FRBR e o CRM.

O modelo CMAD institui oito entidades: Function, Agent, Information resource, Mandate, Place, Lifecycle event, Temporal event e Subject; a inclusão das três últimas é uma influência do modelo FR. Em relação ao assunto, diz que "Assunto representa qualquer tópico

⁴⁰"[...] se refiere a las ideas o nociones abstractas, cosas materiales, eventos o sucesos de que tratan los documentos de archivo."

(conceitual ou físico), que o recurso tenha informação sobre, mas não tem nenhuma relação contextual com o recurso de informação.⁴¹" (NATIONAL ARCHIVES (Finlândia), 2013, p.13). Afirma ainda que as entidades: Agente, Lugar e Evento Temporal e Assunto são internacionalmente reconhecidas como entidades chave para a descrição de conteúdo de arquivo.

Além dos modelos conceituais citados, considerando os documentos arquivísticos, foram desenvolvidos modelos de requisitos para sistemas informatizados, focados na atividade prática de gestão. Países que fazem parte da União Europeia, no período de 2000-2001, desenvolveram o *Modular Requirements for Records Systems* ou Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Eletrônicos (MoReq). Os requisitos incluídos na especificação MoReq, ao serem implementados, resultam em um sistema que fará a gestão dos documentos eletrônicos de arquivo com os níveis de confiança e integridade pretendidos, tendo como base a gestão de documentos arquivísticos. (DLM Forum Foundation, 2011).

Tendo como base o MoReq, no Brasil foi desenvolvido e publicado, em 2011, pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos, o e-ARQ Brasil - Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. O modelo brasileiro tem como objetivos:

- Orientar a implantação da gestão arquivística de documentos arquivísticos digitais e não digitais;
- Fornecer especificações técnicas e funcionais, além de metadados, para orientar a aquisição e/ou a especificação e desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011).

Os metadados fornecidos no e-Arq estão distribuídos nas seguintes entidades: documento, evento de gestão, classe, agente, componente digital e evento de preservação. Na entidade 'documento' o e-Arq atribui como metadado facultativo 'Assunto' (item 1.13 no e-Arq), e o define como "Palavras-chave que representam o conteúdo do documento. Pode ser de preenchimento livre ou com o uso de

⁴¹The third contentdescription entity, Subject, represents any topic (conceptual or physical), that the resource contains information about, but has no contextual relationship to the information resource.

vocabulário controlado ou tesouro. Diferente do já estabelecido no código de classificação." (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.102). O e-Arq apresenta o conteúdo do documento arquivístico como acesso complementar e que não pode ser confundido com a classificação temática, caso haja. Além de indicar que cada instituição tenha sua política de indexação, que guiará a definição desse metadado.

O referencial teórico da pesquisa apoia-se em uma visão da Arquivologia na pós-modernidade, em que a área e seu objeto, documento arquivístico, são entendidos como construções políticas, econômicas e sociais, parciais e interligadas de forma dinâmica. Na atualidade, a pós-modernidade apresenta questionamentos condizentes com a complexidade que os documentos digitais apresentam. O foco no contexto de criação e o entendimento do documento como resultante de diferentes relações, abre um vasto e interessante campo de exploração científica. O processo de organização e representação da informação, entendido nessa perspectiva, pode ser o fio condutor da criação de vínculos da rede constituída por produtores, instituições, documentos e usuários.

Em relação aos modelos conceituais, eles fornecem a estrutura para que as redes relacionais possam ser representadas e usadas em sistemas de informação automatizados. Especificamente, o modelo conceitual FRASAD permite, além das tarefas de encontrar, identificar e selecionar, explorar as relações contextuais construídas. Sendo o documento arquivístico o resultado de interrelacionamentos entre produtores, instituições e suas atividades e funções, a pesquisa é direcionada para a conexão entre os modelos conceituais e as representações da informação que ocorrem nos arquivos. O ponto central é a representação temática, pouco explorada na literatura da Arquivologia, e que pode fornecer representações e uma recuperação da informação mais significativa. A representação temática de documentos arquivísticos refere-se aos processos que objetivam criar representações do conteúdo desses documentos sem perder suas relações orgânicas e estruturais.

A metodologia apresentada no próximo capítulo explicita de que forma essas correlações foram pensadas a fim de que os objetivos dessa pesquisa fossem alcançados.

6 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa. A temática desta pesquisa não dispõe de um conjunto de conhecimentos consolidados, sendo assim, a forma mais adequada de proceder é a exploração e análise da literatura, com o objetivo de realizar inferências. Quanto aos seus objetivos, esses aspectos caracterizam-na como uma pesquisa exploratória, definida por Theodorson, Theodorson (1970, p.142, tradução nossa) como "Um estudo preliminar cuja principal finalidade é familiarizar-se com um fenômeno a ser investigado, para que o principal estudo a seguir possa ser projetado com maior compreensão e precisão⁴²." Esse tipo de pesquisa permite certa liberdade no processo de averiguação e proposições a partir das descobertas proporcionadas, no caso dessa pesquisa, pela literatura científica.

Os modelos conceituais para representação da informação possuem bases teóricas e metodológicas na literatura da Ciência da Informação. Assim, esse estudo se propôs a explorar essas bases com o objetivo de sistematizá-las a fim de relacionar com as especificidades da representação temática de documentos arquivísticos. Nessa direção, propõe entidades para a representação temática de documentos arquivísticos, com base no modelo *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD).

Quanto aos procedimentos metodológicos, configura-se em uma pesquisa bibliográfica, que se utiliza da Análise de Conteúdo como metodologia procedimental da análise de dados, visando atingir os objetivos específicos a e b.

Bardin (2010, p.40) define análise de conteúdo como

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição de conteúdos de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

⁴²"A preliminary study the major purpose of which is to become familiar with a phenomenon that is to investigate, so that the major study to follow may be designed with greater understanding and precision."

A autora supracitada também organiza a análise de conteúdo em três etapas, que estão apresentadas no Quadro 7, assim como a forma com que cada etapa foi desenvolvida nessa pesquisa.

Quadro 7: Etapas da análise de conteúdo

Etapa	Objetivo	Procedimentos adotados na pesquisa
Pré-análise	"Tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimentodas operações sucessivas, num plano de análise." (BARDIN, 2010, p.50)	Essa etapa será detalhada no item 6.1, em que estão apresentados os critérios de escolha dos documentos que fizeram parte da análise. O pólo de observação foram as especificidades na representação temática de documentos arquivísticos.
Exploração do material	"[...] consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas." (BARDIN, 2010, p.127).	A partir dos documentos selecionados, de acordo com os objetivos da pesquisa, foram estabelecidas as categorias e variáveis de inferência para a análise. Essa etapa é detalhada no capítulo 6.1 e 6.2 e as variáveis analisadas são as 'Especificidades' do tratamento temático em documentos arquivísticos.
Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação	Essa etapa é apresentada por Bardin (2010) como o momento em que, a partir do material selecionado, são realizadas sínteses e análises que servem de base para inferências e interpretações.	Esse momento, nessa pesquisa, é detalhado no capítulo 7.3, em que foi desenvolvido um quadro conceitual das características do documento arquivístico e das entidades dos modelos conceituais analisados, pertinentes à representação temática de documentos em arquivos e que possibilitaram relacioná-las com a estrutura do modelo conceitual FRASAD.

Fonte: Da autora (2017)

As etapas citadas permitem, a partir da exploração do material, sistematizar o conhecimento e realizar inferências acerca das especificidades na representação do conteúdo de documentos arquivísticos. Assim, a metodologia de Bardin (2010) permite construir, com o devido rigor científico, as inferências que nos possibilitam responder as questões propostas, O modelo conceitual FRSAD pode contribuir com a representação temática em documentos arquivísticos? É possível, com base nesse modelo, identificar um conjunto de entidades para assuntos em documentos arquivísticos, considerando suas especificidades?

O Quadro 8 apresenta os objetivos específicos e a metodologia adotada para atingi-los.

Quadro 8: Relação entre objetivos, fontes, coleta e análise dos dados

Objetivos Específicos	Fontes	Coleta de dados	Análise dos dados
a) Caracterizar as especificidades da representação temática de documentos arquivísticos;	Base de dados de literatura científica	Pesquisa bibliográfica	Análise de conteúdo
b) Mapear as entidades e atributos relacionados à representação temática nos modelos conceituais para descrição arquivística;	Modelos conceituais de Descrição Arquivística identificados no site do ICA	Pesquisa bibliográfica	Análise de conteúdo
c) Estabelecer os temas para representação temática em documentos arquivísticos, com base no modelo FRSAD.		Dados da pesquisa obtidos por meio dos objetivos específicos a) e b)	Interpretação e inferências da pesquisa

Fonte: Baseado em Leite (2011, p.19)

Assim, o objetivo específico c) é dependente dos resultados dos objetivos a) e b), para então atingirmos nosso objetivo geral, a proposição de um conjunto de entidades para representação temática de documentos arquivísticos.

6.1 Procedimentos para a seleção da amostra, coleta e análise dos dados

O universo e seleção da amostra estão divididos em três momentos, atendendo aos objetivos a, b e c dessa pesquisa, assim, os apresentaremos separadamente.

Objetivo específico a: Para responder ao primeiro objetivo específico, 'Identificar quais são as especificidades da representação temática de documentos arquivísticos', foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando identificar as especificidades a serem consideradas na representação temática de documentos arquivísticos. Especificidades são entendidas como características que diferenciam o tratamento temático dos documentos arquivísticos do realizado em outras áreas do conhecimento. Foram considerados todos os trabalhos levantados na literatura em língua portuguesa, inglesa e espanhola e que tratam da representação temática, independentemente da terminologia adotada. As fontes de informação utilizadas para a coleta de dados, assim como as estratégias de busca, com o uso da busca avançada das bases, estão apresentadas no Quadro 9. Como a literatura na temática já havia se mostrado escassa, não foi feito recorte temporal, assim como não foi especificado o tipo documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada entre março e abril de 2016.

A escolha dessas fontes de informação justifica-se pelo fato de apresentarem uma expressiva cobertura da literatura em Ciência da Informação, tanto nacional quanto internacionalmente, área em que a Arquivologia está incluída no Brasil, segundo a tabela de áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. As fontes de informação foram divididas em três grupos:

- Base de Dados: LISA, EMERALD e BRAPCI

- Periódicos que não são indexados nessas bases, porém, relevantes na Arquivologia: Revista Acervo; Informação Arquivística; Páginas a&b - arquivos e bibliotecas; Arquivo & Administração;

- Anais de eventos: BENANCIB; ISKO e seus capítulos. Não foram considerados eventos específicos da Arquivologia pela dificuldade de acesso aos anais.

A escolha das fontes de informação também teve como critério o acesso ao texto completo.

Os resultados compõem três categorias:

I.Resultado geral da busca: resultado mostrado nas bases de dados após a inserção dos termos e estratégias de busca;

II. Trabalhos que abordam a temática: a partir do resultado geral, foi feita a leitura do resumo dos trabalhos e verificou-se quais abordam a temática, isto é, tratam de representação temática no contexto arquivístico;

III. Selecionados: a partir dos trabalhos que abordam a temática, foi feita a leitura integral na busca por especificidades, elementos que distinguem a representação temática realizada em documentos arquivísticos de outros contextos. Foram selecionados para compor a amostra os trabalhos que atenderam aos objetivos da pesquisa, isto é, apontavam para especificidades na representação temática de documentos arquivísticos.

Quadro 9: Fontes bibliográficas

Tipo	Fontes	Estratégias de busca	Resultados
Bases de dados	<i>Library and Information Science Abstract</i> - LISA	<p>Busca no resumo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "subject analysis" AND archival • "subject indexing" AND archival • "archival representation" AND archival • "information representation" AND archival • "archival description" AND indexing 	<p>I. 21 resultados II. 12 abordam a temática III. 3 selecionados</p>
	EMERALD	<p>Busca no resumo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "subject analysis" AND archival • "subject indexing" AND archival • "archival representation" AND archival • "information representation" AND archival • "archival description" AND indexing 	<p>I. 3 resultados II. 1 aborda a temática III. nenhum selecionado</p>
	BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação	<p>Resumo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "Análise de assunto" + arquivo • Indexação + arquivo • "Representação de assunto" + arquivo • "Representação da informação" + arquivo 	<p>I. 28 resultados II. 5 abordam a temática III. 2selecionados</p>

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 9: Fontes bibliográficas
continuação...

Tipo	Fontes	Estratégias de busca	Resultados
<p>Periódicos científicos que não estão indexados nas bases analisadas</p>	<p>Revista Acervo</p>	<p>Em todas as categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> · "Análise de assunto" + arquivo · Indexação + arquivo · "Representação de assunto" + arquivo · "Representação da informação" + arquivo 	<p>nenhum resultado</p>
	<p>Informação Arquivística</p>	<p>Em todas as categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> · "Análise de assunto" + arquivo · Indexação + arquivo · "Representação de assunto" + arquivo · "Representação da informação" + arquivo 	<p>I.2 resultados II. nenhum aborda a temática</p>
	<p>Páginas a&b - arquivos e bibliotecas</p>	<p>Os trabalhos estão em mais de uma língua, assim a pesquisa foi feita nos arquivos PDF : 11 números (n.1,1997 à 3ª série, n.4, 2015)</p>	<p>nenhum resultado</p>
	<p>Arquivo & Administração</p>	<p>A revista está indexada na base da BRAPCI até o ano de 2004, os artigos analisados foram recuperados na versão impressa da revista, em anos posteriores. Não foi realizada uma busca exaustiva nos números não indexados.</p>	<p>II.2 abordam a temática III.1 selecionado</p>

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 9: Fontes bibliográficas
continuação...

Tipo	Fontes	Estratégias de busca	Resultados
Anais	Base BENANCIB - Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e Grupo de Trabalho 2 (GT2) do Enancib 2015 que não está na base de dados.	<p>Texto completo:</p> <ul style="list-style-type: none"> · "Análise de assunto" + arquivo =0 · Indexação + arquivo=0 · "Representação de assunto" + arquivo =0 · "Representação da informação" + arquivo = 20 > 1 	<p>I.6 resultados II.6 abordam a temática III. nenhum selecionado</p>
	International Society for Knowledge Organization - ISKO - e dos seus capítulos: - ISKO-Brasil, - ISKO Espanha-Portugal, - ISKO-France e - ISKO Canadá-EUA (NASKO)	A seleção foi feita no arquivo PDF de cada anais, buscando no título, resumo e palavras-chave, os seguintes termos: indexação, representação de assunto, análise temática, representação de conteúdo no contexto da Arquivologia	<p>I. Busca direta no arquivo PDF II. 20 abordam a temática III.2 selecionados</p>

Fonte: Da autora (2017).
conclusão.

A partir desse levantamento, os trabalhos selecionados foram lidos e deles retirados extratos em que as especificidades eram citadas e, a partir delas, foram construídas categorias de análise, seguindo a análise de conteúdo de Bardin (2010), e realizadas inferências que estão apresentadas no capítulo 7.3.

Também foram utilizados como instrumentos para auxiliar a análise e discussão dos resultados, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005 e o e-Arq Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011).

Objetivo específico b: Para responder ao segundo objetivo específico, 'Mapear as entidades e atributos relacionados à representação temática nos modelos conceituais para descrição arquivística', foram analisados os modelos identificados no site do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), conforme Quadro 10.

Quadro 10: Modelos conceituais de Descrição Arquivística

Modelos Conceituais de Descrição Arquivística	Ano de publicação
NATIONAL ARCHIVES (New Zealand). Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard :version 1.0.Nova Zelândia.	2008
COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA. Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones. Sevilla, Espanha.	2012
NATIONAL ARCHIVES (Finlândia). Finnish Conceptual model for archival description. Finlândia, 2013.	2013
NATIONAL ARCHIVES (Austrália). Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.2. Austrália.	2015
INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA. Experts group on archival description. Records in contexts: a conceptual model for archival description.	2016

Fonte: Da autora (2017)

A partir do mapeamento das entidades e atributos, foram identificadas entidades que se relacionam com a representação temática

dos documentos arquivísticos, que estão apresentadas no capítulo 7.2. Utilizou-se como instrumento complementar de análise a Base Terminológica do Projeto Interpares 3 (INTERPARES 3, [201-])

Objetivo específico c: O último objetivo específico, 'Estabelecer os *temas* para representação temática em documentos arquivísticos, baseado no modelo FRSAD' foi desenvolvido correlacionando as entidades identificadas com a estrutura conceitual e metodológica do modelo FRSAD. Foi analisada a publicação desenvolvida pela *International Federation of Library Associations and Institutions* - IFLA, que apresenta o modelo FRSAD completo e um livro cujas autoras são parte do grupo de trabalho que o desenvolveu, quais sejam:

a) IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD):** a conceptual model. Berlin: IFLA, 2010.

b) ZUMER, M.; ZENG, M. L.; SALABA, A. **FRSAD:** conceptual modeling of aboutness. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2012. 121 p.

Assim, com o desenvolvimento dos três objetivos específicos, conforme procedimentos indicados, será possível analisar e discutir os resultados, a seguir.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As análises foram divididas de acordo com os objetivos específicos traçados para essa pesquisa. Assim sendo, foram desenvolvidos três tópicos, conforme segue.

7.1 Especificidades da representação temática em documento arquivístico

Com a pesquisa bibliográfica realizada, já apresentada no Quadro 9, obteve-se um total de 82 resultados, com a busca pelos termos: representação de assunto e/ou indexação, análise de assunto e representação da informação e suas respectivas traduções. Dentre eles, 46 abordam questões relacionadas à representação temática de documentos arquivísticos e, após leitura e análise minuciosa, oito foram selecionados para compor a amostra, conforme Quadro 11, a seguir. Além desses oito trabalhos selecionados, foi incluído um capítulo de livro da autora Fernanda Ribeiro (2011b) que aborda as especificidades da indexação no contexto dos arquivos e que não havia sido até então abarcado pela pesquisa.

Na busca pela caracterização geral desses trabalhos, verifica-se que, dos nove trabalhos analisados, quatro foram publicados no Brasil, dois na Espanha, um nos Estados Unidos, um no Canadá e um na França; desses, seis são da década de 2000 e os outros três da década de 1990. Os três trabalhos da década de 1990 são o dos Estados Unidos, do Canadá e um da Espanha. Seis trabalhos são artigos publicados em periódicos científicos, dois foram publicados em anais de eventos e um é capítulo de livro. Todos os trabalhos tem uma abordagem teórica, ou seja, objetivam discutir pressupostos conceituais e metodológicos da representação temática em arquivos.

Para a identificação da(s) especificidade(s) foi feita a 'Exploração do material', de acordo com a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2010). De cada trabalho foi retirado o extrato, e feita a tradução livre, quando necessária, que tratava de características específicas da representação temática de documentos arquivísticos. Com base nos extratos, realizou-se uma síntese das especificidades do tratamento temático de documentos arquivísticos indicadas, conforme Quadro 11.

Quadro 11: Trabalhos analisados

REFERÊNCIA: DOOLEY, J. M. (1992). Subject indexing in context. <i>American Archivist</i> , Estados Unidos, v. 55, n. 2, p. 344-354, Apr. 1992.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>"The archival literature often gives the impression that subjects are strictly generic topics—rain forests, football games, railroads, generals, or skyscrapers. In reality, <u>specific named entities</u>, including particular people, organizations, government agencies, geographic places, and events are no less subjects than are <u>generic topics</u>. [...] Other aspects of archival materials that traditionally have not been considered subjects also provide important clues to subject content and <u>form strong links between provenance and subject content without being purely one or the other</u>. Time and place are particularly potent access points for the papers of little-known or anonymous persons. Form of material also can be a powerful indicator of subject content, particularly when combined with time or place." (p.348)</p> <p><i>Tradução nossa:</i></p> <p>"A literatura de arquivo, muitas vezes dá a impressão de que os assuntos são estritamente tópicos genéricos - florestas tropicais, jogos de futebol, ferrovias, gerais, ou arranha-céus. Na realidade, <u>nomes de entidades específicas</u>, incluindo pessoas específicas, organizações, agências governamentais, lugares geográficos e eventos não são menos assunto que o são os tópicos genéricos. [...] Outros aspectos dos materiais de arquivo que não têm sido tradicionalmente considerados assunto também fornecem pistas importantes para o conteúdo e formam fortes ligações entre a proveniência e conteúdo sem ser puramente um ou outro. Tempo e lugar são pontos de acesso particularmente potentes para os documentos de pessoas pouco conhecidas ou anônimas. Forma de material também pode ser um poderoso indicador do conteúdo do documento, em particular quando combinada com o tempo ou lugar."</p>	<p>Tempo, lugar, forma do material e proveniência são indicativos do conteúdo dos documentos</p>

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

<p>REFERÊNCIA: ESTEBAN NAVARRO, M. A.. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. In: ACTAS DEL I ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA. <i>Anais...</i> Madrid, 4 y 5 de noviembre de 1993. Zaragoza: Universidad, Librería General. 1995. p. 65-90.</p>	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>"Los rasgos que individualizan el documentos de archivo no son, por tanto, ni el soporte ni el contenido informativo, sino su origen, el modo en que se produce y su funcion; de los que resultan su tres caracteres más singulares: su involuntariedad, su organicidad, y su unicidad. [...] <u>asimismo, ese contenido sólo adquiere pleno sentido en conexión con el resto de los documentos con los que ha sido creado.</u> [...] el documento de archivo no puede entenderse de modo aislado, sino en relación con otros documentos en el marco de las agrupaciones documentales en las que se incluyen los documentos individuales o piezas documentales, que son, jerárquicamente, de menor a mayor: unidad archivística o expediente, serie, subsección, sección y fondo. [...] Por conseguinte, podemos concluir que todas las operaciones del análisis documental están presentes en una programación archivística." (p.69)</p> <p><i>Tradução nossa:</i></p> <p>"As características que individualizam os documentos de arquivo não são, portanto, nem o suporte nem seu conteúdo informativo, mas a sua origem, como ele é produzido e sua função; do que resulta suas três características mais singulares: sua involuntariedade, sua organicidade, e sua unicidade. [...] também, esse conteúdo só adquire pleno significado em conexão com outros documentos com que foi criado. [...] o documento de arquivo não pode ser entendido de forma isolada, mas em relação com outros documentos em agrupamentos documentais em que se incluem documentos individuais ou peças documentais, que são hierarquicamente, do menor para o maior: unidade arquivística ou registro, série, subseção, seção e fundo [...] Por conseguinte, podemos concluir que todas as operações da análise documental estão presentes em uma programação de arquivística ".</p>	<p>Proveniência, contexto e função são fundamentais para entender o documento arquivístico. Conteúdo de um item documental precisa estar relacionado ao conjunto documental do qual ele faz parte.</p>

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

REFERÊNCIA: GAGNON-ARGUIN, L. Documentary analysis 2: Current problems relating to documentary analysis. <i>Archives (Quebec)</i> , Quebec, v. 28, n. 3, p. 23-41, 1997.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>"La principale exigence d'une description selon les RDDA provient de l'un des principes mêmes à la base de la description, à savoir que toute description doit permettre de situer le document dans son contexte de création. Il en sera de même pour le repérage. La concrétisation de ce principe se retrouve dans le respect des différents niveaux de description mais aussi dans le lien qui doit être fait entre les mots indexés et les niveaux de description auxquels ils réfèrent." (p.30)</p> <p>Tradução nossa:</p> <p>"O principal requisito de um descrição RAD vem de um dos princípios que estão na base da descrição, que qualquer descrição deve permitir localizar o documento no contexto da criação. Vai ser o mesmo para rastreamento. A realização deste princípio é encontrado no respeito pelos diferentes níveis de descrição, mas também na ligação a ser feita entre as palavras indexados e níveis de descrição a que se referem."</p>	<p>Representação do conteúdo precisa estar conectada aos diferentes níveis de descrição e ao contexto do documento.</p>

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

REFERÊNCIA: LOPEZ, A. P. A.; CARVALHO, P. D. S. A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: o exemplo do arquivo público do Distrito Federal. Perspectivas em Gestão & Conhecimento , v. 3, n. 2, p. 271-279, 2013.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>"No tratamento arquivístico, a compreensão dos documentos, quaisquer que sejam as técnicas, suportes ou gêneros, deve dar-se pelas funções administrativas e arquivísticas. A designação de temas ou assuntos genéricos pouco serve para estabelecer as relações orgânicas dos documentos fotográficos com seus produtores e atividades geradoras, nas atividades de gestão documental. [...] A atribuição de um assunto a uma imagem fotográfica, quando feita sem o conhecimento dos motivos de sua produção, provavelmente será embasado em critérios não padronizados, tais como órgão de custódia, objetos captados, pessoas retratadas, com alta probabilidade de produzir um resultado questionável. [...] Qualquer documento de arquivo tem algum nível de polissemia, porém o que questionamos é a pertinência do apelo ao conteúdo em detrimento do conhecimento dos motivos arquivísticos de geração e conservação dos documentos fotográficos. É parte das funções do profissional de arquivo garantir que não haja perda de contextualização, mantendo a arquivália do documento, independente do uso que se faça dele. [...] O contexto administrativo de produção dos documentos é essencial para propiciar aos consulentes a compreensão sobre os motivos que levaram à criação do documento - impossível de serem percebidos somente através do conteúdo, principalmente quando se trata de documentos fotográficos -, bem como para evitar a atribuição inadequada de prazos de guarda e destinação final, resultantes da identificação equivocada dos documentos." (p.272; 277-278)</p>	<p>Representação do conteúdo precisa estar relacionada ao contexto de produção e as relações orgânicas estabelecidas</p>

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

REFERÊNCIA: CORDEIRO, R. I. N. Análise de imagens e filmes: alguns princípios para sua indexação e recuperação. PontodeAcesso , Salvador, V.7, n.1 ,p. 67-80, abr 2013.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>2) Dimensão contexto de produção</p> <p>"O segundo princípio é concernente ao contexto de produção das imagens ou dos filmes, de modo a conhecer a história que os envolvem, ou seja, o seu contexto de produção. Sobre isto podemos relacionar a explicação de Lima (1988, p.14) quando explica a validade desse aspecto “tanto para uma fotografia de família como para uma fotografia de imprensa ou mesmo para uma fotografia histórica.Esses conhecimentos prévios se fazem visíveis quando na fase de interpretação do fato registrado em imagem”. (p.76)</p> <p>A autora argumenta que, para se analisar um documento como fonte histórica, inclusive a imagem fotográfica, é fundamental o método da contextualização no qual as seguintes perguntas funcionam como ponto de partida: - Quem produziu tal documento? - Que lugar seu produtor ocupa na estrutura social? - A quem é dirigida a mensagem de seu documento? - A partir de que argumentos organizam o seu discurso? - Com que tipos de dados sustenta sua argumentação? - O que parece pretender com esta ou aquela argumentação?</p>	<p>Contextualização do documento influencia na representação de seu conteúdo</p>

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

REFERÊNCIA: GUITARD, L. A. Indexation par sujet en archivistique et en bibliothéconomie : du pareil au même? <i>Documentation et bibliothèques</i> , v. 59, n. 4, p. 201-212, out./dez. 2013.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p><i>"L'indexation par sujet se distingue des autres types d'indexation. Les éléments de support ou le type de document peuvent faire partie de l'indexation d'un document, mais ils ne constituent pas un sujet du document.[...] L'indexation est un processus cognitif en deux étapes : analyse et représentation. Et l'indexation porte aujourd'hui sur tous les types de documents et tous les types de supports. L'étape préliminaire à l'analyse (la lecture, c'est-à-dire l'appréhension et la compréhension des documents) est différente selon le type de document, mais au niveau du concept, l'indexation par sujet semble similaire en bibliothéconomie et en archivistique."</i> (p.207)</p> <p>Tradução nossa:</p> <p>Indexação por assunto se distingue de outros tipos de indexação. Os elementos de suporte ou o tipo de documento podem ser parte da indexação de um documento, mas eles não são o assunto de documento. [...]. A indexação é um processo cognitivo dividido em duas etapas: análise e representação. E indexação hoje abrange todos os tipos de documentos e todos os tipos de mídia. A fase preliminar análise (leitura, isto é, a apreensão e compreensão de documentos) é diferente dependendo do tipo de documento, mas em termos de conceito, a indexação de assunto parece semelhante na biblioteca e arquivos.</p> <p><i>"Nous étudions ces différences à partir de certaines caractéristiques des archives, soit la singularité des archives, l'unité de traitement en archivistique, la hiérarchie d'un fonds d'archives et le principe du général au particulier."</i>(p.207-208)</p>	<p>Indexação está conectada com a descrição e precisa considerar os conjuntos documentais e, consequentemente, seus níveis, do geral ao específico.</p>

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

REFERÊNCIA: GUITARD, L. A. Indexation par sujet en archivistique et en bibliothéconomie : du pareil au même? Documentation et bibliothèques , v. 59, n. 4, p. 201-212, out./dez. 2013.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>Tradução <i>nossa</i>:</p> <p>Nós estudamos as diferenças de algumas características dos arquivos: sua singularidade, unidade de processamento, a hierarquia e o princípio da geral em particular.</p> <p><i>"L'ensemble des documents produits ou reçus par un créateur qu'est un fonds d'archives est composé de documents existant en un seul exemplaire, et chaque document a une et une seule place dans l'organisation hiérarchique du fonds. Les fonds d'archives définitives ne représentent que 5 à 10 % de la masse documentaire originale (Couture et al. 1999, 167). En effet, un tri est effectué en fonction de critères d'évaluation. Parmi ces critères figure l'élimination des doublons. Un archiviste n'aura donc pas à indexer deux documents identiques, ce qui peut être le cas d'un bibliothécaire."</i> (p.208)</p> <p>Tradução <i>nossa</i>:</p> <p>Todos os documentos produzidas ou recebidas por um criador que é um fundo de arquivo consiste de documentos existentes em um cópia única, e cada documento tem uma e apenas uma posição na organização hierárquica do fundo. Os arquivos permanentes representam apenas 5 a 10% da massa inicial de documentos (Couture et al., 1999 167). Na verdade, uma triagem realizada de acordo com critérios avaliação. Estes critérios incluem a eliminação de duplicatas. O arquivista, portanto, não irá indexar dois documentos idênticos, que pode ser o caso de um bibliotecário.</p>	

Fonte: Da autora (2017).
continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

REFERÊNCIA: GUITARD, L. A. Indexation par sujet en archivistique et en bibliothéconomie : du pareil au même? Documentation et bibliothèques , v. 59, n. 4, p. 201-212, out./dez. 2013.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>"Alors, à moins de considérer le fonds d'archives comme un document, nous ne pouvons pas parler de l'indexation d'un document." (p.208)</p> <p>Tradução nossa:</p> <p>"Portanto, a menos que se considere os fundos arquivísticos como um documento, não podemos falar sobre a indexação de um documento."</p> <p>"L'indexation qui porte sur chacun des niveaux doit s'adapter à son degré de précision. On parle dans l'indexation de spécificité (qualité des termes) et d'exhaustivité (quantité des termes). Ces deux critères de l'indexation doivent être adaptés au niveau de description choisi (fonds, série, dossier, pièce). Comme on procède du général au particulier, on commence par indexer le niveau du fonds puis les niveaux inférieurs. Plus le niveau est élevé dans la hiérarchie (fonds ou série), plus on retiendra des termes généraux." (p.209)</p> <p>Tradução nossa:</p> <p>"Indexação que dirige cada um dos níveis de descrição precisa se adaptar à sua precisão. Trata-se dos dois critérios de indexação: especificidade (qualidade dos termos) e exaustividade (quantidade de termos). Estes dois critérios devem ser adaptados ao nível de descrição realizado (fundos, séries, arquivos, item). Como na descrição procedemos do geral para o específico, a indexação começa pelo nível do fundo e vai para os níveis mais baixos. Quanto maior o nível descrito (fundos ou série), notamos termos mais gerais."</p>	

Fonte: Da autora (2017).

continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

REFERÊNCIA: OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística. Arq.&Adm. , Rio de Janeiro, v.8, n.1, jan./jun. 2009.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>"A questão do contexto precisa ser considerada durante o processo de indexação, pois a definição de um ponto de acesso pode vir a ser estabelecida apenas compreendendo o contexto em que foi produzido o documento, ou seja, nem todo o ponto de acesso está explícito no documento." (p.36)</p> <p>"Sendo assim, encontrar o contexto em que o documento foi produzido poderá definir maior especificidade ao processo de indexação." (p.38)</p> <p>"Na Arquivologia, um ponto em comum norteia a questão da indexação: o princípio da proveniência que, concomitantemente ao contexto de produção, nos remete ao <u>contexto sociopolítico-cultural</u>." (p.39)</p>	<p>É fundamental conhecer e considerar o princípio da proveniência e o contexto em que o documento foi produzido</p>

Fonte: Da autora (2017).

continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

<p>REFERÊNCIA: SCHMIDT, Clarissa Moreira; SMIT, Johanna. Organização da informação e arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento de arquivo. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 1; CONGRESO ISKO ESPAÑA, 11. <i>Anais...</i>Espanha, 2013. p. 579-588.</p>	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>"[...] afirmamos que o documento de arquivo evidencia a existência e o funcionamento de uma instituição, permitindo-nos considerá-lo o espelho, reflexo fidedigno do funcionamento desta. E dessa relação, desse vínculo com seu contexto de produção, decorre sua natureza probatória. Portanto, na condição de objeto central da ciência Arquivística, o documento de arquivo deve ser compreendido a partir de atributos que, teoricamente fundamentados, o distinguem dos documentos das bibliotecas, dos museus e de inúmeras instituições de pesquisa. Ademais, é a partir destes atributos que as informações inerentes ao documento de arquivo devem ser organizadas e disponibilizadas." (p.583)</p> <p>"1.2 Elementos internos ou substantivos</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Proveniência - instituição ou pessoa legitimamente responsável pela acumulação, produção ou guarda do documento; <input type="checkbox"/> funções, origens funcionais do documento, razão de produção; <input type="checkbox"/> conteúdo substantivo – natureza do assunto; <input type="checkbox"/> data tópica (lugar de onde o documento está datado) e data cronológica (ano/mês/dia). <p>[...] Sob nossa perspectiva, é importante observar que estes elementos são divididos em duas possibilidades informacionais; as de contexto, que estão “fora” do documento, sendo a proveniência e as funções, e as de conteúdo, que estão “dentro” do documento, sendo o conteúdo substantivo e as datas tópica e cronológica"(p.584).</p> <p>"Desta maneira, visando garantir o estatuto arquivístico do documento, devem ser contempladas ambas as possibilidades informacionais e, no entrelaçamento das duas, serem aplicados os princípios e teorias da área." (p.585)</p>	<p>Contexto de produção, função e organicidade.</p>

Fonte: Da autora (2017)

continua...

Quadro 11: Trabalhos analisados
continuação...

REFERÊNCIA: RIBEIRO, Fernanda. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. In.: <i>A linguagem e a informação documentária: intermediações e resignificações possíveis</i> . Recife: Bagaço, 2011. Cap. 2. p.31-59.	
EXTRATOS RELACIONADOS À REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO	ESPECIFICIDADE
<p>"Nos arquivos, a quantidade de informação existente em cada sistema de informação é, geralmente, muito elevada, pelo que, o objecto de análise deixa de ser o documento isolado e passa a ser um conjunto de documentos. [...] Em nosso entender, devem ser estabelecidos três níveis, correspondendo o primeiro a uma menor profundidade, o segundo a uma profundidade média e o terceiro a uma maior profundidade. Em cada nível, a análise tem por objecto aquilo que designamos por unidades arquivísticas, sendo estas singulares ou conjuntos homogêneos de unidades singulares, que só têm significado no contexto do sistema de informação de que fazem parte." (p.40)</p> <p>1 nível de análise (nível sumário) - arquivo / fundo - secções e subsecções. 2 nível de análise (nível exaustivo) - séries arquivísticas 3 nível de análise (nível profundo) - documentos e aos actos informacionais.</p> <p>"O nível de indexação afecta, naturalmente, a profundidade da indexação, o que significa que os graus de exaustividade e de especificidade adoptados são diferentes e estão de acordo com a profundidade que é definida. [...] mais do que os domínios cobertos pela indexação, interessa ter em conta o contexto em que a informação foi produzida e no qual é usada, a sua função e os elementos informativos que os documentos contêm." [...] "O conhecimento dos utilizadores e da suas necessidades informacionais é, também, determinante para se efectuar a selecção dos conceitos, tendo-se em conta, como a norma estipula." (p.44)</p>	<p>Representação precisa considerar o conjunto documental, o contexto de uso, função e o usuário . Além de ser realizada respeitando os níveis de descrição</p>

Fonte: Da autora (2017).

conclusão.

Dooley (1992) não trata especificamente do conteúdo, mas das características que individualizam documentos arquivísticos e ajudam a entendê-los, cita a proveniência, a função e a conexão com outros documento como características. O autor apresenta pontos de acesso importantes na identificação, tanto da proveniência quanto do conteúdo, como tempo, lugar e forma do documento.

Esteban Navarro (1993) aponta que a individualização do documento arquivístico se dá apresentando sua origem, como ele é produzido e sua função, assim como as relações que estabelece com os outros documentos, formando conjuntos. Isto é, a individualização se dá a partir da organicidade e proveniência.

Gagnon-Arguin (1997) afirma que qualquer descrição de um documento arquivístico, incluindo seu conteúdo, precisa vinculá-lo ao seu contexto de criação, e, respeitando os diferentes níveis de descrição, a representação contemplará essa premissa.

A pesquisa de Lopez e Carvalho (2013) fez parte do universo analisado porque, apesar de tratar de documentos iconográficos, apresenta especificidades para documentos arquivísticos em geral. Os autores ressaltam a identificação das funções arquivísticas e administrativas no processo de estabelecimento dos assuntos do documento.

Cordeiro (2013) também analisa documentos iconográficos, e frisa que o contexto de produção influenciará o processo de representação. A autora indica o 'método de contextualização', citando algumas questões que precisam ser respondidas para que o contexto seja compreendido, como por exemplo, Quem produziu o documento? A quem é dirigida a mensagem de seu documento? - A partir de que argumentos organizam o seu discurso?

Guitard (2013, p.208) ressalta a unicidade do documento arquivístico, o que não é plenamente justificável. Acreditamos que a unicidade é dada pelo contexto e função que o documento exerce, mais do que pelo fato de ter apenas uma cópia, como afirma "Todos os documentos produzidas ou recebidas por um criador que é um fundo de arquivo consiste de documentos existentes em um cópia única, e cada documento tem uma e apenas uma posição na organização hierárquica do fundo." Quanto à indexação, o autor afirma que nos arquivos ela é realizada em conjuntos documentais, respeitando a organização hierárquica, sempre do geral para o específico. Sendo realizada a indexação de um fundo documental (geral), genéricos também serão os termos utilizados. Esse é o mesmo entendimento já expresso por Ribeiro

(2011), em que associa cada nível de descrição à profundidade da indexação.

Schmidt e Smit (2013, p.584) discutem a representação do conteúdo dos documentos, sem menosprezar os aspectos de contexto, ao contrário, dividem os elementos em dois conjuntos, "as de contexto, que estão 'fora' do documento, sendo a proveniência e as funções, e as de conteúdo, que estão 'dentro' do documento, sendo o conteúdo substantivo e as datas tópica e cronológica." No Quadro 8 apresentamos somente os aspectos de 'dentro do documento', que se referem especificamente ao conteúdo. As autoras afirmam que, apesar de separados, esses aspectos precisam ser pensadas em conjunto para não comprometer a caracterização do documento arquivístico, e para evitar que características "como unicidade, organicidade, indivisibilidade, por exemplo, sejam reduzidas, além do Princípio da Proveniência." (SCHMIDT; SMIT, 2013, p.584).

Oliveira (2009b) é outra autora que aponta o conhecimento do contexto como fator essencial na representação temática em arquivos e que caracteriza o princípio da proveniência.

Com essa análise, percebe-se que os autores analisados marcam a diferenciação do documento arquivístico com a defesa de suas características consideradas individualizadoras, como a unicidade, organicidade e autenticidade. Esteban Navarro (1993, p.69) frisa esse fato quando afirma que, "O documento de arquivo não é resultado de um ato voluntário ou criativo, seja este artístico ou de pesquisa, mas o produto de uma atividade natural de uma instituição, criado para seu auxílio e destinado a deixar o testemunho de uma gestão"⁴³. Esse entendimento de Esteban Navarro (1993) de que o documento arquivístico não é resultado de um ato voluntário ou criativo, pode ser contestado do ponto de vista da pós-modernidade, como apresentamos no capítulo 2.1, e que se verifica que, em uma rápida análise, não se sustenta, porque se a afirmação de Esteban Navarro estivesse adequada, os documentos de pessoas físicas como pintores, escritores, por exemplo, não seriam considerados documentos arquivísticos. Já a organicidade, que auxilia no entendimento do contexto e, como citado, do conteúdo documental, é uma característica citada pelo autor que evidencia uma característica singular dos documentos arquivísticos.

⁴³"*El documento de archivo no es resultado de un acto voluntario o creativo, sea éste artístico ou investigador, sino el producto de la actividad natural de una institución, creado para su auxilio y destinado a dejar testimonio de una gestión*"

Na análise dos extratos, chegam-se a alguns pontos importantes:

I. O princípio da Proveniência e a qualidade da Organicidade são citados e representam a relação dos documentos com os contextos de produção, função e atividade, ou seja, a análise vinculada ao conjunto do qual fazem parte.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005, p.136) o princípio da proveniência é definido como, "Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo, produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos." Esse conceito nos parece um pouco limitante quando se pensa nos documentos eletrônicos, nos sistemas de informação e nas relações com múltiplas direções estabelecidas entre o documentos, seu(s) criador(es) e a instituição(ões) produtora(s). Quando Cook (2001, 2007, 2012) trata da proveniência na pós-modernidade, defende que, no contexto eletrônico, é urgente redefinir, reinventar a noção de proveniência, indo do texto para o contexto de criação, nos parece que vai ao encontro do que os autores citam como importante analisar no processo de representação. Cook diz que,

O princípio de proveniência muda, de ligação de um registro diretamente ao seu único local de origem em uma estrutura organizacional hierárquica tradicional, para se tornar um conceito virtual e mais elástico refletindo essas funções e processos do criador que levaram o registro a ser criado, dentro e entre as organizações em constante evolução, interagindo com uma clientela em constante mudança, refletindo diferentes culturas organizacionais e gerenciais, e adotando convenções, muitas vezes idiossincráticas, de trabalho e de interação humana apropriadas para organizações horizontais, em rede, e (muitas vezes) de curto prazo. Em suma, proveniência está ligada à função e atividade e não à estrutura e lugar. A proveniência se torna mais virtual do que física. (COOK, 2012, p.23)

E ainda, o modelo conceitual da Finlândia (NATIONAL ARCHIVES (Finlândia), 2013, p.8 tradução nossa) reafirma e complementa essa ideia, quando afirma que,

No ambiente digital, proveniência é, em vez disso [representante da estrutura física, como nos materiais analógicos⁴⁴], entendida como uma entidade conceitual e como uma rede multilateral, contextual das relações. Proveniência é a relação entre o recurso de informação e as funções que ele documenta, bem como a relação entre o recurso de informação e todos os agentes em diferentes papéis, que participam produzindo, gerindo e usando o recurso de informação em diferentes estágios de seu ciclo de vida.⁴⁵

Assim, essa definição de proveniência apresentada pelo Arquivo Nacional da Finlândia abarca os elementos citados pelos autores como necessários para a representação temática da informação nos documentos arquivísticos.

Em relação à organicidade, o e-Arq Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.21) o inclui na categoria de qualidade do documento arquivístico, dizendo que, "O documento arquivístico se caracteriza pela organicidade, ou seja, pelas relações que mantém com os demais documentos do órgão ou entidade e que refletem suas funções e atividades." A organicidade é materializada na classificação arquivística, que por sua vez, é a base na qual a Descrição é estruturada.

Já o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005, p.127) define organicidade como sendo, "Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.", essa relação torna-se automática na medida em que as atividades das quais os documentos derivam, acontecem, e podem estar estruturadas, previamente, constituindo-se os documentos em registros testemunhais dessas.

II. A representação temática da informação de documentos arquivísticos está relacionada às funções de Classificação e Descrição

⁴⁴ nota nossa.

⁴⁵ In digital environment, provenance is, instead, understood as a conceptual entity and as a multilateral, contextual network of relationships. Provenance is the relationship between the information resource and those functions it documents, as well as the relationship between the information resource and all the agents in different roles, who take part in producing, managing and using the information resource in different stages of its lifecycle.

Arquivística, ou seja, ela não acontece separada de outros processos de organização e representação da informação, existe uma co-dependência. Quando os autores salientam a importância de considerar o contexto de produção e uso dos documentos, a função e atividade às quais estão vinculados, pode-se concluir que o contexto é dado por essas funções. Classificação e Descrição Arquivísticas analisam o contexto, função, atividades e representam-nas nos planos de classificação e descrições, refletindo a organicidade dos conjuntos documentais que é base para o tratamento documental nos arquivos.

III. A representação temática da informação de documentos arquivísticos precisa estar conectada aos níveis de descrição, ou seja, nos arquivos a análise é feita em conjuntos documentais (fundos, séries, processos, dossiês) e quando é realizada no nível do item documental, é fundamental analisar a estrutura hierárquica na qual está ligado, porque sempre fará parte de um conjunto.

De forma sintetizada, a partir da literatura analisada, esses três pontos caracterizam as especificidades da representação temática da informação de documentos arquivísticos e guiarão nossas proposições:

- a) Contempla o Princípio da Proveniência e a característica da Organicidade;
- b) É realizada no contexto da Classificação e Descrição Arquivística;
- c) Está vinculada aos níveis de descrição.

A partir dessas especificidades e dos modelos conceituais, que trataremos a seguir, as proposições referentes à representação temática de documentos arquivísticos foram construídas nesta pesquisa.

7.2 Entidades e atributos relacionados ao conteúdo dos documentos nos modelos conceituais para Descrição Arquivística

São apresentadas aqui as entidades e atributos relacionados à representação temática presentes em cinco modelos para descrição arquivística, já apresentados no capítulo 5.2: AGRkMS, *Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard*, CMAD, CNEDA e *Records in Context - ICA*.

Os modelos *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0* (2008) (AGRkMS) e o *Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard Version 1.0* (2008), do

Arquivo da Nova Zelândia são aqui apresentados juntos, pois apresentam diferenças sutis.

Os quadros 12, 13, 14 e 15 apresentam as entidades dos modelos citados, os nomes das entidades e suas respectivas definições foram traduzidos seguindo o Glossário do Banco de Dados do Projeto Interpares 3 (INTERPARES 3, [201-]) e tradução livre⁴⁶.

Quadro 12: Entidades dos modelos conceituais AGRkMS (Austrália) e TSERMS (Nova Zelândia)

AGRkMS e <i>Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard</i>	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<p><i>RECORD</i></p> <p>DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO</p>	<p><i>Information in any format created, received and maintained as evidence by an organisation or person, in pursuance of legal obligations or in the transaction of business.</i></p> <p>Informação em qualquer formato criada, recebida ou mantida como evidência por uma organização ou pessoa, em cumprimento de obrigações legais ou em transações de negócios.</p>
<p><i>AGENT</i></p> <p>AGENTE</p>	<p><i>A corporate entity, organisational element or system, or individual responsible for the performance of some business activity, including actions on records.</i></p> <p>Uma entidade corporativa, um elemento ou sistema organizacional, ou um indivíduo responsável pela performance de alguma atividade empresarial, incluindo ações nos documentos arquivísticos.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (New Zealand), 2008; National Archives (Austrália), 2008. continua...

⁴⁶ Assume-se os riscos inerentes à traduções de termos técnicos que tem significados distintos.

Quadro 12: Entidades dos modelos conceituais AGRkMS (Austrália) e TSERMS (Nova Zelândia)

continuação...

AGRkMS e <i>Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard</i>	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<i>BUSINESS</i> NEGÓCIO	<i>A business function, activity or transaction performed by, or assigned to, an organisation or its employees.</i> Uma função de negócio, atividade ou transação realizada por, ou atribuída a uma organização ou seus funcionários.
<i>MANDATE</i> MANDATO	<i>A source of business requirements, including recordkeeping requirements.</i> Uma fonte de requisitos de negócios, incluindo requisitos arquivísticos.
<i>RELATIONSHIP</i> RELAÇÃO	<i>An association between two or more entities that has relevance in a business and/or recordkeeping⁴⁷ context.</i> Uma associação entre duas ou mais entidades que tem relevância no negócio e/ou no contexto de manutenção de documentos arquivísticos.

Fonte: Adaptado de National Archives (New Zealand), 2008; National Archives (Austrália), 2008.

conclusão...

⁴⁷

De acordo com o glossário do Projeto Interpares 3, o termo *recordkeeping* foi traduzido como "manutenção de documentos arquivísticos". Disponível em: http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?letter=r&term=43. Acesso em: 12 nov. 2016.

Quadro 13: Entidades do modelo conceitual CMAD - Finlândia

CMAD	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<p style="text-align: center;"><i>INFORMATION RESOURCE</i></p> <p>RECURSO DE INFORMAÇÃO</p>	<p><i>Information Resource is an abstract class, which is not as such a target of archival description.</i></p> <p>Recurso de informação é uma classe abstrata, que não é como tal, alvo da descrição arquivística.</p> <p>É uma super classe das seguintes entidades: Expressão (conteúdo conceitual de um material, lógico ou outro tipo de material. A expressão é composta pelo conteúdo de informação em questão, sua estrutura e possivelmente informações que descrevem o contexto), Manifestação (apresentação de uma expressão, como microfilme, digital, papel) e Item (manifestação como uma entidade física ou como uma entidade que pode ser percebida). A entidade Recurso de Informação forma, com suas sub-classes, o Documento arquivístico.</p>
<p style="text-align: center;"><i>AGENT</i></p> <p>AGENTE</p>	<p><i>Agents are usually organisations, communities, groups or persons who are alive, who have been alive or have been alleged as such.</i></p> <p>Agentes são geralmente organizações, comunidades, grupos ou pessoas que estão vivos, que foram vivos ou foram alegados como tal.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (Finlândia), 2013

continua...

Quadro 13: Entidades do modelo conceitual CMAD – Finlândia continuação...

CMAD	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<i>FUNCTION</i> FUNÇÃO	<p><i>Function refers to intentional human action which results in the creation or use of an information resource.</i></p> <p>Função refere-se a ação humana intencional que resulta na criação ou uso de um recurso de informação.</p>
<i>MANDATE</i> MANDATO	<p><i>Mandate guides function, entitles action, defines the manner and area of actions or defines what kind of agents exist.</i></p> <p>Mandato guia a função, dá direito a ação, define a maneira e área de ações ou define que tipo de agentes existem.</p>
<i>PLACE</i> LUGAR	<p><i>Geographical site, area or space, which has a physical location that can be expressed with, for example, geographical coordinates.</i></p> <p>Localização geográfica, área ou espaço que tem um localização física que pode ser expressa com, por exemplo, coordenadas geográficas.</p>
<i>SUBJECT</i> ASSUNTO	<p><i>Subject: Concept or object.</i></p> <p>Assunto: Conceito ou objeto</p>
<i>TEMPORAL EVENT</i> EVENTO TEMPORAL	<p><i>An external phenomenon which is dependent on time and place, but independent from a single agent. Temporal Event features the historical context of an agent.</i></p> <p>Um fenômeno externo que é dependente no tempo e espaço, mas independente de um agente único. Evento Temporal apresenta o contexto histórico de um agente.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (Finlândia), 2013

continua...

Quadro 13: Entidades do modelo conceitual CMAD - Finlândia
continuação...

CMAD	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<p><i>LIFECYCLE EVENT</i></p> <p>EVENTO DO CICLO DE VIDA*</p>	<p><i>In a Lifecycle Event, Information Resource is the target of planned or past human or mechanical action, such as the creation of material, its use, preservation or management.</i></p> <p>Em um Evento de Ciclo de Vida, o Recurso de Informação é o alvo do planejamento ou ação humana ou mecânica passada ou passados, tais como a criação do material, seu uso, preservação ou gestão.</p> <p>*Inclui a entidade Evento Planejado do Ciclo de Vida (<i>Planned Lifecycle Event</i>) e é dependente da entidade 'Recurso de Informação' (<i>Information Resource</i>).</p>
<p><i>PLANNED LIFECYCLE EVENT</i></p> <p>EVENTO PLANEJADO DO CICLO DE VIDA</p>	<p><i>Planned Lifecycle Event is an action, which is targeted to Information Resource and will take place in the future.</i></p> <p>Evento Planejado do Ciclo de Vida é uma ação que é voltada para o Recurso de Informação e terá lugar no futuro.</p> <p>*Sub-classe da entidade Evento do Ciclo de Vida (<i>Lifecycle Event</i>)</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (Finlândia), 2013
conclusão...

Quadro 14: Entidades do modelo conceitual CNEDA (Espanha)

<i>CNEDA</i>	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<i>DOCUMENTOS DE ARCHIVO</i> DOCUMENTOS DE ARQUIVO	<i>Se refiere al objeto tangible de la gestión documental.</i> Se refere ao objeto tangível da gestão documental
<i>AGENTE</i>	<i>Actores responsables o involucrados en la creación, producción, gestión documental, etc. de los documentos de archivo.</i> Atores responsáveis ou envolvidos na criação, produção, gestão documental, etc. dos documentos de arquivo.
<i>FUNCIÓN Y SUS DIVISIONES</i> FUNÇÃO E SUAS DIVISÕES	<i>Funciones, actividades/procesos y acciones realizadas por los agentes, que quedan testimoniadas en los documentos de archivo.</i> Funções, atividades/processos e ações realizadas pelos agentes, que são atestadas nos documentos de arquivo.
<i>NORMA</i>	<i>Disposiciones que regulan la existencia de los agentes, las funciones que éstos realizan o los documentos de archivo.</i> Disposições que regulam a existência dos agentes, as funções que estes realizam e os documentos de arquivo.
<i>LUGAR</i>	<i>Espacios determinados (de que tratan los documentos de archivo, en los que se otorgan los documentos de archivo, etc.)</i> Espaços determinados (de que tratam os documentos de arquivo, naqueles concedidos os documentos de arquivo, etc.).

Fonte: Adaptado de Comisión de Normas....(2012)continua...

Quadro 14: Entidades do modelo conceitual CNEDA (Espanha)

continuação...

CNEDA	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<p><i>CONCEPTO, OBJETO O ACONTECIMIENTO</i></p> <p>CONCEITO, OBJETO OU ACONTECIMENTO</p>	<p><i>Ideas o nociones abstractas, cosas materiales, eventos o sucesos de que tratan los documentos de archivo.</i></p> <p>Ideias ou noções abstratas, coisas materiais, eventos ou acontecimentos de que tratam os documentos de arquivo.</p>

Fonte: Adaptado de Comisión de Normas....(2012)

Quadro 15: Entidades do Modelo Conceitual Records in Context (RiC-CM) do Conselho Internacional de Arquivos (ICA)

RiC-CM	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<p><i>RECORD</i></p> <p>DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO</p>	<p><i>Linguistic, symbolic, or graphic information represented in any persistent form, on any durable carrier, by any method, by an Agent in the course of life or work events and Activities.</i></p> <p>Informações linguísticas, simbólicas ou gráficas representadas em qualquer forma persistente, em qualquer suporte duradouro, por qualquer método, por um Agente no curso da vida ou eventos de trabalho e Atividades.</p>
<p><i>RECORD COMPONENT</i></p> <p>COMPONENTES DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO</p>	<p><i>Part of a Record with discrete information content that contributes to the Record's physical or intellectual completeness.</i></p> <p>Parte de um documento arquivístico com conteúdo separado de informações que contribuem para a integridade física ou intelectual do Documento.</p>

Fonte: Adaptado de International Council on Archives - ICA (2016)continua...

Quadro 15: Entidades do Modelo Conceitual Records in Context (RiC-CM) do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) continuação...

RiC-CM	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<p><i>RECORD SET</i></p> <p>CONJUNTO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS</p>	<p><i>One or more Records that are intellectually brought together at some Date, by an Agent, wherever the Records may reside and whatever the shared properties or relations among them may be.</i></p> <p>Um ou mais Documentos Arquivísticos que são intelectualmente reunidos em alguma Data, por um Agente, onde quer que os documentos possam residir e quaisquer que sejam as propriedades compartilhadas ou relações entre eles.</p>
<p><i>AGENT</i></p> <p>AGENTE</p>	<p><i>A person or group, or an entity created by a person or group, that is responsible for actions taken and their effects.</i></p> <p>Uma pessoa ou grupo, ou uma entidade criada por uma pessoa ou grupo, que é responsável por ações tomadas e seus efeitos.</p>
<p><i>FUNCTION</i></p> <p>FUNÇÃO</p>	<p><i>An enduring goal, purpose, or objective of an Agent.</i></p> <p>Um objetivo a longo prazo, propósito ou meta de um Agente.</p>
<p><i>FUNCTION (ABSTRACT)</i></p> <p>FUNÇÃO (RESUMO)</p>	<p><i>Designation and definition of a Function independent of the instances of the Function that is specific to a particular social and cultural context.</i></p> <p>Designação e definição de uma Função independente das instâncias da Função que é específica de um determinado contexto social e cultural.</p>

Fonte: Adaptado de International Council on Archives - ICA (2016)continua...

Quadro 15: Entidades do Modelo Conceitual Records in Context (RiC-CM) do Conselho Internacional de Arquivos (ICA)

continuação...

<i>RiC-CM</i>	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<p><i>MANDATE</i></p> <p>MANDATO</p>	<p><i>Authority or rules that govern the actions of an Agent within a specific social and cultural context.</i></p> <p>Autoridade ou regras que governam as ações de um Agente sem um contexto social e cultural específicos.</p>
<p><i>PLACE</i></p> <p>LUGAR</p>	<p><i>Jurisdictions and any geographic or administrative point or area.</i></p> <p>Jurisdição ou qualquer ponto geográfico ou administrativo ou área.</p>
<p><i>CONCEPT/THING</i></p> <p>CONCEITO/OBJETO</p>	<p><i>Any idea or notion, material thing, or event or occurrence that can be associated with, or in some cases be the subject of, other entities.</i></p> <p>Qualquer ideia ou noção, objeto material, ou evento ou ocorrência que pode ser associada com, ou em alguns casos ser o assunto de, outras entidades.</p>
<p><i>ACTIVIT</i></p> <p>ATIVIDADE</p>	<p><i>A set of coordinated actions or transactions performed by an Agent in fulfilment of a Function, or in the pursuit of an Occupation.</i></p> <p>Um conjunto de ações coordenadas ou transações executadas por um Agente em cumprimento de uma Função, ou na busca de uma Ocupação.</p>

Fonte: Adaptado de International Council on Archives - ICA (2016)

continua...

Quadro 15: Entidades do Modelo Conceitual Records in Context (RiC-CM) do Conselho Internacional de Arquivos (ICA)

continuação...

<i>RiC-CM</i>	
ENTIDADE	DEFINIÇÃO
<p><i>DOCUMENTARY FORM</i></p> <p>FORMA DOCUMENTÁRIA</p>	<p><i>The rules used in the creation of a Record that prescribes the particular physical or intellectual elements that must be present.</i></p> <p>As regras usadas na criação de um Documento Arquivístico que estabelece os elementos físicos ou intelectuais que devem estar presentes.</p>
<p><i>DATE</i></p> <p>DATA</p>	<p><i>Chronological information associated with an entity that contributes to its identification and contextualization.</i></p> <p>Informação cronológica associada com uma entidade que contribui para sua identificação e contextualização.</p>
<p><i>POSITION</i></p> <p>POSIÇÃO</p>	<p><i>A role that may be assigned to a person (or to several persons simultaneously) within a corporate body, and that exists independently of the person(s) who may hold it.</i></p> <p>Um papel que pode ser atribuído a uma pessoa (ou muitas pessoas simultaneamente) dentro de uma corporação, e que existe independentemente da pessoa(s) que o possa ter.</p>
<p><i>OCCUPATION</i></p> <p>OCUPAÇÃO</p>	<p><i>A profession, trade, or craft pursued by a person in fulfilment of a Function.</i></p> <p>Uma profissão, comércio ou ofício perseguido por uma pessoa em cumprimento de uma Função.</p>

Fonte: Adaptado de International Council on Archives - ICA (2016)

conclusão...

Os cinco modelos apresentados, AGRkMS, Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard, CMAD, CNEDA e RiC-CM apresentam quatro entidades comuns. Apesar de em alguns casos não terem o mesmo termo designativo, têm o mesmo significado, que são: Documento Arquivístico/Recurso de Informação; Agente; Função/Negócio; Mandato/Norma. A entidade 'Lugar' só não aparece nos modelos AGRkMS e Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard, que foram apresentados juntos por possuírem as mesmas entidades. O modelo CMAD é o único que prevê ações e acontecimentos futuros nas entidades 'Evento Temporal', 'Evento do Ciclo de Vida' e 'Evento Planejado do Ciclo de Vida'. O modelo do ICA, RiC-CM, que ainda está em desenvolvimento, prevê algumas entidades que especificam outras. Como exemplo, as Entidades 'Componentes do documento arquivístico' e 'Conjunto de documentos arquivísticos' são subordinadas à entidade 'Documentos Arquivísticos'. A entidade 'Conjunto de documentos arquivísticos' fornece a possibilidade dos documentos serem organizados e reorganizados em decorrência das mudanças ou necessidades do contexto do qual fazem parte, em uma perspectiva pós-moderna, o que é importante para que a dinâmica das instituições seja acompanhada pela documentação.

O Quadro 16 apresenta as entidades comuns entre os três modelos conceituais para Descrição Arquivística, em rosa, e em amarelo as que estão relacionadas diretamente com a representação temática dos documentos arquivísticos.

Quadro 16: Entidades comuns entre os modelos conceituais de Descrição Arquivística

AGRKMS e <i>Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard</i>	CMAD	CNEDA	RiC-CM
<p><i>RECORD</i></p> <p><i>Information in any format created, received and maintained as evidence by an organisation or person, in pursuance of legal obligations or in the transaction of business.</i></p> <p>DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO</p> <p>Informação em qualquer formato criada, recebida ou mantida como evidência por uma organização ou pessoa, em cumprimento de obrigações legais ou em transações de negócios</p>	<p><i>INFORMATION RESOURCE</i></p> <p><i>Information Resource is an abstract class, which is not as such a target of archival description.</i></p> <p>RECURSO DE INFORMAÇÃO</p> <p>Recurso de informação é uma classe abstrata, que não é como tal, alvo da descrição arquivística. É formada pelas subclasses: Expression, Manifestation e Item; o que nos leva a pensá-la como equivalente a Documentos.</p>	<p><i>DOCUMENTOS DE ARCHIVO</i></p> <p><i>Se refiere al objeto tangible de la gestión documental.</i></p> <p>DOCUMENTOS DE ARQUIVO</p> <p>Se refere ao objeto tangível da gestão documental</p>	<p><i>RECORD</i></p> <p><i>Linguistic, symbolic, or graphic information represented in any persistent form, on any durable carrier, by any method, by an Agent in the course of life or work events and Activities.</i></p> <p>DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO</p> <p>Informações linguísticas, simbólicas ou gráficas representadas em qualquer forma persistente, em qualquer suporteduradouro, por qualquer método, por um Agente no curso da vida ou eventos de trabalho e Atividades.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (New Zealand), 2008; National Archives (Austrália), 2008 National Archives (Finlândia), 2013; Comisión de Normas....(2012); International Council on Archives - ICA (2016)

continua...

Quadro 16: Entidades comuns entre os modelos conceituais de Descrição Arquivística

continuação...

AGRkMS e <i>Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard</i>	CMAD	CNEDA	RiC-CM
<p data-bbox="268 367 341 385"><i>AGENT</i></p> <p data-bbox="156 415 456 533"><i>A corporate entity, organisational element or system, or individual responsible for the performance of some business activity, including actions on records.</i></p> <p data-bbox="260 563 352 581">AGENTE</p> <p data-bbox="161 613 448 778">Uma entidade corporativa, um elemento ou sistema organizacional, ou um indivíduo responsável pela performance de alguma atividade empresarial, incluindo ações nos documentos arquivísticos.</p>	<p data-bbox="600 367 692 385"><i>AGENTE</i></p> <p data-bbox="491 415 791 510"><i>Agents are usually organisations, communities, groups or persons who are alive, who have been alive or have been alleged as such.</i></p> <p data-bbox="600 540 692 558">AGENTE</p> <p data-bbox="491 591 791 708">Agentes são geralmente organizações, comunidades, grupos ou pessoas que estão vivos, que foram vivos ou foram alegados como tal.</p>	<p data-bbox="936 367 1029 385"><i>AGENTE</i></p> <p data-bbox="831 415 1131 510"><i>Actores responsables o involucrados en la creación, producción, gestión documental, etc. de los documentos de archivo.</i></p> <p data-bbox="936 540 1029 558">AGENTE</p> <p data-bbox="831 591 1131 686">Atores responsáveis ou envolvidos na criação, produção, gestão documental, etc. dos documentos de arquivo</p>	<p data-bbox="1278 367 1370 385"><i>AGENT</i></p> <p data-bbox="1169 415 1469 533"><i>A person or group, or an entity created by a person or group, that is responsible for actions taken and their effects.</i></p> <p data-bbox="1278 563 1370 581">AGENTE</p> <p data-bbox="1169 613 1469 708">Uma pessoa ou grupo, ou uma entidade criada por uma pessoa ou grupo, que é responsável por ações tomadas e seus efeitos.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (New Zealand), 2008; National Archives (Austrália), 2008 National Archives (Finlândia), 2013; Comisión de Normas....(2012); International Council on Archives - ICA (2016)

continua...

Quadro 16: Entidades comuns entre os modelos conceituais de Descrição Arquivística

continuação...

AGRKMS e <i>Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard</i>	CMAD	CNEDA	RiC-CM
<p><i>BUSINESS</i></p> <p><i>A business function, activity or transaction performed by, or assigned to, an organisation or its employees.</i></p> <p>NEGÓCIOS</p> <p>Uma função de negócio, atividade ou transação realizada por, ou atribuída a uma organização ou seus funcionários.</p>	<p><i>FUNCTION</i></p> <p><i>Function refers to intentional human action which results in the creation or use of an information resource.</i></p> <p>FUNÇÃO</p> <p>Função refere-se a ação humana intencional que resulta na criação ou uso de um recurso de informação.</p>	<p><i>FUNCIÓN Y SUS DIVISIONES</i></p> <p><i>funciones, actividades/procesos y acciones realizadas por los agentes, que quedan testimoniadas en los documentos de archivo.</i></p> <p>FUNÇÃO E SUAS SUBDIVISÕES</p> <p>Funções, atividades/processos e ações realizadas pelos agentes, que são atestadas nos documentos de arquivo</p>	<p><i>FUNCTION</i></p> <p><i>An enduring goal, purpose, or objective of an Agent.</i></p> <p>FUNÇÃO</p> <p>Um objetivo a longo prazo, propósito ou meta de um Agente.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (New Zealand), 2008; National Archives (Austrália), 2008 National Archives (Finlândia), 2013; Comisión de Normas....(2012); International Council on Archives - ICA (2016)

continua...

Quadro 16: Entidades comuns entre os modelos conceituais de Descrição Arquivística

continuação...

AGrkMS e <i>Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard</i>	CMAD	CNEDA	RiC-CM
<p style="text-align: center;"><i>MANDATE</i></p> <p><i>A source of business requirements, including recordkeeping requirements.</i></p> <p style="text-align: center;">MANDATO</p> <p>Uma fonte de requisitos de negócios, incluindo requisitos arquivísticos.</p>	<p style="text-align: center;"><i>MANDATE</i></p> <p><i>Mandate guides function, entitles action, defines the manner and area of actions or defines what kind of agents exist.</i></p> <p style="text-align: center;">MANDATO</p> <p>Mandato guia a função, dá direito a ação, define a maneira e área de ações ou define que tipo de agentes existem.</p>	<p style="text-align: center;"><i>NORMA</i></p> <p><i>Disposiciones que regulan la existencia de los agentes, las funciones que éstos realizan o los documentos de archivo.</i></p> <p style="text-align: center;">NORMA</p> <p>Disposições que regulam a existência dos agentes, as funções que estes realizam e os documentos de arquivo.</p>	<p style="text-align: center;"><i>MANDATE</i></p> <p><i>Authority or rules that govern the actions of an Agent within a specific social and cultural context.</i></p> <p style="text-align: center;">MANDATO</p> <p>Autoridade ou regras que governam as ações de um Agente sem um contexto social e cultural específicos.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (New Zealand), 2008; National Archives (Austrália), 2008 National Archives (Finlândia), 2013; Comisión de Normas....(2012); International Council on Archives - ICA (2016)

continua...

Quadro 16: Entidades comuns entre os modelos conceituais de Descrição Arquivística

continuação...

AGrkMS e <i>Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard</i>	CMAD	CNEDA	RiC-CM
	<p style="text-align: center;"><i>PLACE</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Geographical site, area or space, which has a physical location that can be expressed with, for example, geographical coordinates.</i></p> <p style="text-align: center;">LUGAR</p> <p style="text-align: center;">Localização geográfica, área ou espaço que tem um localização física que pode ser expressa com, por exemplo, coordenadas geográficas.</p>	<p style="text-align: center;"><i>LUGAR</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Espacios determinados (de que tratan los documentos de archivo, en los que se otorgan los documentos de archivo, etc.).</i></p> <p style="text-align: center;">LUGAR</p> <p style="text-align: center;">Espaços determinados (de que tratam os documentos de arquivo, naqueles concedidos os documentos de arquivo, etc.).</p>	<p style="text-align: center;"><i>PLACE</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Jurisdictions and any geographic or administrative point or area.</i></p> <p style="text-align: center;">LUGAR</p> <p style="text-align: center;">Jurisdição ou qualquer ponto geográfico ou administrativo ou área.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (New Zealand), 2008; National Archives (Austrália), 2008 National Archives (Finlândia), 2013; Comisión de Normas....(2012); International Council on Archives - ICA (2016)

continua...

Quadro 16: Entidades comuns entre os modelos conceituais de Descrição Arquivística

continuação...

AGRkMS e <i>Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard</i>	CMAD	CNEDA	RiC-CM
	<p><i>SUBJECT</i></p> <p><i>Concept or object.</i></p> <p>ASSUNTO</p> <p>Conceito ou objeto</p>	<p><i>CONCEPTO, OBJETO O ACONTECIMIENTO</i></p> <p><i>Ideas o nociones abstractas, cosas materiales, eventos o sucesos de que tratan los documentos de archivo.</i></p> <p>CONCEITO, OBJETO OU ACONTECIMENTOS</p> <p>Ideias ou noções abstratas, coisas materiais, eventos ou acontecimento de que tratam os documentos de arquivo.</p>	<p><i>CONCEPT/THING</i></p> <p><i>Any idea or notion, material thing, or event or occurrence that can be associated with, or in some cases be the subject of, other entities.</i></p> <p>CONCEITO/OBJETO</p> <p>Qualquer idéia ou noção, objeto material, ou evento ou ocorrência que pode ser associada com, ou em alguns casos ser o assunto de, outras entidades.</p>

Fonte: Adaptado de National Archives (New Zealand), 2008; National Archives (Austrália), 2008 National Archives (Finlândia), 2013; Comisión de Normas....(2012); International Council on Archives - ICA (2016)

conclusão.

Dos quatro modelos analisados, três deles, CMAD, CNEDA e *RiC-CM*, apresentam uma entidade específica para representar o conteúdo do documento.

O modelo CMAD define a entidade Assunto (*Subject*) como, "Conceito ou objeto. Assuntos podem ser, por exemplo, filosofias, ideologias políticas, métodos, artefatos, processos, eventos, pessoas, áreas geográficas, construções ou organizações."⁴⁸ (NATIONAL ARCHIVES (Finlândia), 2013, p.16, tradução nossa). No modelo, assuntos descrevem "sobre o que trata a entidade Expressão"⁴⁹, que representa a descrição do recurso informacional, como o conteúdo conceitual. Ou seja, assuntos descrevem o conteúdo conceitual de um documento. O CMAD entende que outras entidades do modelo conceitual também podem ser assuntos, reconhecidas a partir do contexto. Cita, como exemplo, o Partido Comunista da Finlândia, *The Communist Party of Finland ("Suomen Kommunistinen Puolue (1918–1944))"*, que é considerado um Agente quando se inicia a descrição, mas que pode ser assunto quando se descrevem os documentos que tratam sobre ele e que foram arquivados pela agência de inteligência do país.⁵⁰

Já no modelo CNEDA, a entidade *Concepto, Objeto o Acontecimiento* é definida como "[...] *ideas o nociones abstractas, cosas materiales, eventos o sucesos de que tratan los documentos de archivo.*" (COMISIÓN DE NORMAS...2012, p.24). O modelo apresenta uma extensa lista do que essa entidade pode abranger, como por exemplo, conceitos relativos a campos do conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento, filosofias, religiões, etc.⁵¹

⁴⁸"*Concept or object. Subjects can be, for example, philosophies, political ideologies, methods, artefacts, processes, events, persons, geographical areas, buildings or organisations.*"

⁴⁹*Subjects describe what A4 Expression is about.* (NATIONAL ARCHIVES (Finlândia), 2013, p.16)

⁵⁰*A10 Agent when its archive is being described, but it is A1 Subject in description of the material collected about the party by EK-Valpo (the former state security intelligence agency).*

⁵¹El tipo de entidad concepto, objeto o acontecimiento incluye conceptos (ideas o nociones abstractas), objetos (cosas materiales) y acontecimientos (eventos o sucesos), históricos y actuales. Incluye conceptos relativos a campos del conocimiento, disciplinas, escuelas de pensamiento, filosofías, religiones, ideologías políticas, teorías, procesos, técnicas, prácticas, fenómenos naturales abstractos, propiedades. Incluye categorías de objetos y materiales, tanto aquellos inanimados o animados existentes en la naturaleza (diferentes de las

No modelo RiC-CM, do ICA, a representação temática é contemplada especificamente na entidade *Concept/Thing*, entendida como "Qualquer ideia ou noção, objeto material, ou evento ou ocorrência que pode ser associada com, ou em alguns casos ser o assunto de, outras entidades."⁵² (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2016, p.18, tradução nossa). E, ainda, insere uma nota de escopo para essa entidade, complementando, "Inclui todas as entidades RiC, bem como as seguintes: conceitos abstratos; cultural, movimentos, períodos e eventos nomeados; coisas nomeadas, objetos e obras; figuras lendárias, míticas ou fictícias, personagens ou seres"⁵³. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2016, p.18, tradução nossa). O modelo RiC deixa claro que qualquer entidade que seja assunto do documento, poderá ser associado a ele na entidade conceito/objeto.

Temos que, o modelo CMAD é mais objetivo, citando '*Subject: Concept or object*'; os modelos CNEDA e RiC-CM não nomeiam a

personas) como aquellos creados por los agentes. Incluye objetos individuales, inanimados o animados, existentes en la naturaleza (diferentes de las personas). Incluye objetos individuales creados por los agentes. Incluye objetos individuales y materiales, míticos o legendarios y de ficción. Incluye categorías de acontecimientos. Incluye acontecimientos individuales referidos a amplios períodos de tiempo (épocas, eras, etc.) y a períodos de tiempo definidos en relación con eventos históricos, movimientos culturales, artísticos, filosóficos, etc. Incluye acontecimientos individuales como conferencias, congresos, asambleas, reuniones, competiciones deportivas, exposiciones, ferias, festivales, expediciones, etc. Incluye acontecimientos individuales míticos o legendarios y de ficción. Incluye obras de creación artística o intelectual. Incluye categorías de documentos de archivo y tipos documentales. Incluye grupos de población y étnicos (pueblos, grupos étnicos, naturales de un país, etc.). Incluye categorías de agentes. Incluye dioses, ángeles, demonios, etc. individuales. Incluye actividades, procesos, acciones, etc. de los agentes, cuando se considera que no constituyen entidades funcionales testimoniadas en los documentos de archivo. Incluye categorías de normas. Incluye categorías de lugares. Incluye lugares individuales míticos o legendarios y de ficción. Incluye acontecimientos individuales míticos o legendarios y de ficción. Incluye lugares o estados individuales de las almas después de la muerte.(COMISIÓN DE NORMAS....2012, p.24-25).

⁵²Any idea or notion, material thing, or event or occurrence that can be associated with, or in some cases be the subject of, other entities.

⁵³Includes all RiC entities as well as the following: abstract concepts; cultural movements, named periods and events; named things, objects and works; legendary, mythical or fictitious figures, characters or beings.

entidade como '*Subject*' e apresentam elementos e ideias comuns. O modelo RiC-CM diz que qualquer ideia ou noção, coisa material ou evento/ocorrência, poder ser associado a outras entidades ou pode ser assunto dela, deixando claro que essa entidade representa o que é significativo no contexto da análise sem ser, necessariamente, assunto. Giasson (1993 *apud* DIAS; NAVES, 2013) apresenta uma distinção entre assunto e ideia principal, que remete à essa diferenciação que o modelo conceitual RiC-CM faz, em que entende ideia principal como o ponto de vista principal em um texto/documento, e/ou seus elementos principais. A ideia principal está relacionada com o ponto de vista do autor, o que ele desejou expressar no texto. Já o assunto, segundo Dias e Naves (2013, p.61), pode ser encontrado quando se responde 'Sobre o que trata o artigo?' e tem uma intervenção do leitor, a informação é "contextualmente importante", ou seja, quem lê e analisa a informação, atribui um valor à ela, que é decorrente do objetivo e contexto que o motivam.

O Quadro 17 apresenta a forma com que as entidades que se relacionam à representação temática aparecem nos modelos CMAD, CNEDA e RiC-CM.

Quadro 17: Entidades relacionadas com a representação temática

MODELO CONCEITUAL	CMAD	CNEDA	RiC-CM
<p style="text-align: center;">ENTIDADE ESPECÍFICA PARA REPRESENTAR CONTEÚDO</p>	<p>SUBJECT</p> <p><i>Concept or object</i></p> <p>ASSUNTO Conceito ou objeto</p>	<p>CONCEPTO, OBJETO OACONTECIMI ENTO</p> <p><i>Ideas o nociones abstractas, cosas materiales, eventos o sucesos de que tratan los documentos de archivo.</i></p>	<p>CONCEPT/THING</p> <p><i>Any idea or notion, material thing, or event or occurrence that can be associated with, or in some cases be the subject of, other entities.</i></p> <p>CONCEITO/ OBJETO</p> <p>Qualquer idéia ou noção, objeto material, ou evento ou ocorrência que pode ser associada com, ou em alguns casos ser o assunto de, outras entidades.</p>

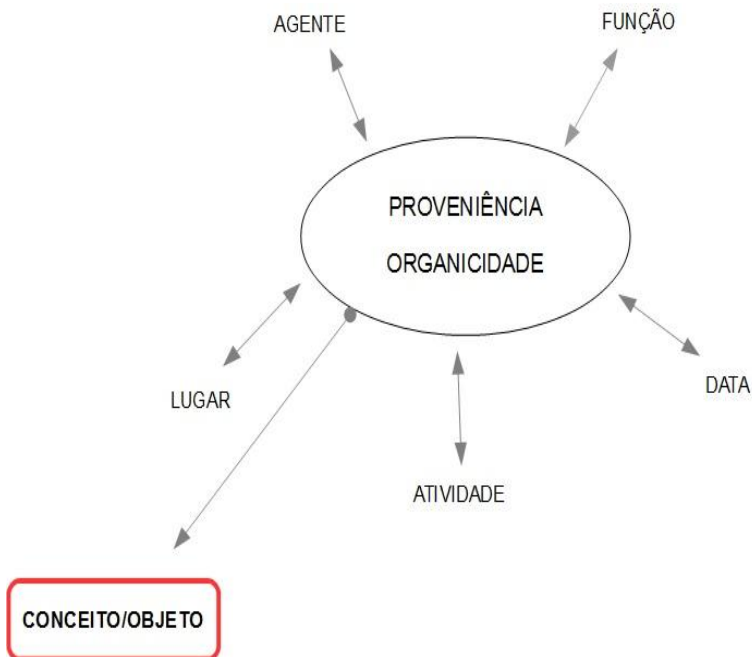
Fonte: Adaptado de National Archives (Finlândia), 2013; Comisión de Normas....(2012); International Council on Archives - ICA (2016)

Entendemos que o modelo RiC-CM abarca as especificidades dos outros dois modelos, além de apresentar a entidade '*Concept/Thing*' vinculada à proveniência e organicidade, assim, a entidade escolhida nessa pesquisa para representar o conteúdo é a instituída nesse modelo.

A partir das especificidades da representação temática verificadas na literatura, item 7.1, e da análise das entidades apresentadas pelos modelos conceituais de Descrição Arquivística, é possível relacioná-las com as especificidades 'Proveniência' e 'Organicidade'. Cook (2012, p.142), analisando a arquivologia na pós-modernidade, afirma que a proveniência mudará de um "único lugar de origem, numa estrutura organizacional hierárquica tradicional", para aparecer "[...]vinculada à função e à atividade em vez da estrutura e o lugar". Assim, as entidades que expressam ou auxiliam na caracterização da proveniência e da organicidade dos documentos são: Agente, Função, Atividade, Data e

Lugar. Além dessas, outra entidade selecionada foi, como já citado, '*Concept/Thing*', que apresentaremos traduzida, 'Conceito/Objeto', que representa o conteúdo do documento e deriva da análise da proveniência e da organicidade, ou seja, do conjunto de entidades que as caracterizam, demonstrado na Figura 7.

Figura 6: Entidades que expressam Proveniência e Organicidade



Fonte: Da autora (2017)

Temos assim que a Proveniência e a Organicidade derivam das seguintes entidades, definidas no modelo Ric-CM (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2016):

a) Agente: Uma pessoa ou grupo, ou uma entidade criada por uma pessoa ou grupo, que é responsável por ações tomadas e seus efeitos.

b) Função: Um objetivo a longo prazo, propósito ou meta de um Agente.

c) Data: Informação cronológica associada com uma entidade que contribui para sua identificação e contextualização.

d) Atividade: Um conjunto de ações coordenadas ou transações executadas por um Agente em cumprimento de uma Função, ou na busca de uma Ocupação.

e) Lugar: Jurisdição ou qualquer ponto geográfico ou administrativo ou área.

f) Conceito/Objeto: Qualquer ideia ou noção, objeto material, ou evento ou ocorrência que pode ser associada com, ou em alguns casos ser o assunto de, outras entidades.

Tendo como contexto uma Universidade Federal Brasileira, temos como exemplo genérico:

Agente: Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente 'Comissão Permanente do Vestibular - Coperve'

Função: Seleção de candidatos

Data: 2017

Atividade: Divulgação do edital

Lugar: Santa Catarina (Brasil)

Conceito/Objeto: Edital; Processo seletivo

Esse exemplo é apenas ilustrativo e em algumas entidades, como Atividade, Função ou Conceito/Objeto, também são pertinentes outros atributos.

As definições das entidades adotadas nessa pesquisa seguem o modelo RiC-CM pelo fato de ser um modelo internacional, que considerou, por meio de profissionais relacionados aos arquivos, contextos de diferentes países e baseando-se em outros modelos conceituais para DA existentes.

Na área arquivística, por vezes, há uma confusão entre assunto e função, é importante distingui-los. Para Tessitore (1989), assunto diz respeito às divisões artificiais derivadas da classificação das áreas do conhecimento, referindo-se sobre o que tratam os documentos. Já a função, refere-se as atribuições próprias ou naturais de uma instituição

ou pessoa, visando cumprir um objetivo com a criação de um documento, atrelando, assim, os tipos documentais à determinada finalidade. Por vezes, uma função pode coincidir com o assunto do documento.

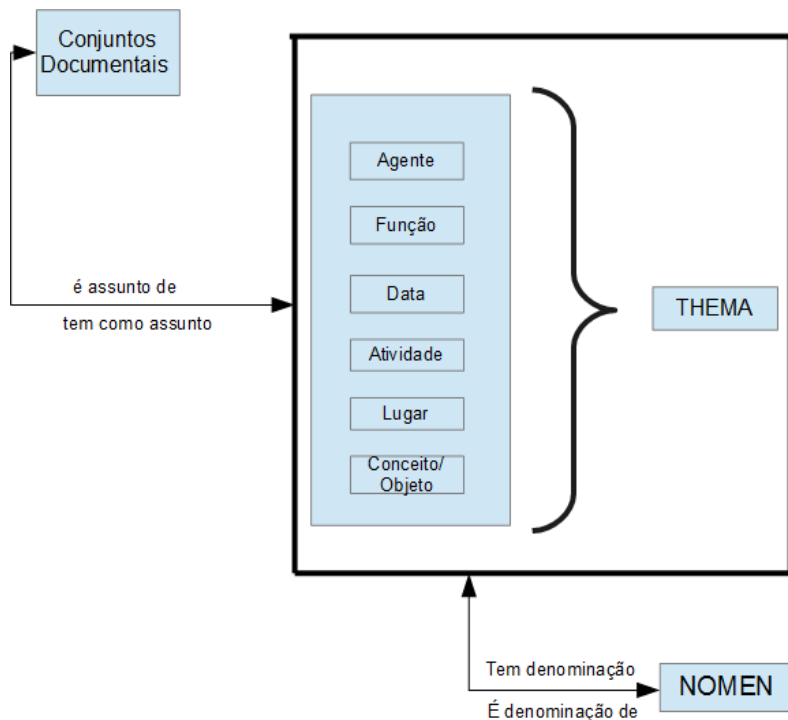
Partindo dessa caracterização, é possível definir com maior propriedade a representação temática do documento arquivístico, dada pela entidade 'Conceito/Objeto'.

7.3 *Themas* para representação temática em documentos arquivísticos, com base no modelo FRSAD

Na relação do FRSAD com a família FR, os três grupos podem ser *thema* de um conjunto documental, isto é, expressam sua temacidade e apresentam uma designação por meio de um *nomen* (Figura 5 no capítulo 5.1). Denominou-se 'conjuntos documentais' em vez de obra, como no modelo FRSAD, pelo fato de que nos arquivos os documentos são agrupados e existem em conjuntos, e são eles que permitem a compreensão dos documentos, mesmo quando a análise se der no nível do item documental.

Assim, com base nas entidades *Thema* do modelo FRSAD e relacionando-o com as especificidades do documento arquivístico, propõem-se as entidades que podem ser *Themas* na representação temática dos conjuntos documentais arquivísticos, apresentadas na Figura 7.

Figura 7: Entidades que podem ser Thema em documentos arquivísticos



Fonte: Adaptado de IFLA (2010, p.15)

A Figura 7 foi gerada com base na Figura 5 (p.106), Relação FRSAD com a família FR, em que as entidades escolhidas para serem *Thema* dos Conjuntos Documentais, são as que caracterizam a Proveniência e a Organicidade. Além da entidade Conceito/Objeto, que deriva das outras. É importante frisar que cada um dos *themas* atribuídos terá uma designação dada por um *nomen*, que caracteriza-se no termo adotado, que poderá estar vinculado à linguagens documentárias. Por exemplo, o conceito 'Água' pode ser representado pela termo 'água', pelo símbolo H₂O ou ainda pelo desenho de gotas, sendo as três formas as designações do conceito 'água', ou seja, seu *Nomen*.

A representação temática da informação de documentos arquivísticos precisa estar vinculada às funções de Classificação e Descrição Arquivística e, conseqüentemente, respeitar a descrição

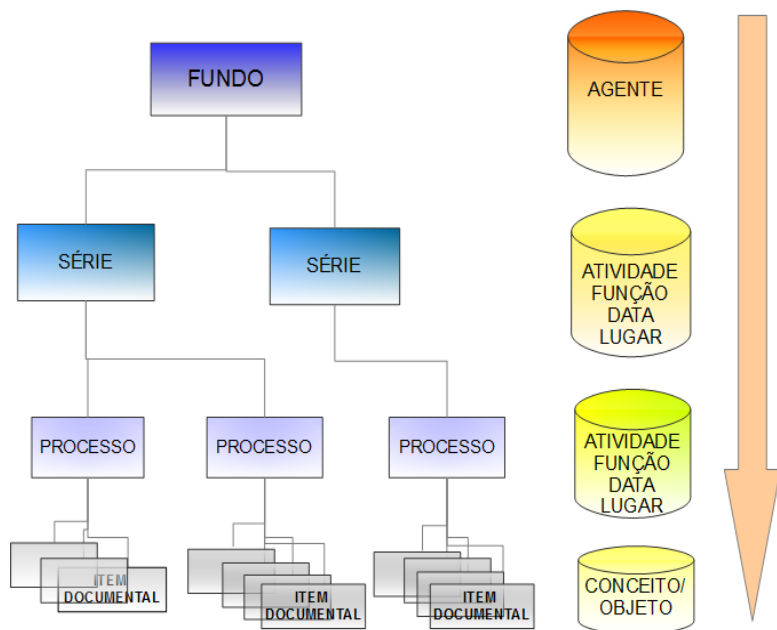
multinível. Qualquer uma das entidades citadas poderá representar o conteúdo do conjunto documental, porém, cada uma tem sua pertinência em decorrência do nível analisado. Assim, construíram-se categorias de *themas* pertinentes a cada um dos principais níveis de descrição estabelecidos na ISAD (G): Fundo, Série, Processo e Item Documental⁵⁴, representadas na Figura 9.

Os níveis de descrição são variáveis e estão relacionados ao Plano de Classificação adotado, seguindo o princípio da Organicidade, do geral para o específico. A Figura 8 ilustra níveis de DA e a relação com as entidades para representação temática definidas. Temos assim que, cada um dos níveis tem entidades pertinentes à ele. Um fundo documental, por exemplo, pode ter como entidade um conceito/objeto, mas para que ela possa ser devidamente identificada, é necessário caracterizar o conjunto de entidades, isto é, analisar o conceito/objeto no conjunto.

54

Seguiu-se a nomenclatura utilizada na Norma Brasileira, NOBRADE (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

Figura 8: Relação entre níveis de Descrição Arquivística e Thema



Fonte: Da autora (2017)

Os níveis de descrição são estabelecidos de forma hierárquica e orgânica, ou seja, do mais abrangente ao mais específico e mantendo relação entre eles. Um item documental só será representado adequadamente quando tiver sido analisada a estrutura hierárquica da qual faz parte. O princípio da representação temática relacionada com os níveis é de que quanto mais específico for o nível de descrição, mais específicas serão as entidades a serem representadas. Com base na Descrição Arquivística, serão atribuídas as entidades condizentes com cada nível, conforme Quadro 18.

Quadro 18: Níveis de descrição arquivística e Entidades

NÍVEL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	ENTIDADE
FUNDO	AGENTE
SÉRIE	ATIVIDADE FUNÇÃO DATA LUGAR
PROCESSO	ATIVIDADE FUNÇÃO DATA LUGAR
ITEM DOCUMENTAL	CONCEITO/OBJETO

Fonte: Da autora (2017)

Para que a entidade 'Conceito/Objeto' seja representada, as entidades anteriormente atribuídas, precisam ser consideradas. Qualquer um dos níveis de descrição pode ter a representação de qualquer uma das entidades, ou seja, conceito/objeto é pertinente desde o nível do Fundo até o Item Documental. Porém, para que seja caracterizado com precisão, se faz necessário que o conjunto de entidades tenha sido identificado. Assim, a representação temática de documentos arquivísticos é dependente do conjunto das entidades: Agente, Atividade, Função, Data e Lugar, às quais está vinculada pelos níveis.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação temática de documentos arquivísticos é uma área que apresenta vasto campo de exploração na pesquisa científica. A literatura, apontada em diversos momentos do texto, sinaliza a carência e a necessidade de avanços nas discussões teóricas. O aprofundamento conceitual e o diálogo com outras áreas do conhecimento fortalece a ciência arquivística para alicerçar suas bases e avançar nas proposições sobre a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento nos arquivos.

Os sistemas de informação em rede impulsionam o tratamento da informação advinda de diferentes espaços como, bibliotecas, museus e arquivos, que têm a informação e o acesso como pontos centrais, de forma integrada. O usuário da informação é o maior beneficiado, quando lhe é possibilitado uma busca e recuperação centralizadas, aliando eficiência e eficácia. Essa possibilidade faz com que o intercâmbio da Arquivologia com outras áreas do conhecimento como, Biblioteconomia, Museologia e a Ciência da Informação, por exemplo, seja necessária. Mas para que seja uma integração relevante, é necessário considerar as particularidades de cada uma dessas áreas do conhecimento, como essa pesquisa e a de Simionato (2015) e Justino (2013) apresentam.

Essa pesquisa tem como pressuposto o fato de que documentos em arquivos apresentam especificidades que os diferenciam dos documentos em outros serviços de informação. O que levou ao primeiro objetivo específico, "Caracterizar as especificidades da representação temática de documentos arquivísticos". O capítulo 1, com base na literatura, respondeu a esse objetivo identificando que os autores analisados marcam a diferenciação do documento arquivístico com a defesa de suas características consideradas individualizadoras, como a unicidade, organicidade e autenticidade. As características do documento arquivístico conduziram a três pontos fundamentais a serem considerados na sua representação temática:

a) Deve basear-se no princípio da Proveniência e na característica da Organicidade, ou seja, a abordagem da representação temática em arquivos tem necessidade do contexto de produção e uso dos documentos;

b) É realizada com base nas funções da Classificação e Descrição Arquivística, essas funções explicitam a Proveniência e a Organicidade,

além de fornecerem elementos significativos e contextualizados de análise dos conjuntos documentais;

c) Está vinculada aos níveis de descrição, como derivação do item b). A análise dos documentos arquivísticos é feita em conjuntos documentais, organizados nos chamados de níveis de descrição, estabelecidos na Classificação Arquivística e base para a DA.

A análise temática nos arquivos deriva da análise do conjunto documental, portanto, contextualizar é fundamental, um documento só é o que é, nas relações que estabelece com os outros documentos. A análise isolada leva à perda de informações significativas sobre ele.

O segundo objetivo específico da pesquisa, Mapear as entidades e atributos relacionados à representação temática nos modelos conceituais para descrição arquivística, foi atingido no capítulo 7.2. Fundamentado em cinco modelos conceituais para DA, AGRkMS, *Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard*, CMAD, CNEDA e *Records in Context - CIA*, foi possível mapear as entidades que se relacionam à representação temática. Dos cinco modelos analisados, três deles, CMAD, CNEDA e RiC-CM, apresentam uma entidade específica para representar o conteúdo do documento. Porém, como verificado no capítulo 7.1, a determinação do conteúdo do documento e sua representação são dependentes de uma análise mais ampla. Essa análise perpassa as entidades que expressam ou auxiliam na caracterização da proveniência e da organicidade dos conjuntos documentais, quais sejam: Agente, Função, Atividade, Data e Lugar. A partir desse conjunto de entidades, chega-se ao '*Concept/Thing*', traduzida para 'Conceito/Objeto', que representa o conteúdo do documento e deriva da análise da proveniência e da organicidade, ou seja, do conjunto de entidades que as caracterizam.

A distinção entre ponto de acesso e assunto é muito importante, visto que, todas as entidades identificadas como representativas da temática dos documentos arquivísticos podem ou não vir a ser assunto do documento, mas independentemente, sempre serão pontos de acesso. Por exemplo, 'Seleção de candidatos' pode ser uma Função em uma instituição e, conseqüentemente, um ponto de acesso à um conjunto documental, o usuário poderá recuperar o documento por esse ponto de acesso. Porém, não necessariamente esse ponto de acesso será o assunto (do que trata) um determinado documento nesse conjunto. Isso significa que o conjunto de entidades selecionadas, Agente, Função, Atividade, Data e Lugar, permite a caracterização da proveniência e organicidade dos documentos e seus conjuntos, o que levará ao estabelecimento da

temática com maior precisão, permitindo que a recuperação seja significativa.

O terceiro objetivo específico 'Estabelecer os *themas* para representação temática em documentos arquivísticos, com base no modelo FRSAD' começou a ser delineado no capítulo 7.2, mas é atingido no capítulo 7.3. Como já citado, qualquer uma das entidades, Agente, Função, Atividade, Data, Lugar e Conceito/Objeto, poderá representar o conteúdo dos conjuntos documentais, porém, cada uma tem sua pertinência em decorrência do nível analisado. Assim, construíram-se categorias de *themas* pertinentes a cada um dos principais níveis de descrição estabelecidos na ISAD (G): Fundo, Série, Processo e Item Documental. É importante destacar que os níveis de descrição citados são apenas ilustrativos da estrutura derivada do plano de classificação, que é condizente com as características de cada contexto. E, seguindo o modelo FRSAD, após a identificação das entidades que caracterizam a representação temática, é feita a designação por meio do *nomen*, momento em que é altamente recomendável o uso de linguagens documentárias.

Considera-se que, alcançados os três objetivos específicos, o objetivo geral 'Propor um conjunto de entidades para representação temática de documentos arquivísticos, com base no modelo conceitual FRSAD' se concretizou. Esse conjunto de entidades tem como principal ponto a caracterização da Proveniência e da Organicidade para que a análise temática, foco específico da entidade 'Conceito/Objeto', seja identificada com maior precisão e especificidade.

Essa pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da pós-modernidade, em que os modelos conceituais abrem novas perspectivas na representação temática de documentos arquivísticos. Com a proposição das entidades e com base no modelo FRSAD, entende-se que há uma adequação dos modelos conceituais às exigências desse contexto. Cook (2012, p.144) destaca que a DA, na pós-modernidade, desenvolverá "[...] entendimentos contextuais enriquecidos pelos múltiplos inter-relacionamentos e usos do meio social de sua criação". Visualiza-se essa perspectiva no conjunto de entidades para representação temática que permitem a criação de relações significativas e dinâmicas entre os conjuntos documentais, a partir da análise contextual. Essa possibilidade faz com que a representação esteja mais próxima da dinamicidade das transformações pelas quais os documentos passam desde a produção. As conexões de entidades permitem que a proveniência seja múltipla, assim como as funções e atividades

vinculadas aos documentos arquivísticos. Ilimitados documentos e seus conjuntos estão conectados sem necessariamente dividirem o mesmo espaço físico.

Respondendo às questões propostas nessa tese, Como o modelo conceitual FRASAD pode contribuir com a representação temática em documentos arquivísticos? O modelo FRASAD apresenta a estrutura básica para a representação de entidades pertinentes à representação temática de documentos arquivísticos. A partir dessa estrutura, é possível o desenvolvimento de experimentações em sistemas de informação, com a associação de entidades de natureza diversas, como as que caracterizam o contexto de criação do documento. Em relação à segunda questão, É possível, com base nesse modelo, identificar um conjunto de entidades para assuntos em documentos arquivísticos, considerando suas especificidades? Verificou-se ser possível estabelecer um conjunto de entidades que caracterizam a Organicidade e Proveniência do documento arquivístico e, a partir dele, com maior precisão, estabelecer o Conceito/Objeto que é tratado no documento.

A gestão de documentos arquivísticos apresenta uma grande preocupação com o contexto, que permite a compreensão e o estabelecimento de relações, configurando um conjunto documental e suas associações. Esse objetivo também é compartilhado pelos sistemas de organização e representação do conhecimento, como as ontologias e a web semântica, visualizando-se um importante e vasto campo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Wendia Oliveira de; SILVA, Márcio Bezerra da; MIRANDA, Zeny Duarte de. Indexação como instrumento de modelagem conceitual em SRI: o caso do arquivos judicial da JFPB. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 61-82, mai./ago., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p61>. Acesso em: 02 maio. 2016.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A construção discursiva em arquivística:** uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da informação, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2010.

_____. A Indexação e a Arquivística: relações práticas e conceituais no universo teórico da representação e organização do conhecimento. In: CONGRESSO ISKO ESPAÑA, 12; CONGRESSO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 2, 19-20 de noviembre, 2015. **Anais...** Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A especificidade da informação arquivística. **Contracampo**, Niterói, n.2, p. 21-29, 1998.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, IMPRENSA OFICIAL, 2002a. 120 p. (PROJETO COMO FAZER, 8).

_____. **Arquivística: Objetos, princípios e rumos.** São Paulo: Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, 2002b.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 4. ed. São Paulo: FGV, 2009.

BONAL ZAZO, José Luis. **La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas.** Gijón: Trea, 2001. *Biblioteconomía y Administración Cultural*; 55.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia. **Organização da informação ou organização do conhecimento?** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB/USP, 2008.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura à prática pedagógica no Brasil.** Marília, 2011. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2011.

_____. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v.15-23, p.34-40, jan./dez. 1994.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2006.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes; MORAES, João Batista Ernestode; SABBAG, Deise. Análise documental de conteúdo e o percurso gerativo de sentido: na representação do documento de arquivo. In.: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera.

Organização do conhecimento e diversidade cultural[recurso eletrônico] .Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. p.344-354. CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, abr. 2007. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAPURRO.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2015.

CHAN, Lois Mai; RICHMOND, Phyllis A.; SVENONIUS, Elaine.**Theory of subject analysis: a sourcebook**. Littleton, Colorado:Libraries Unlimited Inc., 1985.

CHAUMIER, Jacques. **As técnicas documentais**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

_____.Indexação : conceito, etapas e instrumentos. **Rev. Bras. Bibliotecon. e Doc.**, São Paulo, v.21, n.1/2, jan./jun. 1988

CHEN, P. P-S. **The Entity-relationship model – A basis for the enterprise view of data**.Massachusetts Institute of Technology. 1977. Disponível em: <http://delivery.acm.org/10.1145/1500000/1499421/p77-chen.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2016.

COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA.**Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones**. Sevilla, Espanha, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS.**NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2012.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. 1.1 versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2016.

COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, n.51, p.14-35, spring 2001.

_____. Eletronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, v.1, n.0, p.399-443, mar. 2007.

_____. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.1, p.123-148, jul./dez. 2012.

CUNHA, I.M.R.F. Análise documentária. In.: SMIT, J. W. (Coord.) **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: ma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p.77-92, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/6>. Acesso em: 02 maio 2016.

DERRIDA, Jaques. **Papel Máquina**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2004.

DICCIONARIO de terminología archivística. 2. ed. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 1995.

DIAS, Eduardo Weiss; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2013.

DLM Forum Foundation. **MoReq2010®: Modular Requirements for Records Systems** — Volume 1: Core Services & Plug-in Modules, 2011. Disponível em: <http://moreq2010.eu/>. Acesso em: 4 jul. 2016.

DOOLEY, Jackie M. (1992). Subject indexing in context. **American Archivist**, Estados Unidos, v. 55, n. 2, p. 344-354, Apr. 1992.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n.35, p.47-54, Spring, 1993.

_____. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona (Sevilla): S&C, 1996.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Àngel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. In: ACTAS DEL I ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA. **Anais...** Madrid, 4 y 5 de noviembre de 1993. Zaragoza: Universidad, Librería General. 1995. p. 65-90.

FERREZ, Helena Dodd; ARAÚJO, Jerusa Gonçalves de; RONDINELLI, Rosely Curi. O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.191-192, 1987.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n.2, p. 1999. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/289/255>>.
Acesso em: 10 mar.2003.

FOSKETT, Antony Charles. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed.UnB, 1973.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Documentary analysis 2: Current problems relating to documentary analysis. **Archives (Quebec)**, Quebec, v. 28, n. 3, p. 23-41, 1997.

_____. Os arquivos, os arquivistas e a Arquivologia: considerações históricas. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 29-60.

GARCIA, Alexandre. **L'indexation des instruments de recherche archivistiques**. 2005. 69f. Master SIB 2e année, option Réseaux d'information et document électronique. *école nationale supérieure des sciences de l'information et des bibliothèques*, França, 2005. Disponível em:<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/810-l->

indexation-des-instruments-de-recherche-archivistiques.pdf. Acesso em: 06 abr.2016.

GUEGUEN, Gretchen; et al. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.100-116, jul./dez. 2013.

GUIMARAES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. In: GARCÍA MARCO, F. J. **Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación**. Ibersid, Zaragoza, 2009, p. 105-117.

_____; SALES, Rodrigo de. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. **Datagramazero**, v. 11, n. 1, 2010.

GUITARD, Laure Amélie. Indexation par sujet en archivistique et en bibliothéconomie : du pareil au même? **Documentation et bibliothèques**, v. 59, n. 4, p. 201-212, out./dez. 2013.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivistica General**: teoría y práctica. 5.ed.Sevilla : Diputación de Sevilla, 1991.

HICKS, Shauna. Indexing archives for access. **The Indexer**, Reino Unido, v. 24, n. 4, october, 2005.

IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. München : K. G. Saur, 1998.

IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**: a conceptual model. Berlin: IFLA, 2010. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2016.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivista.net**, Rio de

Janeiro, v.3, n.2, p.28-60, jul./dez. 2007. Disponível em:
<http://www.arquivistica.net>.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA. **ISAD(G)**: norma internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 04 jul. 2012.

_____.Statement of Principles Regarding Archival Description.**Archivaria**, n. 34, p.8-16, Summer 1992. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11837/12789>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Committee on Best Practices and Standards.**Progress Report for Revising and Harmonizing ICA Descriptive Standards**.2012.Disponível em: http://www.ica.org/sites/default/files/Report_for_revising_harmonising_description_standards.pdf. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____.Experts group on archival description.**Records in contexts: a conceptual model for archival description**. September, 2016. Disponível em: <http://ica-egad.org/ric/conceptual-model/RiC-CM-0.1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016. *Consultation Draft v0.1*.

INTERPARES 3. **Terminology Database**. [201-]. Disponível em: http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?status=glossary >. Acesso em: 12 nov. 2016.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. **Caderno de Textos**, Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

JENKINSON, Hillary.**A manual of archive administration**:including the problems of war archives andarchive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

JUSTINO, Ana Cristina Fernandes Cortês Santana. **O desafio da homogeneização normativa em Instituições de Memória**: proposta de

um modelo uniformizador e colaborativo. 2013. 495f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) - Universidade de Aveiro; Universidade do Porto, Aveiro, 2013.

KAISER, Julius Otto. **Systematic indexing**. London: Isaac Pitman & Sons, 1911 (The Card System Series, 2). Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/systematicindexi00kaisuoft#page/n0/mode/2up>>. Acesso em 05 set. 2016.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo TEMMA. **Inf.Inf.**, Londrina, n.esp., p.92-121, jan./jun. 2011.

LEITE, Fernando César Lima. **Modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa na perspectiva da comunicação científica e do acesso aberto**. 2011. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

LIMA, Maria de Fátima Santos de; CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza. As linguagens documentárias na descrição arquivística. In.: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera. **Organização do conhecimento e diversidade cultural** [recurso eletrônico]. Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. p.272-282.

LINDEN, Leolábia Luana; Bräscher, Marisa. O Tratamento Temático da Informação na Norma Brasileira de Descrição Arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB/UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4150>. Acesso em: 30 nov. 2016.

LISA - Library and Information Science Abstract. Disponível em: <http://www.proquest.com/products-services/lisa-set-c.html>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

_____. **A imagem e a sombra da arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1998.

_____. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2.ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona.; CARVALHO, Pedro Davi Silva. A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: o exemplo do arquivo público do Distrito Federal. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 2, p. 271-279, 2013.

LYTLE, Richard H. Intellectual Access to Archives: I. Provenance and Content Indexing Methods of Subject Retrieval. **The American Archivist**, p.64-75, Winter, 1980a. Disponível em:<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.43.1.31031523737j16n7>. Acesso em: 06 maio 2016.

_____. Intellectual Access to Archives: II. report of an experiment comparing provenance and content indexing methods of subject retrieval. **The American Archivist**, v. 43, n. 2, p.191-207, Spring, 1980b. Disponível em: <http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.43.2.c4777576733114rp>. Acesso em: 06 maio 2016.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, 2011.

MEDEIROS, Graziela Martins de; et al. A representação de assunto no escopo da Arquivologia: uma análise de artigos científicos nacionais e internacionais. In.: GUIMARÃES, J.A. C.; DODEBEI, V. **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MELO, Maria Antônia Fonseca. **Contribuições das abordagens positivista e pragmática do estudo do conceito para o modelo conceitual FRASAD**. 2013. 133p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MONÇÃO, Jane Lessa. **O conceito assunto na arquivística: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento: *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro***. 2006. 100p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília, Marília, 2006.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLANO, Miguel Angel Mardero. Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v .3, n 1, p. 20-38, jul./dez. 2005.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adriaan; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**: preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses. 2. ed. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 145 p. (Publicações técnicas AN, n. 25).

NATIONAL ARCHIVES (Austrália). ***Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0***. Austrália, 2008.

NATIONAL ARCHIVES (New Zealand). **Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard :version 1.0**. Nova Zelândia, 2008.

NATIONAL ARCHIVES (Finlândia). ***Finnish Conceptual model for archival description***. Finlândia, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2009a.

_____. Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística. **Arq.&Adm.**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, jan./jun. 2009b.

PINTO MOLINA, María. **Análisis Documental: fundamentos y procedimientos**. 2.ed. rev. aum. Madrid: EUDEMA, 1993.

PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais A indexação como ferramenta da gestão de documentos nos arquivos. In.: Encuentro Ibérico EDICIC: Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital, 7., 2015, Madrid, Espanha. **Anais...**Madrid, Espanha, 2015a. ISBN 978-84-608-3330-7. Disponível em: http://edicic2015.org.es/ucmdocs/actas/art/186-Pret_indexacao-arquivos.pdf. Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. Clasificación y indexación de registros y archivos de universidades. In.: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12; CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 2, 19-20 de noviembre, 2015b. **Anais...**Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia, 2015.

RIBEIRO, Fernanda. **Indexação e controle de autoridades em arquivo**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996.

_____. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. **Boletim Cultural - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão**, Portugal, v.1, p.129-133, 2005a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/14000>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Gestão da informação/preservação da memória na era pós-custodial : um equilíbrio precário. In.: JORGE, Vítor Oliveira. Mesa-redonda de primavera: conservar para quê?, 8., 2005, Porto, Portugal, 2004. **Anais...**Porto-Coimbra, 2005b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/39365>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. Organizar e representar a informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? **Ciência e Técnicas do Patrimônio**: Revista da Faculdade de Letras, Porto, v. 4, p. 1-22, 2005c.

_____. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011a. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. Indexação em arquivos: reflexões no contexto da Arquivologia. In.: SOUSA, F.F.; SANTOS, E.C. (Orgs.). **A linguagem e a informação documentária: intermediações e ressignificações possíveis.** Recife: Bagaço, 2011b. p.31-59.

_____. O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In.: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (Orgs.). Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano. **Atas do I Congresso ISKO Espanha e Portugal; XI Congresso ISKO España Porto, 2013, Porto.** Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CETAC.MEDIA, 2013. p. 528-539

RIVA, Pat; ZUMER, Maja. Introducing the FRBR Library Reference Model. In.: IFLA World Library and Information Congress, 81., 2015, Cape Town, Africa do Sul. **Anais...** Cape Town, Africa do Sul, 2015. Disponível em: <http://library.ifla.org/1084/>. Acesso em: 30 jan. 2016.

ROBINSON, S. 2010. Conceptual Modelling for Simulation: Definition and Requirements. In.: _____; KOTHIADIS, K.; BROOKS, R. (Ed.). **Conceptual Modelling for Discrete-Event Simulation.** New York: Academic Press, 2010. p. 235-256.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos.** 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROUSSEAU, Jean Yves.; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 6.ed.3. reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SCHMIDT, Clarissa Moreira. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações.** 2012. 320p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____; SMIT, Johanna. Organização da informação e arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento

de arquivo. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 1; CONGRESO ISKO ESPAÑA, 11. **Anais...**Espanha, 2013. p. 579-588.
SCOTT, Peter. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29, n. 4, p. 493-504, 1966.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In.: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro, Conarq, 2000. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22537/2/armandomalheirogestao000091469.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____; et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

_____; RIBEIRO, Fernanda. **Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Diego Barbosa da. Indexação para o acesso: novas perspectivas para a Arquivologia em interface com a análise do discurso. In.: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. (Org.). Congresso Brasileiro de Arquivologia: preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI, 17., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p.270-276.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza. **A organização e a representação do conhecimento no domínio da arquivística**. 2012. 193f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

SILVA, Eliezer Pires. **O conceito de informação arquivística**. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - GT 1- Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3384/2510>. Acesso em: 08 jun. 2013.

SIMIONATO, Ana Carolina. **Modelagem conceitual DILAM:** princípios descritivos de arquivos, bibliotecas e museus para o recurso imagético digital. 2015. 200f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumito. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (PROJETO COMO FAZER, 10).

SMIT, Johanna Wilhelmina. A organização dos documentos no arquivo: do paradigma físico ao paradigma intelectual, 16., 2010, Santos. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE Arquivologia, XVI, 2010, Santos. **Anais...**Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2010.

_____. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 41 n. 1, p.11-23, jan./abr., 2013.

SOUSA, Francinete Fernandes de; SANTOS, Eliete Correia dos. **A linguagem e a informação documentária:** intermediações e ressignificações possíveis. Curitiba: Appris, 2012.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006.

TÁLAMO, Maria de Fátima G.M.; MAIMONE, Giovana Deliberali. Jean-Claude Gardin e a análise documentária: trajetória da constituição de uma semiologia da representação. In.: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural [recurso eletrônico]**. Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. p. 736 - 747. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Organiza%C3%A7%C3%A3o-do-Conhecimento-e-Diversidade-Cultural-ISKO-BRASIL-2015.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

THEODORSON, G. A.; THEODORSON, A. G. **A modern dictionary of sociology.** London, Methuen, 1970.

TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? **Arquivo: Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1989.

TOGNOLI, Natalia Bolfarini. A representação na arquivística contemporânea. **RICI: R. Ibero-amer. Ci.Inf.**, Brasília, v.5, n.2, p.79-92, jul./dez. 2012.

_____; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.

VITAL, Luciane Paula; BRASCHER, Marisa. Representação de assunto em documento arquivístico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015.

VOGEL, Michely J.M. A influência da Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspect. C.I.**, Belo Horizonte, v.14, n.esp., p.80-92, 2009.

WEBER, Lisa B. Archival Description Standards: concepts, principles and methodologies. **American Archivist**, v.52, Fall, 1989.

WELTY, C. A. **Na integrated representation for software development and discovery**. 1996. Disponível em: <<http://www.cs.vassar.edu/faculty/welty/papers/phd/HTML/dissertation-1.html>>. Acesso em: 04 set. 2012.

YAKEL, Elizabeth. Archival Representation. **Archival Science**, n.3, p.1-25, 2003.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In.: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. Cap. 5. p.135-169.

ZUMER, M.; ZENG, M. L.; SALABA, A. **FRSAD: conceptual modeling of aboutness**. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2012. 121 p.